



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE**

SAORI TAKAHASHI

**ESTRATÉGIA DA GESTÃO TURÍSTICA DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADE
DE CONSERVAÇÃO: ARIE DA VILA DO ESTEVÃO, ARACATI-CE**

**Fortaleza
2016**

SAORI TAKAHASHI

ESTRATÉGIAS DA GESTÃO TURÍSTICA DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADE
DE CONSERVAÇÃO: A ARIE DA VILA DO ESTEVÃO, ARACATI-CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Edson Vicente da Silva

Co-orientadora: Juliana Felipe Farias

Fortaleza

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

-
- T142e Takahashi, Saori.
Estratégia da gestão turística de base comunitária em unidade de conservação: ÁRIE da Vila do Estevão, Aracati-Ceará / Saori Takahashi. – 2016.
157 f.: il. , color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2016.
Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente
Orientação: Prof. Dr. Edson Vicente da Silva.
Coorientação: Dra. Juliana Felipe Farias
1. Desenvolvimento sustentável. 2. Turismo - Aracati (CE). 3. Gestão - Turismo. I. Título.


SAORI TAKAHASHI

ESTRATÉGIAS DA GESTÃO TURÍSTICA DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADE
DE CONSERVAÇÃO: A ARIE DA VILA DO ESTEVÃO, ARACATI-CE

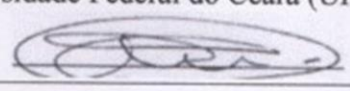
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio
Ambiente-PRODEMA da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial para
a obtenção do Título de Mestre em
Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 01/02/2016.

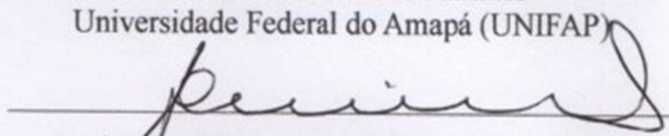
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edson Vicente da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. José Mauro Palhares
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)



Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles
Universidade Federal do Ceará (UFC)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Kenzo Takahashi e
Reiko Takahashi. A minha bisavó, Kiyoko
Kato. Para meus amigos da Vila do Estevão,
Com muito carinho.

AGRADECIMENTO

A minha família que me deu asas para voar e voltar, com o amor profundo, mesmo sendo no outro lado do mundo. Agradeço principalmente aos meus pais, Kenzo Takahashi e Reiko Takahashi, meu irmão, Shuzo Takahashi, meus avôs, Hideo Noma, Miyoko Noma, Yuzo Takahashi, Misako Takahashi e minha inspiração, minha bisavó, Kiyoko Kato.

A Iana Viana pela sua *sisterhood* (irmandade), acompanhando todos os momentos juntos, até hoje e para sempre.

Ao professor, meu orientador, Edson Vicente da Silva e minha co-orientadora, Juliana Felipe Farias com todo apoio no decorrer da pesquisa. Ao professor, Antonio Jeovah Andrade, com sua contribuição.

A Associação de Moradores da Vila do Estevão, a Associação Criança de Luz, a Associação Amigo do Recicriança e os amigos da Vila do Estevão para sua colaboração.

A Patrícia Marques e sua família, Edin, Nenezinha, Kássia, Rayssa, Inês e Apolo, me adotando como a família, desde a primeira chegada a Vila do Estevão no ano de 2009.

As pessoas especiais, como Diego Teixeira de Araújo, Claudiana Godoy e minha mãe brasileira, Sueli Viana com muito carinho.

Ao professor, Daisuke Onuki pela sua orientação de vida desde a vinda ao Brasil até hoje. A Tsubasa Yoshimura, Kumiko Hoshi, Natsumi Fujimoto, Yukina Matsushita, Tomoe Kiumi, Eri Yoshikawa, Ai Kitahara e Aimi Nemura por nossa amizade, nossa história, destacando o primeiro projeto socioambiental em Vila do Estevão.

A CAPES, UFC, PRODEMA, os professores e os funcionários pela oportunidade para a realizar esta pesquisa.

A amizade entre Japão e Brasil.

A todos meus amigos que ficam dentro do meu coração.

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido na Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Vila do Estevão, localizado no Município de Aracati, no Estado do Ceará, região Nordeste do Brasil. O referido Estado possui um relevante potencial turístico e intensiva efetivação atividade turística, principalmente em virtude das belas praias que ganham destaque tanto no cenário nacional, quanto no cenário internacional. A Vila do Estevão encontra-se situada ao lado de Canoa Quebrada, como um dos destinos turísticos mais visitados no litoral do Município de Aracati, localizam-se a 13 km da sede municipal e a 179 Km de Fortaleza, capital do estado. Na ARIE da Vila do Estevão encontra-se uma estrutura de turismo que pode se assemelhar a uma forma de turismo comunitário. Ambas desenvolvem formas de turismo diferenciadas, tendo a Vila do Estevão uma consciência mais voltada à conservação dos patrimônios naturais e culturais da comunidade. O objetivo geral desta pesquisa foi desenvolver o planejamento estratégico de turismo de base comunitária, com a participação da comunidade local, na ARIE da Vila do Estevão, Aracati, Ceará. Sendo assim, este trabalho foi subsídio teórico para o desenvolvimento de um turismo de base comunitária na ARIE da Vila do Estevão, utilizando os preceitos da Geoecologia das Paisagens, com a finalidade de fomentar uma forma de turismo que prime pela valorização das culturas locais e a conservação e permanência dos recursos naturais do meio ambiente. O principal resultado da pesquisa foi da identificação das potencialidades e limitações da comunidade para elaborar a proposta de turismo comunitário, efetivando as atividades turísticas que existem na Vila do Estevão fundamentando-se na inadequada a característica ambiental, social, cultural e econômica do local pesquisado.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável; Turismo de Base Comunitária; Gestão Turística; Zoneamento, A ARIE da Vila do Estevão.

ABSTRACT

The study was developed in the Area of Relevant Ecological Interest (ARIE) of Estevão Village, located in the municipality of Aracati, State of Ceará, northeastern part of Brazil. The state represent an important tourist potential and intensive tourism, mainly because of the beautiful beaches with both on the national and international scale. The Estevão Village is located next to Canoa Quebrada, known as one of the most famous tourism destinations in the coastline of municipality of Aracati, located 13 km from the district headquarters and 179 km from Fortaleza, the capital state. The Village where the focus of this research has a characteristic similar to community based tourism. Both Canoa Quebrada and the the Village of Estevão develops different forms of tourism, highlighting the awareness and consciousness of the conservation of natural and cultural heritage of the community in the Estevão Village. The overall objective of this research was to develop the strategic planning of community based tourism, with the participation of local community in the ARIE of Estevão Village. Thus, this study aimed to contribute significantly to the development of a community based tourism in the ARIE of Estevão Village, using the precepts of Geoecology of landscapes, in order to promote a form of tourism that value the local cultures and the preservation and permanence of the natural resources of the environment. The main result of the study was the community's potential and limitations identified to develop the community tourism proposal, for the effective tourism based on the exist activities in the Village grounding inadequate environmental characteristics, social, cultural and economic through the research.

Keywords: Sustainable Development; Community-based tourism; Tourism Management; Zoning, the ARIE Village of Estevão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Fases de Planejamento e Gestão Ambiental	29
Figura 02 – As etapas determinadas para realizar o planejamento ambiental.....	33
Figura 03 – Os aspectos relevantes na implantação do turismo de base comunitária.....	59
Figura 04 – Estrutura do turismo comunitário.....	61
Figura 05 – Norteadores do turismo comunitário.....	63
Figura 06 – Potencial benefícios obtidos através do turismo em áreas protegidas.....	69
Figura 07 – Tipo de Unidade de Conservação no Brasil.....	70
Figura 08 – Localização geográfica da ARIE da Vila do Estevão.....	77
Figura 09 – Mapa dos Unidades Geoambientais do Município de Aracati.....	80
Figura 10 – Comércio em Canoa Quebrada.....	99
Figura 11 – Mosaico de figuras dos atrativos naturais e atividade econômicas de Canoa Quebrada.....	99
Figura 12 – A rua principal do Canoa Quebrada, rua Dragão do Mar.....	100
Figura 13 – A restaurante de rua principal de Canoa Quebrada.....	100
Figura 14 – O restaurante tradicional de Canoa Quebrada na década de 1980.....	102
Figura 15 – Visão aérea de Canoa Quebrada e Vila do Estevão.....	109
Figura 16 – As atrações turísticas da Vila do Estevão.....	121
Figura 17 – Proposta de Zoneamento Turístico Funcional da Vila do Estevão.....	128
Figura 18 – Zona marítima de ecoturismo da Vila do Estevão.....	130
Figura 19 – Zona de praia balneabilidade da Vila do Estevão.....	131
Figura 20 – Zona de Preservação de Falésias da Vila do Estevão.....	132
Figura 21 – Zona de Equipamentos e Serviços Turísticos e Cultural da Vila do Estevão.....	133
Figura 22 – Zona de Atividades Esportivas da Vila do Estevão.....	133
Figura 23 – Zona de Expansão Residencial e Turismo Comunitário da Vila do Estevão.....	134
Figura 24 – Zona de Dunas com Práticas de Ecoturismo da Vila do Estevão.....	135
Figura 25 – Zona de Infraestrutura de Apoio ao turismo da Vila do Estevão.....	136
Figura 26 – Processo do desenvolvimento de turismo comunitário.....	137
Figura 27 – As dimensões ambiental, social, cultural e econômica de Turismo de base comunitária.....	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Número de chegada de turistas internacionais no mundo – 2013.....	43
Gráfico 02 – Principais Destinos Internacionais – 2013.....	44
Gráfico 03 – Entrada turística por propósito de visitas – 2013	44
Gráfico 04 – Estimativa populacional do Município de Aracati.....	85
Gráfico 05 – População residente do Município de Aracati – 1991 à 2010 (Rural e Urbana).....	85
Gráfico 06 – População residente no Município de Aracati, por gênero – 1991 / 2010.....	86
Gráfico 07 – Unidades de saúde do SUS, por tipo de prestador de serviços, no Município de Aracati – 2013.....	87
Gráfico 08 – Casos confirmados das doenças de notificação compulsória em Aracati.....	88
Gráfico 09 – Indicadores educacionais no ensino fundamental do Município de Aracati 2013.....	88
Gráfico 10 – Indicadores educacionais no ensino médio do Município de Aracati - 2013.....	89
Gráfico 11 – Produto Interno Bruto, por setor, do Município de Aracati - 2011.....	91
Gráfico 12 – Produto Interno Bruto a Preço de Mercado e Produto Interno Bruto <i>per capita</i> – Município de Aracati 2006 - 2011.....	92
Gráfico 13 – Número de empregos formais – 2012.....	93
Gráfico 14 – Abastecimento de água municipal de Município de Aracati - 2012.....	95
Gráfico 15 – Esgotamento sanitário de Município de Aracati – 2012.....	95
Gráfico 16 – Porcentagem de hotéis da rede hoteleira do município de Aracati.....	104
Gráfico 17 – Rede Hoteleira do Município de Aracati nos últimos 20 anos.....	105
Gráfico 18 – Investimento dos empreendimentos de hospedagem em Canoa Quebrada - 2009.....	106
Gráfico 19 – Porcentagens de sexos masculinos e femininos da população na Vila do Estevão.....	113
Gráfico 20 – A faixa etária da população da Vila do Estevão.....	114
Gráfico 21 – Níveis de escolaridade da população da Vila do Estevão.....	114
Gráfico 22 – A religião da Vila do Estevão.....	115
Gráfico 23 – A ocupação da Vila do Estevão, por número de pessoa.....	116
Gráfico 24 – A renda econômica individual da Vila do Estevão.....	116
Gráfico 25 – A renda econômica familiar da Vila do Estevão.....	117
Gráfico 26 – Os tipos de construção da casa da Vila do Estevão.....	118
Gráfico 27 – Os tipos de telhado da Vila do Estevão.....	118

Gráfico 28 – Os tipos de piso da Vila do Estevão.....	119
Gráfico 29 – Abastecimento da água na Vila do Estevão.....	119
Gráfico 30 – Destino do lixo da Vila do Estevão.....	120
Gráfico 31 – O número e o tipo de hospedagens da Vila do Estevão.....	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Aspectos de integração que devem ser considerados no planejamento turístico.....	73
Quadro 02 – Zoneamento funcional turístico da ARIE da Vila do Estevão.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Produtos da lavoura permanente – 2013.....	90
Tabela 02 – Produtos da lavoura temporária – 2013.....	90
Tabela 03 – Espécie de efetivo.....	90
Tabela 04 – Os objetivos de TBC discutido na Vila do Estevão.....	141
Tabela 05 – As possíveis parcerias e as colaborações discutido na Vila do Estevão.....	142
Tabela 06 – Os fatores a serem conservados, discutidos na Vila do Estevão.....	143
Tabela 07 – As atividades turísticas, conforme discutido na Vila do Estevão.....	144

LISTA DE SIGLAS

- AME – Associação de Moradores da Vila do Estevão
- APA – Área de Proteção Ambiental
- APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation
- ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
- BID – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BIRD – Bando Mundial
- CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
- EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo / Instituto Brasileiro de Turismo
- FESTMAR – Festival Internacional de Teatro de Rua do Aracati
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LDCs – Least Developed Countries*
- MMA – Ministério de Meio Ambiente
- ONG – Organização Não Governamental
- PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
- PIB – Produto Interno Bruto
- PLANTUR – Plano Nacional de Turismo
- PRODEMA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
- PRODETUR/NE – Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro
- PROURB – Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística
- REDE TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário
- REDTURS – Rede de Turismo Sustentável da América Latina
- RPPN – Reservas Particulares de Proteção Ambiental
- SDU – Secretaria de Desenvolvimento Urbano
- SETUR/CE – Secretária de Turismo do Ceará
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
- ST-EP – World Tourism Organization's Sustainable Tourism – Eliminating Poverty programme*
- TBC – Turismo de Base Comunitária

UFC – Universidade Federal do Ceará

UNEP – *The United Nations Environment Programme*

(A Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas)

UNWHO – *United Nation World Health Organization*

(A Organização Mundial da Saúde das Nações Unidas)

UNWTO *The United Nations World Tourism Organization* (Organização do Turismo Mundial das Nações Unidas)

WTO – World Tourism Organization (Organização Mundial do Turismo)

WWF BRASIL – World Wide Fundo for Nature BRASIL

ZVS – zona de vida silvestre

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS TÉCNICO-METODOLÓGICOS.....	20
2.1	Geoeologia das Paisagens: conceitos e procedimentos aplicados no zoneamento e planejamento ambiental.....	20
2.1.1	<i>Conceituação de Paisagem.....</i>	<i>20</i>
2.1.2	<i>Conceito de Geoeologia das Paisagens.....</i>	<i>24</i>
2.1.3	<i>Como se estruturam as etapas da Geoeologia das Paisagens.....</i>	<i>28</i>
2.2	Planejamento e Zoneamento Ambiental.....	31
3	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	39
3.1	Paradigmas do turismo e sua evolução no contexto atual.....	39
3.1.1	<i>Conceito do turismo.....</i>	<i>39</i>
3.1.2	<i>Turismo na atualidade.....</i>	<i>42</i>
3.1.3	<i>Aspectos históricos do turismo.....</i>	<i>45</i>
3.2	Desenvolvimento Sustentável e Turismo de Base Comunitária em Unidade de Conservação.....	50
3.2.1	<i>Importância do desenvolvimento sustentável.....</i>	<i>50</i>
3.2.2	<i>Conceito de turismo de base comunitária.....</i>	<i>55</i>
3.2.3	<i>Rede Cearense de Turismo Comunitário: REDE TUCUM.....</i>	<i>65</i>
3.2.4	<i>Conceito de Unidade de Conservação.....</i>	<i>67</i>
3.2.5	<i>Função da Estratégia da Gestão Turística.....</i>	<i>71</i>
4	ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ARACATI.....	75
4.1	O entorno geográfico municipal e distrital de Aracati e Canoa Quebrada: aspectos históricos.....	76
4.2	As Unidades Geoambientais.....	79
4.2.1	<i>Planície Litorânea.....</i>	<i>79</i>
4.2.2	<i>Tabuleiro Pré Litorâneo.....</i>	<i>81</i>
4.2.3	<i>Planície Fluvial.....</i>	<i>82</i>
4.2.4	<i>Clima.....</i>	<i>82</i>
4.2.5	<i>Hidrografia.....</i>	<i>83</i>
4.2.6	<i>Vegetação.....</i>	<i>83</i>
4.3	Aspectos socioeconômicos e culturais.....	84
4.3.1	<i>Aspectos sociais.....</i>	<i>84</i>

4.3.2	<i>Atividades econômicas do Município de Aracati</i>	89
4.3.3	<i>Aspectos Culturais</i>	93
4.4	Saneamento Básico	94
4.5	Turismo em Aracati	96
4.6	Distrito de Canoa Quebrada	98
5	DIAGNÓSTICO INTEGRADO DE ARIE DA VILA DO ESTEVÃO	109
5.1	Condições socioeconômicas e feições paisagísticas culturais	109
5.1.1	<i>Aspectos históricos da ARIE da Vila do Estevão</i>	110
5.1.2	<i>A Área de Relevante Interesse de Vila do Estevão (ARIE)</i>	112
5.1.3	<i>As Organizações não governamentais da Vila do Estevão</i>	112
5.1.4	<i>Aspectos sociais da ARIE da Vila do Estevão</i>	113
5.1.5	<i>Atividades econômicas da ARIE da Vila do Estevão</i>	115
5.1.6	<i>Infraestrutura da ARIE da Vila do Estevão</i>	117
5.1.7	<i>Turismo em ARIE da Vila do Estevão</i>	120
5.2	Diagnóstico Turístico Socioambiental	123
5.2.1	<i>Potencialidades</i>	124
5.2.2	<i>Os problemas e as limitações</i>	125
6	PLANO DA GESTÃO TURÍSTICA DE BASE COMUNITÁRIA	127
6.1	Proposta de Zoneamento Turístico funcional	127
6.2	Plano da Gestão Turístico Ambiental	136
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
	REFERÊNCIAS	149

1 INTRODUÇÃO

O relatório desta investigação “Estratégias da gestão turística de base comunitária em Unidade de Conservação: a ARIE da Vila do Estevão, Aracati-CE” decorre de pesquisa realizada no decorrer do curso de Mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Ceará (UFC).

A pesquisa foi realizada na Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Vila do Estevão, no Município de Aracati, Estado do Ceará, região Nordeste do Brasil. No Ceará, encontra-se um grande potencial e intensiva atividade turística, principalmente em virtude de sua vasta planície litorânea. A Vila do Estevão localiza-se ao lado de Canoa Quebrada, litoral do Município de Aracati, sendo um dos destinos turísticos mais visitados na região Nordeste do Brasil e situa-se a 13 km da Sede municipal e 179 Km de Fortaleza. O acesso ocorre, principalmente, pela CE-040 (que a conecta com outros municípios litorâneos), e por outra estrada local asfaltada e ligada à BR-304.

Canoa Quebrada oferece significativa estrutura de turismo convencional para poder atender as demandas dos turistas nacionais e internacionais. Já a ARIE da Vila do Estevão, como principal foco desta pesquisa localizada ao lado de Canoa Quebrada, tem atividades turísticas que se assemelham um tipo de turismo comunitário. A ARIE da Vila do Estevão iniciou-se com o desenvolvimento de atividades tradicionais, como a pesca artesanal, ou que utiliza a jangada, barcos feitos de madeira com a vela, sendo conhecidos como o símbolo de Nordeste, assim como a confecção de rendas de labirinto que tem destaque no artesanato cearense.

A ARIE da Vila do Estevão está em cima das falésias, tendo o mar à sua frente e as dunas moveis e fixas ficam por cima das falésias. Atualmente, a Vila do Estevão conta com uma população total de 300 moradores. Existe grande diversidade paisagística, como praias, falésias, campo de dunas, além de atividades culturais que fazem parte da identidade do local, como pesca artesanal, construção de jangadas e o artesanato de labirintos, que podem ser relevantes potenciais turísticos, especialmente na planície litorânea do Ceará.

Canoa Quebrada foi descoberta por turistas nos anos de 1960 e 1970, sendo hoje um destino conhecido mundialmente. Além dos atrativos naturais, como sol, praia e duna, oferece uma infraestrutura, com pousadas, restaurantes, bares e lojas, com maior concentração na rua principal que chama-se ‘Broadway’. O turismo de massa que predomina nas atividades de Canoa Quebrada não levou em consideração as condições naturais dos ecossistemas litorâneos e as aspectos sociais de população local. Conforme Esmeraldo (2002), a Canoa

Quebrada passa por transformações, com base influências ambientais e sociais e por meio do mercado de especulação imobiliária, que modificaram o modo de vida dos moradores.

Enquanto isso, a ARIE da Vila do Estevão busca conservar as características tradicionais da comunidade. As hospedagens são oferecidas em quartos das casas dos moradores ou em chalés construídos nos quintais das casas destes. Em termos de equipamentos que oferecem alimentação aos turistas, existe uma padaria comunitária e há um restaurante, que servem comidas tradicionais, podendo também oferecer experiências diferenciadas das atividades turísticas ofertadas em Canoa Quebrada para os visitantes, como uma trilha ecológica, entre outros.

O interesse por esta pesquisa surgiu primeiramente de uma experiência de aulas de campo, ainda na graduação do curso de Relações Internacionais, na Universidade de Tokai, no Japão, no ano de 2009, com duração de cinco dias na área estudada. Posteriormente, foi ofertada uma bolsa de estudos, a qual possibilitou permanecer por seis meses na Vila do Estevão. O principal objetivo do projeto era o desenvolvimento de trabalhos com a comunidade, que visavam à valorização e permanência da cultura local. Com tais experiências, criou-se um vínculo com a comunidade, que permitiu maior proximidade, sendo de grande importância para a escolha da Vila do Estevão como área de estudo para a realização deste trabalho. A efetivação desta pesquisa se deu de forma integrada aos ideais da associação de moradores da comunidade, que tem como principais pontos de luta a preservação do território, da natureza e da cultura local.

O objetivo geral desta pesquisa foi desenvolver o planejamento estratégico de turismo de base comunitária, com a participação da comunidade local, na ARIE da Vila do Estevão, Aracati, Ceará. Os objetivos específicos foram: realizar o diagnóstico de serviços turísticos em curso na ARIE da Vila do Estevão; compreender as características sociais, econômicas e culturais dos moradores da comunidade; reconhecer os potenciais e limitações turísticas da comunidade, elaborar mapas temáticos referentes à realidade socioambiental local e elaborar o zoneamento turístico funcional, considerando as potencialidades e as limitações das presenças naturais e culturais.

Desta forma, este estudo busca contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do turismo comunitário na ARIE da Vila do Estevão, utilizando os preceitos da Geocologia das Paisagens, como forma de sistematização do processo e com o propósito de estimular um turismo que busque a valorização das culturas locais e a conservação e permanência dos recursos naturais do meio ambiente.

Atualmente existem vários problemas socioambientais em Canoa Quebrada,

causados, principalmente, pelas atividades turísticas. Neste momento se faz necessário compreender os vetores, causas, e consequências quanto a essas influencias, no sentido de poder mitigar e evitá-los por meio do desenvolvimento de um turismo sustentável. Em razão dessas influencias, considera-se importante encontrar outros modos de realizar o turismo de maneira participativa junto à comunidade local.

O aumento da atividade turística elevou os influxos em todos os níveis dos principais vetores das comunidades do Município de Aracati, pois o turismo cresceu sem um planejamento que garantisse a sustentabilidade ambiental, cultural e social.

Embora o turismo realizado na Vila do Estevão possua similaridade com um turismo comunitário, percebe-se a falta de um grupo local que centralize e oriente o desenvolvimento do turismo comunitário. Assim, a ARIE da Vila do Estevão realiza um turismo de maneira individual. Além disso, falta capacitação dos moradores, como minicursos em administração, serviços turístico, entre outros, que podem ser realizados pela organização turística dos moradores.

O foco da pesquisa persiste em uma análise integrada e um planejamento ambiental como forma de propor atividade turística estabelecida na área com a perspectiva sustentável da ARIE da Vila do Estevão. Com efeito é importante apresentar um plano de gestão turísticas comunitária com alcance em curto e médio prazo para a ARIE da Vila do Estevão. Essa proposta leva em consideração a análise e o diagnóstico das potencialidades e limitações para que seja possível realizar o turismo comunitário, a fim de obter a sustentabilidade.

Sendo assim, percebe-se que o planejamento do turismo necessita de etapas que compreendam essa necessidade. A metodologia desta pesquisa foi baseada na Geoecologia das Paisagens e na análise turística, que dispendo de uma sequência de etapas que podem direcionar o desenvolvimento do turismo de forma mais sistêmica.

A pesquisa em foco foi desenvolvida em três principais etapas, constituídas de Análise, Diagnóstico e Proposta. A primeira foi a fase de análise das realidades das atividades turísticas desenvolvidas na ARIE da Vila do Estevão, procurando-se interpretar as condições das paisagens naturais e culturais, bem como fazer um levantamento da infraestrutura turística, reconhecimento de serviços turísticos, compreensão da organização das comunidades, população e verificação da perspectiva dos moradores em relação ao turismo.

A segunda fase foi o diagnóstico, realizada com suporte em dados do período de análise. Com o reconhecimento das influências negativas, é necessário repensar as maneiras e opções de um turismo sustentável, que levassem em consideração a consciência ambiental e social, junto com a participação da comunidade. Essa fase foi de grande importância, pois

permitiu compreender a realidade atual da comunidade, e assim, serviu de suporte para a realização da etapa seguinte.

A última foi a elaboração da proposta de turismo de base comunitária, com a elaboração de zoneamento, considerando as potencialidades e as limitações dos aspectos naturais e culturais, sobretudo das características da ARIE da Vila do Estevão. Estas realizações das análises integradas, efetivadas sobre as condições socioambientais, podem auxiliar futuramente a comunidade em uma possível organização de atividade turística local. A fase de proposta é considerada um dos principais momentos desse estudo, sendo fruto de todo o processo da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS TÉCNICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, será discutido sobre a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente, os conceitos de paisagem e Geoecologia das Paisagens serão discutidos, o que servirá como base para as demais etapas. A Geoecologia das Paisagens possui o objetivo geral, como a realização de diagnósticos integrados. A base principal da fase do diagnóstico fundamenta-se na elaboração de um programa de desenvolvimento socioeconômico e do plano da gestão e manejo territorial (SILVA, 2012).

2.1 Geoecologia das Paisagens: conceitos e procedimentos aplicados no zoneamento e planejamento ambiental

2.1.1 Conceito de Paisagem

Primeiramente, o termo paisagem é originado da palavra alemã, '*landschaft*'. A definição de paisagem existe desde a Idade Média, a fim de caracterizar uma região que possui sua área desenvolvida por pequenas unidades de ocupação humana (MAXIMIANO, 2004). Segundo Watanabe (2009), o dicionário japonês que possui a palavra paisagem foi publicado no ano de 1935. A paisagem é compreendida por expressões chave, como cenário e bela vista, possuindo a interação da entre a natureza com o ser humano. Conforme Salgueiro (2001), o termo paisagem é identificado, aparentemente, no século XVIII. Percebe-se que a paisagem se posicionava constantemente ao lado da história humana.

As primeiras definições científicas do conceito de paisagem foram feitas pelos geógrafos no século XIX. Houve a definição da paisagem, como “o sistema local organizado hierarquicamente” feito pelo estudioso Rosenkranz, no ano de 1850. Posteriormente, Neef (1967) a interpretou como “a parte da superfície da terra com a estrutura uniforme e padrão funcional”. Naveh (1987) acentua por sua vez que “a paisagem deve ser compreendida como a totalidade de entidade de Ecologia, Geografia, integrando o processo e o acontecimento da natureza e do humano.”. Leser (1997) enfatizou o ecossistema da paisagem, como, ‘os padrões especiais de o abiótico, o biótico e o componente antropogênico que formam a função entidade e o ambiente humano,’ (BASTIAN, 2002).

Percebe-se a concentração das definições clássicas de paisagem no ponto de vista da natureza, em razão, provavelmente, da centralização conhecimento das áreas acadêmicas

limitadas, que até então não estabelecem de fato uma relação mais profunda com o meio social. Lehman (1986), *apud* Bastian (2002) interpretam as definições de paisagem nos séculos XIX e XX, por meio das perspectivas geográficas e biológicas, refletindo em uma conexão holística da paisagem.

Como ensina Silveira (2009), o início dos estudos da paisagem foca-se nas especificações das formas físicas da superfície terrestre, na qual, gradualmente, foram sendo integradas as atividades humanas no decorrer do tempo de que resultam a compartimentação da paisagem natural e da paisagem cultural. As definições contemporâneas de paisagem têm uma visão integrada com o aspecto natural e social, que necessita o conhecimento das diversas ciências para essa compreensão.

A essência da paisagem é a interação da natureza associada à cultura, consideradas pelos autores Naveh (1995), Antrop (1997, 2000), Palang e Fly (2003). Conforme, Naveh, Leberman (1994), *apud* Wu (2006), a paisagem é considerado, como “o total do ecossistema humano.” (ANTROP, 2005).

Como entende Silveira (2009), atualmente existem diversas áreas que estudam a paisagem, como Geografia, Geologia, Geomorfologia, Biologia, Ecologia, Agronomia, Arquitetura entre outros, partindo da compreensão global da natureza mediante relações complexas entre a natureza e as sociedades, a fim de elaborar a gestão de espaço, as projeções do uso e planejamento territorial. Este fato permite ampliar a compreensão nos estudos da paisagem, o que possibilita inserir uma perspectiva interdisciplinar na elaboração dos planejamentos paisagísticos, de acordo com sua complexidade. Assim como o turismo pode se integrar nas mais variadas vertentes do conhecimento antropológico, econômico, ecológico, social, entre outros, dessa forma, o turismo também pode ser compreendido como um estudo de caráter interdisciplinar (PINTO; CASTRO, 2013).

O turismo possui a influência não somente para a economia local, nacional e internacional, mas também para os meios ambiental e social. O turismo não planejado pode, em médio e longo prazos, causar mais consequências negativas do que positivas sobre a natureza e sociedade local. Esses impactos negativos criaram a necessidade da gestão turística, voltada aos interesses de um planejamento sustentável, com enfoque na interdisciplinaridade dessa atividade, principalmente para o meio ambiente e no âmbito social.

Antrop (2005) considera a paisagem como a interação do processo natural e das atividades humanas, refletindo na criação de uma realidade material. Além disso, o autor menciona o valor imaterial das existências simbólicas das paisagens, neste momento, destacando o aumento da influência da atividade humana para o meio ambiente, que permite a

relação inseparável por sua complexidade entre eles.

Barros (2011) acredita que a paisagem é compreendida como o espaço físico que desta a integração inseparável dos recursos naturais e sociedades, com as características integradas quanto aos aspectos naturais e antroponaturais, sendo considerada como um sistema que contém recursos naturais e atividades humanas. Por consequência, as paisagens possuem uma complexidade na sua formação, que integram inúmeros componentes ambientais, bem como suas diversidades e as multirrelações.

Percebe-se a importância de se instituir uma visão integrada para obter a interpretação das paisagens, considerando a natureza e a sociedade, no modo mais complexo. Assim, como vistas a harmonizar a atividade humana adequada por meio ambiente, necessita-se o estudo integrado, que será aplicado no foco da pesquisa, como o turismo de base comunitária na ARIE da Vila do Estevão, discussão efetuada no capítulo 3. A área de pesquisa constitui-se como uma comunidade caracterizada que possui as características de paisagem.

Na perspectiva de Barros (2011, p.5),

Comunidade territorial; caráter sistema e complexo de sua formação que determina a integridade e sua unidade; o nível particular do intercâmbio de fluxos de substâncias, energia e informação, que determina seu funcionamento; a homogeneidade relativa da associação espacial das paisagens, que territorialmente caracterizam-se por um nível inferior, com regularidades de subordinação espacial e funcional.

A paisagem é considerada como a relação dos elementos que compõem um determinado ambiente. Para que se possa aprofundar o seu conhecimento é necessário acompanhar os compartilhamentos descritos a seguir. Nas palavras de Antrop (2005), as paisagens envolvem as necessidades sociais e econômicas das sociedades. Entende Barros (2011), que a paisagem possui três formações - aspectos naturais, sociais e culturais. O natural é fundamentado em todas as dimensões que permitem a existência das relações entre os componentes naturais, interação com a sociedade humana. Análise da paisagem por via do ponto de vista dialético necessita considerar a existência e a organização sistêmica como uma totalidade.

Silveira (2009) por sua vez, explica as paisagens social e cultural como uma totalidade das ações que resultam nas transformações dos espaços urbano e rural por meio das atividades humanas. A paisagem não é um objeto definitivo de análise, mas se encontra em constante evolução, correspondendo às mudanças no aspecto natural e nas práticas sob o aspecto social no decorrer do tempo. Conforme ainda Antrop (2005), a paisagem não se refere somente à área rural, como a compreensão tradicional da Europa, nem à natureza espetacular,

como entendimento tradicional das Américas. A reorganização do uso da terra adequada às necessidades sociais resulta na mudança rápida, como, por exemplo, o fragmento e o desaparecimento das paisagens tradicionais, enquanto surgirem outras formas das paisagens.

Nos dias de hoje, há uma exigência da perspectiva e da prática, que buscam adequar-se à sustentabilidade. Para Antrop (2005), a base holística da paisagem é compreendida como a integração dos aspectos natural e humano de forma sustentável. As mudanças recentes são vistas como uma ameaça das suas existências, de tal modo que a visão de conservação possui duas vertentes principais, como a função própria da conservação da natureza e a segunda para obter a sustentabilidade, assegurando meios de sobrevivência para as comunidades. A proteção dos patrimônios natural e cultural da paisagem foca na perspectiva sustentável e confronta, principalmente, a urbanização e as pressões das atividades de lazer, como o turismo, que resultam no aumento de consequência da concentração do uso da terra.

As paisagens não se caracterizam como exceção, pois requer um planejamento baseado na sustentabilidade, na sua continuidade e no seu monitoramento. Neste sentido, faz-se necessário realizar a orientação de conservar a paisagem por via das atividades humanas de forma sustentável. Esta visão de sustentabilidade requer uma forma de compreensão integrada, que possa entender a sua complexidade. Sendo assim, conforme Bastian (2002), os processos ambientais que formam a paisagem possuem alta complexidade com o sistema integrado. A paisagem não deve ser provida como um composto de geofatores individuais, mas uma integração da complexidade geográfica (geossistema). Verifica-se, então a importância da compreensão interdisciplinar nos conhecimentos das paisagens, com o objetivo de resolver os problemas ambientais.

A formação das paisagens tradicionais pode ocorrer juntamente com a preservação do meio ecológico e da diversidade, mediante a valorização das práticas tradicionais que sejam sustentáveis, mantendo e enriquecendo a qualidade de vida das populações locais. Necessita-se planejar os usos multifuncionais das novas paisagens, adequadas à forma sustentável, especialmente nas áreas que possuem um intenso uso da terra e concentram população e atividades humanas (ANTROP, 2005). Além da importância de preservar a natureza, é necessário reconsiderar a valorização de prática e cultura tradicionais que permitem a preservação de paisagem social e cultural.

Ao entendimento de Rodriguez e Silva (2013), a caracterização teórica e metodológica de paisagem fundamenta-se por três principais perspectivas.

- ✓ “O conceito de Geoecologia das Paisagens.”
- ✓ “A Teoria dos Geossistemas.”: pode ser compreendida como uma noção que busca definir o espaço através de múltiplas dimensões, do reconhecimento individual de cada elemento da paisagem e de como estes se relacionam entre si.
- ✓ “A noção de Sistema Geoecológico da Paisagem.”

Em decorrência da complexidade de estrutura da paisagem contemporânea, é necessária uma metodologia de enfoque interdisciplinar e transdisciplinar (SILVA, 2012). Para que possa realizar o planejamento das paisagens que possui a visão integrada, se exige uma metodologia que possa guiar o caminho a realização.

2.1.2 Conceito de Geoecologia das Paisagens

Como leciona Silva (2012), o processo metodológico a fim de obter o entendimento da paisagem por meio da Geoecologia é referente às interpretações das paisagem natural, social e cultural. Compreendeu Mezzomo, Ghisso e Campos (2014) que a Geoecologia é considerada como o meio de análise e diagnóstico ambientais de determinada paisagem, utilizando a técnica de compreensão integrada das características ambientais. De acordo com Rodriguez e Silva (2013), a Geoecologia é uma ‘eco ciência’, na qual, há a conjunção de complexidade sobre a terra e a vida que se desenvolve.

Neste segmento, a Geoecologia é estabelecida com foco na Antropologia e no meio ambiente, aprofundando o conhecimento destes setores com a finalidade de conquistar um ambiente habitacional e realizar um trabalho adequado para a natureza e as sociedades. Para que se possa compreender a dinâmica de Geoecologia das Paisagens, faz-se necessário conhecer a epistemologia dessa ciência.

Anterior ao surgimento da Geoecologia das Paisagens, existiam os trabalhos realizados por Humboldt, Lamonosov e Dokuchaev no século de XIX (BARROS,2001). Como informam Rodriguez e Silva (2013), foi criada a expressão ‘Ecologia das Paisagens’ no ano de 1939, na qual, os fundamentos que embasam o surgimento da Geoecologia das Paisagens aparecem de forma bem mais intensa, posteriormente, no ano de 1966. Desde então, a paisagem natural é considerada como a forma inter-relações no meio com os seres vivos e seu ambiente.

Tanto a Geoecologia quanto a Ecologia possuem a ideia principal de integrar os setores natural e social. A Ecologia das Paisagens foi elaborada por Carl Troll, quando analisou a paisagem da savana do leste africano, impressionando-se com a importância da abordagem vertical da ecologista e da abordagem horizontal do geógrafo no final dos anos de 1930. Posteriormente, escrevem os importantes relatos da Ecologia das Paisagens, pelos estudiosos, Schmithüsen, Neef, Haase, Richter, Barsch, Schreiber, Leser, entre outros (BASTIAN, 2002).

O conceito original da Ecologia das Paisagens, elaborado por Carl Troll (1939), a considera como “o estudo de relação complexa as comunidades de vida (life communities) e o ambiente deles.”. Esta integração das abordagens geográfica e estrutural, junto a abordagens ecológica e funcional, é o avanço que guia para transformá-la em ciência global estabelecida de 1985 a 2005 (WU, 2006). Percebe-se a grande influência das Ciências Geográficas para a construção do conceito de Ecologia das Paisagens. Esta integração das ciências permite o conhecimento interligado nos diversos elementos que compõem a paisagem.

A Ecologia das Paisagens possui duas visões diferentes (BASTIAN, 2002).

- ✓ A abordagem voltada para a Biologia: especialmente na América do Norte e algumas escolas na Europa.
- ✓ A abordagem dirigida voltada para a Geografia: em particular na Região Central e Leste da Europa e América Latina.

Faz-se necessário, pois entender a intenção da ótica multidisciplinar dessa metodologia. A interdisciplinaridade da Ecologia das Paisagens considera o foco ecológico, entretanto, é recomendada a integração com o aspecto socioeconômico, a fim de compreender e resolver a gestão das paisagens e os problemas do planejamento (WU, 2006). Verifica-se uma interligação por meio de metodologia e as práticas, de acordo com o pensamento de que desde os anos de 1970, existe um relacionamento mútuo entre a Ecologia das Paisagens, a Gestão das Paisagens e o Planejamento do Uso de Terra (BASTIAN, 2002).

Consoante Bastian (2002), a Geoecologia das Paisagens surgiu como o sinônimo da Ecologia das Paisagens, de Carl Troll. Para Santos, Amorim, Oliveira (2009), o pensamento essencial da Geoecologia das Paisagens é a análise integrada dos elementos naturais e do elemento antrópico. Desde o momento em que se realizar a caracterização geocológica e socioeconômica, permite-se a criação do planejamento territorial. Assim, percebe-se a semelhança nos fundamentos por meio de Ecologia e Geoecologia, em decorrência de sua

interdisciplinaridade.

De acordo com Rodriguez e Silva (2013, p.82), Trol fez considerar duas abordagens associada com Geoecologia.

- ✓ A abordagem propriamente da paisagem – um estudo sobre a determinação espacial da superfície terrestre e interação por meio dos fenômenos naturais.
- ✓ A abordagem biológica – exame ecológico a respeito de inter-relações operacionais dos fenômenos naturais e sistema de complexidade ecológico.

Estas abordagens estimulam a ampliação dos conhecimentos sobre fenômenos que se tornam a base dos produtos, como o planejamento, a estratégia e a gestão ambiental.

Conforme Rodriguez e Silva (2013, p.87), a Geoecologia das Paisagens devota categorias analíticas, como as que têm na sequência.

- ✓ Espaço ou Paisagem Natural – sistema de organização espacial interagindo com a natureza e as atividades humanas. Os elementos biofísicos em distintas escalas são transformados pela atividade humana.
- ✓ Espaço Geográfico – formação de objetos naturais, fabricados e modificados por processos técnicos, mecânicos e cibernéticos.
- ✓ Paisagem cultural – fundamenta-se com a fisionomia, morfológica, a representação formal espacial e territorial e as ações por meio de interação natural e humana.
- ✓ O Território – a materialidade física, a totalidade de espaço, paisagens geográficas, sistemas natural, econômico e social (SCHEIBE; DORFMAN, 2007 *apud* RODRIGUEZ; SILVA, 2013).

No mesmo modo de conceito de paisagem, a compreensão de Geoecologia das Paisagens possui uma visão complexa dos elementos que compõem a paisagem. A Geoecologia das Paisagens preocupa-se em estudar a estabilidade dos setores e compartilhar os métodos e técnicas de análise sobre o meio ambiente (FARIAS, 2013).

A Geoecologia possui o objetivo de esclarecer os arranjos espaciais nas diversas escalas por via do estudo sobre a natureza e recorrer a meios que informam a estrutura social. Nesta perspectiva, o estudo de paisagem necessita dos aspectos naturais, sociais e culturais,

como os fundamentos para que possam guiar a compreensão dos fenômenos determinados, em que existe a relação da dinâmica natural e social, da mesma forma, o tempo e o espaço da natureza social (MELLO, 2012).

É fundamental compreender a Geoecologia por meio da totalidade dos diversos elementos no seu procedimento. A complexidade da Geoecologia das Paisagens é compreendida, através a visão indissociável de seus elementos, como explicam os autores seguintes.

Para Santos, Amorim e Oliveira (2009, p.3)

O critério de distribuição desses complexos não é a semelhança, mas inseparabilidade, as relações espaciais e o desenvolvimento histórico. Cada unidade tem seu próprio nome e única área territorial.

Já no alcance do raciocínio de Silva (2012, p.5),

O procedimento de regionalização da paisagem, baseia-se na inseparabilidade, sendo cada unidade paisagística caracterizada por uma determinada interação entre seus componentes e processos naturais, que condicionam ou favorecem a um específico processo de desenvolvimento antropogênico.

A Geoecologia das Paisagens amplia a integração das áreas das Ciências. A Geoecologia das Paisagens é a ciência ambiental que compõe e integra áreas compartilhadas, como Geografia Física, Geografia Humanística, Biogeografia, Ecologia e Cartografia. Além disso, a Geoecologia relaciona-se com os saberes tradicionais das várias comunidades, principalmente por intermédio da criação de ações de gestão ambiental com a participação das populações locais (SILVA, 2012).

Neste sentido, a Geoecologia jamais se configura como uma ciência isolada, mas é uma ciência que possui inter-relação com o decorrer dos processos de análise, diagnóstico e realização das práticas, de acordo com seu conhecimento. Para Rodriguez e Silva (2013), o conhecimento dessa ciência tem como objetivo nortear iguais resoluções, de forma a otimizar os problemas das paisagens, como os desastres, os danos, a crise ecológica, entre outros, causados principalmente pelas atividades antropogênicas, além disso, desenvolver o princípio e os métodos de uso ambientalmente favoráveis à explorações racional dos recursos naturais, ao mesmo tempo, conservando o biodiversidade e o geodiversidade, a fim de obter o desenvolvimento sustentável.

Além da contribuição de Geoecologia das Paisagens, na qual, se busca maior clareza na dinâmica dos sistemas naturais, a metodologia em questão pode colaborar com a elaboração de novas bases teóricas e metodológicas no planejamento e gestão ambiental, bem

como a elaboração de modelos teóricos, a fim de promover a sustentabilidade no processo de desenvolvimento (SANTOS; AMORIM; OLIVEIRA, 2009).

Existem os seguintes pensamentos consideráveis nos processo da Ciência da Geoecologia das Paisagens. Esta constitui um sistema de métodos e procedimentos técnicos de pesquisa. A fase de análise da Geoecologia considera os compostos das inter-relações e interdependência dos componentes naturais.

O objeto de estudo abrange as paisagens naturais e culturais acerca de diversas dimensões, auxiliando nos processos de análise e diagnóstico geológico, a fim de elaborar o planejamento ambiental, que integra o zoneamento e o plano da gestão ambiental em diversas escalas com dimensão espacial.

O planejamento ambiental interpreta os problemas e as potencialidades, ao mesmo tempo (SILVA, 2012). Desta forma, o conhecimento obtido no processo de análise e diagnóstico da Geoecologia das Paisagens permite a elaboração do planejamento.

2.1.3 Como se estruturam as etapas da Geoecologia das Paisagens

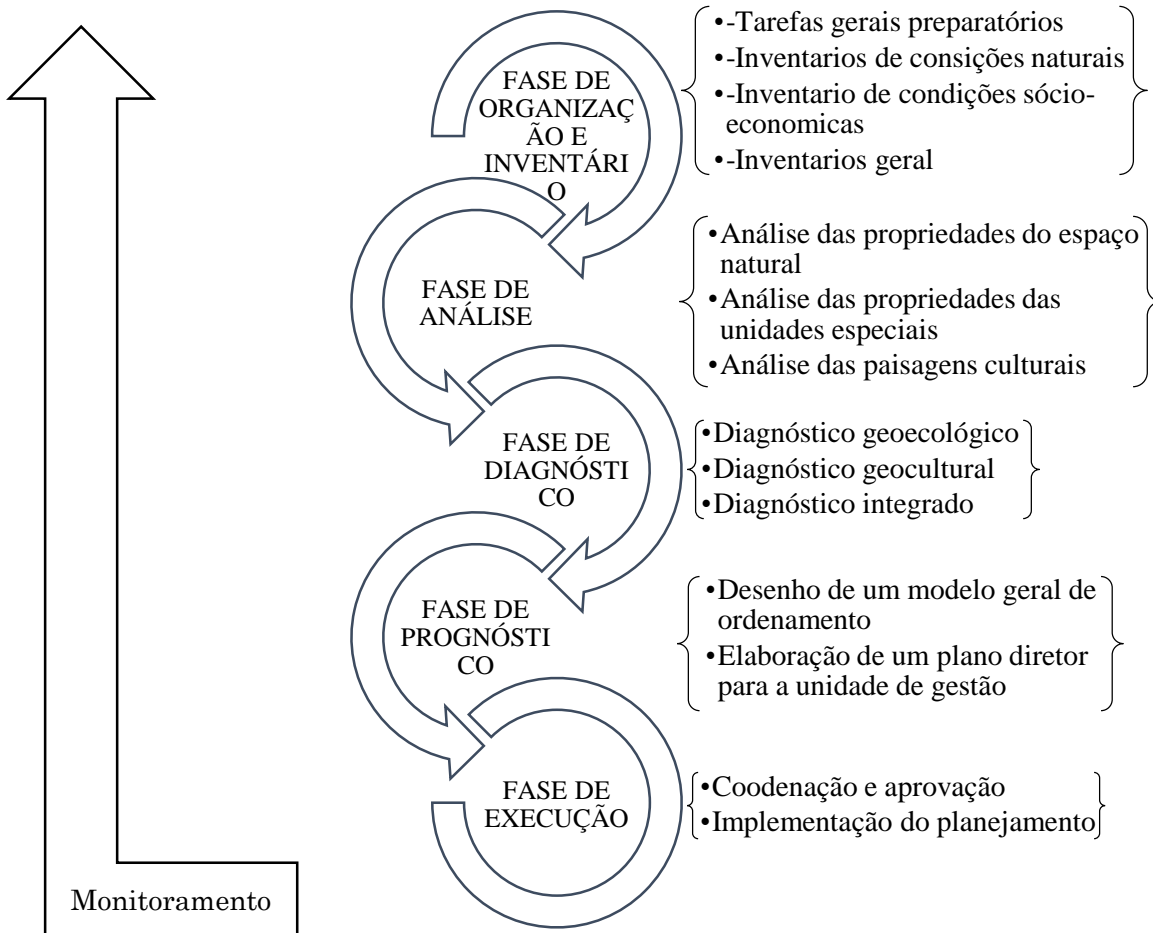
A fim de realizar o processo metodológico da Geoecologia das Paisagens, existem algumas etapas que o norteiam para que se alcancem os melhores resultados. Os autores citados a seguir explicam as sequências das fases que podem ser realizadas no planejamento ambiental.

Para atingir o planejamento ambiental, é preciso direcionar os passos que levarão à esse resultado. Rodriguez e Silva (2013) organizam as seguintes etapas no planejamento ambiental. Sendo assim, percebe-se que o planejamento necessita de períodos que compreendam essa necessidade. A Geoecologia das Paisagens dispõem de uma sequência de fases que podem direcionar o desenvolvimento do turismo de modo mais sistêmico.

Como lecionam Rodriguez e Silva (2013, p.328),

Como processo eminentemente técnico e científico, os termos de planejamento ambiental devem seguir certos caminhos pelos quais possam implementar e cumprir um conjunto de operações, incluídas em fases ou estágios de investigação. As mesmas devem conduzir e obter um certo conjunto de conceitos, índices, indicadores, regularidades e explicações que servem como resultado parciais.

FIGURA 1: Fases de Planejamento e Gestão Ambiental



Fonte: Rodriguez e Silva (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

O primeiro passo é a Organização e Inventário, que se constitui por tarefas gerais preparatórias, inventário das condições naturais e inventário geral. Neste período predomina o objetivo de identificar, caracterizar e cartografar determinadas áreas, em vistas a realizar o planejamento ambiental. As tarefas gerais preparatórias fundamentam-se no planejamento ambiental, como determinar a área de estudo, definir os objetivos principais e elaborar o projeto de pesquisa. O inventário das condições naturais busca, principalmente, elaborar dados sobre a geoecológica, a Cartografia, as condições socioeconômicas, socioambientais e a cultura. Por último, o inventário geral sistematizar as categorias geoecológicas em unidades ambientais e culturais.

O segundo passo consiste na Fase de Análise, que tem como objetivo, aprofundar-se nas propriedades sistêmicas. Este passo pode se dividir em análise das propriedades das unidades ambientais naturais, socioambientais e ambientais naturais. A análise das propriedades das unidades ambientais naturais foca-se na determinação dos aspectos paisagísticos naturais,

relatos ao funcionamento, dinâmica, transformação, mecanismo de auto-organização, regularidade, tendência e sustentabilidade. Enquanto isso, a análise de propriedades das unidades socioambientais possui a semelhante determinação, entretanto concentra-se nos aspectos das paisagens culturais. Na análise do uso das unidades ambientais naturais, identifica-se a relação entre unidades ambientais naturais e sociais, como as políticas e as práticas na gestão ambiental, nas tecnologias utilizadas, no efeito ecológico e nos problemas e limitações dos usos de unidades ambientais naturais.

O terceiro passo é constituído pela Fase do Diagnóstico, com base nas informações obtidas nas fases anteriores. Será feito um diagnóstico geocológico, geocultural e integrado do meio estudado. O objetivo desta etapa pode ser compreendido como uma interpretação de as condições dos sistemas ambientais buscarem a melhor forma de aproveitamento dos recursos naturais. Este passo conclui-se com o diagnóstico geocológico de uso das unidades ambientais naturais e o diagnóstico integrado. O diagnóstico geocológico busca avaliar as potencialidades, identificar as condições e os problemas, bem como analisar os impactos ambientais, sobretudo o relato das unidades ambientais naturais. O diagnóstico de uso das unidades ambientais naturais procura avaliar os benefícios sociais, a utilização das paisagens junto à efetivação do uso, comparando com a qualidade de vida e a qualidade ambiental. Por fim, o diagnóstico integrado avalia e reconhece as potencialidades, as limitações das práticas, as tendências das transformações e, finalmente, os programas e os planos estratégias ambientais, estabelecendo um indicativo para o desenvolvimento sustentável.

O quarto passo é conhecido como a Fase de Prognóstico, quando é feito um desenho de um modelo geral de ordenamento. Pretende-se chegar até essa etapa de prognóstico, nesta dissertação de mestrado. A projeção do modelo de ordenamento territorial se constitui de uma proposta de zoneamento funcional, gestão ambiental, plano ambiental, estratégia da gestão, política ambiental, plano diretor, entre outros. Por fim, chega a Fase de Execução, quando poderá ser feita a implementação na prática das propostas sugeridos anteriormente pelo poder público-administrativo.

Estes são os passos que desenvolvem o caminho indicado pelos estudiosos Rodriguez e Silva (2013), a fim de realizar o planejamento ambiental. Apresenta-se, então, o processo que se desenvolveu nesta pesquisa, adequando-se à orientação dos autores.

O primeiro passo foi a realização da visita de campo com o reconhecimento espacial da Vila do Estevão e Canoa Quebrada, mediante observação, registro fotográfico dos equipamentos turísticos da Vila do Estevão e Canoa Quebrada, realização de entrevistas com moradores locais e órgãos públicos e leitura bibliográfica de turismo geral e turismo de base

comunitária. No segundo passo, foram procedidas a análise e interpretação dos dados coletados informação da fase anterior. No terceiro passo, foram realizados o diagnóstico e o reconhecimento das potencialidades e limites ambientais e sociais da Vila do Estevão, para realização do turismo comunitário. Na última etapa, elaboram-se a proposição de atividade de turismo comunitário para a área. A pesquisa se encerrou no quarto passo na fase de prognóstico; porém, de acordo com articulação de comunidade e outros fatores, a quinto passo seria a fase de execução que pode se colocar em prática.

2.2 Planejamento e Zoneamento Ambiental

No seu mais abrangente significado, planejar é refletir sobre os caminhos que devem ser traçados para alcançar um resultado. Neste sentido, o planejamento assume grande importância na projeção do futuro, considerando possíveis resultados e limitações.

O planejamento ambiental confronta-se como algo inovador, e representa um procedimento que requer raciocínio (ALMEIDA et al, 1993). O planejamento aplicado pela Geocologia das Paisagens pode contribuir no conhecimento fundamental de meio ambiente, considerando a Ciência Ambiental, permitindo solidificar a formação da teoria, da metodológica, do planejamento e da gestão ambiental. Estes processos de desenvolvimento das formações podem cooperar com a perspectiva sustentável (BARROS, 2011).

Para Almeida et al. (1993, p.16),

O planejamento ambiental consiste em um grupo de metodologias e procedimentos para avaliar as consequências ambientais de uma ação proposta e identificar possíveis alternativas a esta ação (linha de demanda); ou um conjunto de metodológicas e procedimentos que avalia as contraposições entre as aptidões e usos dos territórios a serem planejados (linha de oferta).

Já o,

[...] planejamento ambiental é um processo intelectual no qual são projetados os instrumentos de controle baseados em uma base técnico-científica, instrumental e participativa, o que deve facilitar a implementação de um conjunto de ações e processos de gestão e de desempenho. (RODRIGUEZ; SILVA, 2013, p.133).

O planejamento pode ser compreendido como estratégia para reconhecer, organizar e gerenciar o espaço, direcionando ações e medidas que melhor se harmonizem. Conforme Rodriguez e Silva (2013), a ideia de planejamento ambiental foi elaborada nos últimos 40 anos, relacionando-se com outras categorias de planejamento, em razão do objetivo principal, que deve reconhecer o meio ambiente como base em todas as formas de planejamento.

Um dos objetivos do planejamento ambiental é a redução dos impactos causados, principalmente pela ocupação inadequada e desordenada dos espaços (SANTOS; AMORIM; OLIVEIRA, 2009). Conforme Rodriguez e Silva (2013), a fim de realizar o modelo de desenvolvimento sustentável, a exigência da sustentabilidade no processo de planejamento ampliou-se rapidamente nos últimos anos. O planejamento direcionado para o desenvolvimento é compreendido como uma elaboração da perspectiva integrada por meio da visão econômica e socioambiental no seu processo.

Atualmente, percebe-se um desequilíbrio nas relações entre sociedade e natureza, oriundo de práticas irregulares e falta de planejamento e gestão dos recursos naturais. Diante desses problemas, se faz necessário considerar o planejamento para o uso desses elementos naturais, visando a um mínimo de impacto possível. Sendo assim, surge a ideia de planejamento ambiental, que é de fundamental importância para as decisões feitas em um determinado território.

No raciocínio de Silva (2012), o Planejamento Ambiental possui visão voltada para o desenvolvimento sustentável, incentivando a análise geocológica, que pode potencializar o diagnóstico e o zoneamento, guiando a implementação de um plano em Gestão Ambiental. A Gestão Ambiental é uma etapa do planejamento integral que realiza as ações, como o monitoramento, o licenciamento, fiscalização e administração, respeitando as potencialidades e as limitações geocológicas do território.

O Planejamento é composto pela coleta de dados e informações, a análise de potencialidade e limitações, de acordo com a capacidade de sistemas ambientais. Estes processos tornam-se fundamentais para a elaboração dos objetivos, projetos, planos e estratégias, vinculando às ações sociais e econômicas de determinado território (RODRIGUEZ; SILVA, 2013). Desta forma, percebe-se que o Planejamento Ambiental está intimamente relacionado à Gestão Ambiental. Esta procura planejar as ações que devem ser tomada em um território, visando à qualidade e à permanência dos recursos naturais, como solo, água, vegetação, entre outros. Tanto o Planejamento quanto a Gestão Ambiental devem reconhecer os aspectos naturais para organização dos sistemas, pensando ações que permitam novas interações da sociedade com a natureza, na busca de maior equilíbrio dessa relação.

A análise do Planejamento e da Gestão Ambiental deve se relacionar com a complexidade dialética nos sistemas integrados por meio das relações Natureza e Sociedade. Conforme Ross (2011), embora as pesquisas ambientais para o planejamento possuam as características geográficas, os diagnósticos e os prognósticos devem trabalhar com a multidisciplinaridade, a fim de elaborar produtos interdisciplinares, ou seja, os produtos gerados

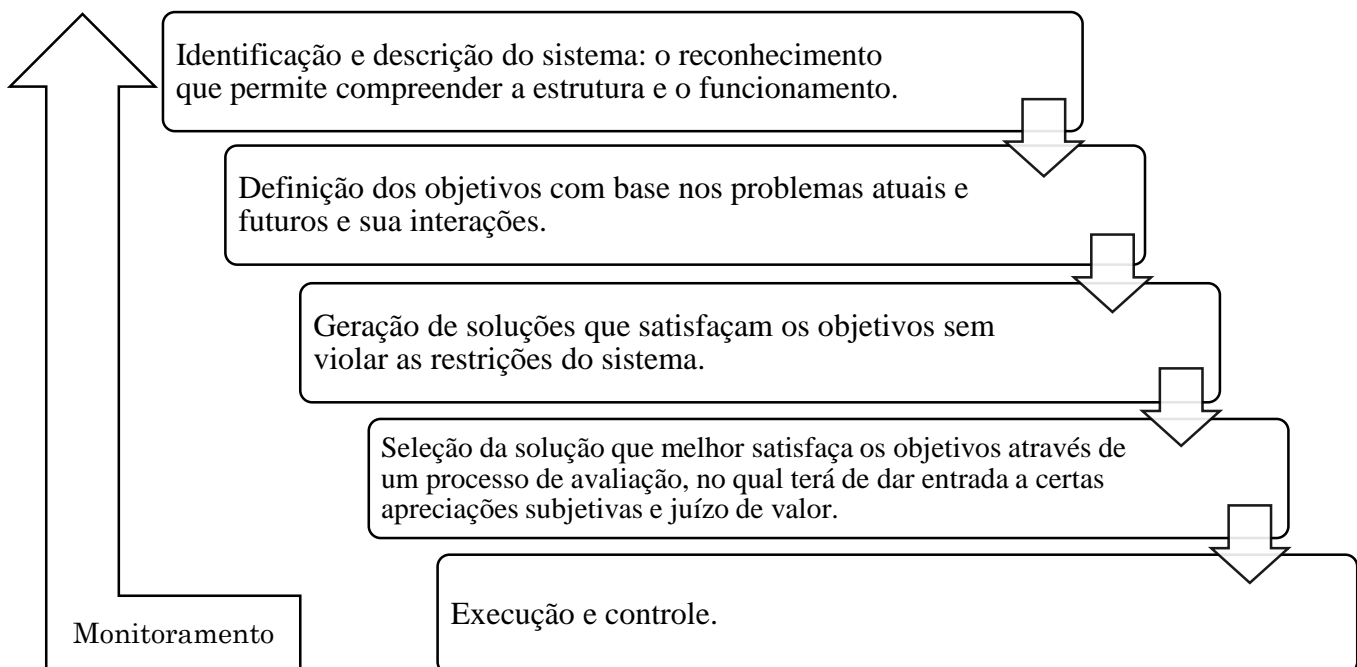
desse trabalho possuem um significativo cunho integrador.

Para Silva (2012, p.6),

O planejamento ambiental contrapõe-se radicalmente ao planejamento convencional, sendo que este último caracteriza-se por uma abrangência setorial, determinada e linear. Por outro lado, o enfoque ambiental concebe-se como um instrumento articulado ao processo de tomada de decisões à gestão ambiental, e a um modelo de desenvolvimento sustentável.

Almeida et al. (1993), explicam que é necessário seguir o caminho para realizar o planejamento ambiental, demonstrando, brevemente, as sequências do caminho a ser percorrido.

FIGURA 2: As etapas determinadas para realizar o planejamento ambiental



Fonte: Almeida et al. (1993). Elaboração: Takahashi (2015).

Rodriguez e Silva (2013) explicam as seguintes especialidades das escalas de planejamento.

- ✓ Estratégia: a orientação principal que direciona a tomada de decisões para que possa adquirir o objetivo.
- ✓ Política: a eleição de políticas que definir o cenário da estratégia principal.
- ✓ Tática: a ligação com a implementação dos projetos.
- ✓ Operacional: a realização do planejamento, na qual a atividade pelo meio de planos e programas.

Os princípios geoecológicos do planejamento ambiental que se fundamentam nos próprios sistemas ambientais naturais (ecossistemas e geossistemas), conforme demonstrado em Rodriguez e Silva (2013).

- ✓ Princípio de projeção integrada e otimização: corresponder a demanda social, mantendo o impacto negativo mínimo possível respeito os sistemas naturais.
- ✓ Princípio de integração e diferenciação espacial: considerar as diferenças e particularidades de cada ambiente na elaboração do planejamento.
- ✓ Princípio da prevenção ou profilaxia: é preciso estabelecer medidas que possam prever os possíveis impactos gerados pelas atividades humanas.
- ✓ Princípio da funcionalidade e dinâmica: estabelecer um equilíbrio entre as matérias, o balanço das energias, as informações dos sistemas e os fluxos, gerando a auto organização desse meio.
- ✓ Princípio de conformidade: aprofundar a ligação pelo meio de sistemas ambientais naturais e culturais a fim de harmoniza-lo.
- ✓ Princípio da capacidade institucional para a gestão: considerar a constante análise de como se dá o aproveitamento dos recursos naturais, com o objetivo de sempre adequar-se as mudanças ocorridas no ambiente.
- ✓ Princípio de validade e participação no projeto: coletar as informações, idealizar soluções na elaboração os projetos (PESCI, 1999 *apud* RODRIGUEZ; SILVA, 2013).

Neste caso, mediante um planejamento ambiental, é possível direcionar caminhos menos impactantes para a natureza. Para compreender o meio natural, é fundamental entender cada elemento que o compõe, não de forma isolada, mas por meio de uma visão integrada da realidade. Conforme Rodriguez e Silva (2013), o Planejamento Ambiental e Territorial é reconhecido como a política que se propõe regulamentar e disciplinar do uso de terra.

A efetivação do planejamento ambiental necessita o entendimento da gestão participativa que integra os diversos grupos e setores de população do local onde é realizado o Planejamento Ambiental, assim como a importância do acompanhamento educativo no processo de Planejamento Ambiental, com a finalidade de esclarecer a realidade ambiental e sociocultural dos locais onde se efetua o planejamento ambiental.

O Planejamento Ambiental é de grande importância, pois, por seu intermédio pode evitar ou diminuir possíveis problemas ocasionados pelo uso irregular do território. Nesse sentido, o uso racional do território pode ensejar benefícios para as comunidades, ou seja, os

passos e o caminho da sociedade dependem das perspectivas da união das ciências, sabedorias, consciências, histórias e culturas da sociedade. Percebe-se que o procedimento de planejamento ambiental jamais ocorre isoladamente, mas com a participação dos grupos sociais, acompanhando séries das etapas orientadas pelos autores.

Os autores citados a seguir explicam que o zoneamento ambiental pode ser considerado como um meio que pode potencializar o planejamento ambiental. Segundo Santos, Amorim e Oliveira (2009), quando o planejamento ambiental é realizado com o intuito de reduzir os problemas provenientes, pode-se constituir um caminho para evitá-los. Deste modo, a análise integrada por meio de sistemas ambientais e sistemas antrópicos é realizada por via do zoneamento ambiental, que define unidades geoambientais. Estas unidades definidas permitem apontar as formas de intervenção, preservação ou conservação ambiental, realizando o diagnóstico e o prognóstico sobre a vulnerabilidade ambiental.

Percebe-se a inter-relação por meio de planejamento e zoneamento que se encontram dentro do caminho de estudo integral do meio ambiente, conforme os autores citados explicam o surgimento e a forma básica do zoneamento atual.

Destacam-se os fundamentos de zoneamento contemporâneo, desenvolvido em trabalhos realizados durante o movimento sanitário na era de industrialização nos Estados Unidos da América, no século XIX (WILSON; HUTSON; MUJAHID, 2008). Ao mesmo tempo, o zoneamento surgiu com a finalidade de contribuir para a gestão das cidades na Alemanha, no final do século XIX (FARIAS, 2012).

Como apontam Wilson et al. (2003), o zoneamento é um dos meios para orientar as características físicas do desenvolvimento da paisagem, na qual existem o uso de terra, o tipo de uso, as construções e as atividades humanas. Para Floriano (2004), o zoneamento é a base para o planejamento orientar a ocupação espacial adequada, em relação às características, potencialidades e limitações socioambientais.

Conforme Wilson, Hutson e Mujahid (2008), o zoneamento contribui para evitar um desenvolvimento inadequado e possui valor relevante para designar diversos fatores da sociedade. Santos, Amorim e Oliveira (2009) interpretam o zoneamento ambiental como uma ferramenta efetiva no processo de ocupação atual e na elaboração ou reelaboração espacial no futuro. Conforme Rodriguez e Silva (2013), o zoneamento está sendo elaborado como um meio adequado para regularizar o uso de terra pelo Governo brasileiro. Percebe-se, com efeito, que o zoneamento se relaciona diretamente com a sociedade, orientando as atividades humanas e as utilizações da terra conforme características de cada local.

No pensamento de Santos et al. (2009, p.8),

O zoneamento ambiental encerra o resultado da análise das condições do meio físico natural e as condicionantes socioeconômicas, compreende, por conseguinte, a correlação de todas informações levantadas numa perspectiva de indissociabilidade das componentes naturais com as condicionante socioeconômicas, considerando a legislação ambiental pertinente.

Está em BRASIL (1984), *apud* Silva J (2003, P.20)

O zoneamento ambiental é a setorização do espaço geográfico, de acordo com as suas potencialidades, restrições e problemas, estimulando-se os limites máximos para a sua exploração racional, tendo em vista a conservação do meio ambiente. Baseia-se na teoria de sistemas, onde os componentes físicos e biológicos do meio natural formam uma cadeia de inter-relações, buscando constantemente sua estabilidade dinâmica.

Do modo como compreende Floriano (2004), o zoneamento pode se subdividir por área urbana ou rural, conforme o tipo de planejamento, conforme está na sequência.

- ✓ Planejamento físico urbano – interpretado pelo plano diretor urbano municipal, os planos de parques e jardins, entre outros.
- ✓ Planejamento físico rural – interpretado pelo plano de classificação para uso dos solos, o planejamento de propriedades rurais, a unidade de conservação, o plano diretor rural municipal, entre outros.

O zoneamento urbano possui recomendação sobre os usos e as construções, definidos pela legislação referentes às formas de uso e ocupação do solo urbano de cada município. O zoneamento urbano pode se dividir, principalmente, em zona residencial, zona comercial, zona industrial, zona central, zona de proteção, zona de expansão e zona especial (SILVA, 2003).

Conforme Santos et al. (2009), uma das características principais do zoneamento ambiental tem como objetivo mais importante realizar a indicação dos possíveis usos dos recursos naturais, cujas potencialidades e limitações devem ser respeitadas pelas intervenções humanas, de acordo com a capacidade de suporte dos ambientes. Para Santos et al. (2009), o zoneamento se estrutura por três pontos principais – as potencialidades, as fragilidades e as recomendações de uso – com a finalidade de realizar a conservação socioambiental.

Sob esse ponto de vista, torna-se necessário compreender profundamente as características de determinado território, para que se possa classificar as áreas mencionadas pelos autores. É importante equilibrar os usos, conforme Santos, Amorim e Oliveira (2009), limitar usos em áreas determinadas, para que seja possível garantir o uso mais intenso, em

outras áreas, conservar e preservar, para permanecem os recursos e os serviços ambientais o que é fundamental.

A fim de realizar especificação dos territórios, conforme Floriano (2004), atualmente o zoneamento utiliza diversos instrumentos, como imagens de satélite, sistema de posicionamento geográfico, processamento de imagens, entre outros, para que seja possível classificar as áreas com cada proposta das atividades antrópicas. Conforme Silva (2003), o resultado do zoneamento pode ser demonstrado, principalmente, com os mapas temáticos e as tabelas técnicas.

Segundo Cunico (2007), é necessário que a proposta de zoneamento considere as demandas sociais, as potencialidades geoambientais, ao mesmo tempo em que conserve e sustente a biodiversidade, além de entender os diversos interesses econômicos. O surgimento desta necessidade ocorreu como efeito de problemas socioambientais.

Farias (2012) assinalava que o zoneamento deve se fundamentar com a perspectiva sustentável, contribuindo como meio técnico de informação para a área demarcada. Para que possa realizar o zoneamento na perspectiva sustentável, conforme Santos, Amorim e Oliveira (2009), o momento da criação de proposta de zoneamento geoambiental deve considerar os distintos fatores socioambientais, com vistas a sustentar o equilíbrio das relações de natureza e sociedade, como o bem-estar da população e a prática para reduzir o impacto ambiental.

Pensam Santos, Amorim e Oliveira (2009, p.7) que

A proposta de Zoneamento Geoambiental deve tentar articular os elementos que configuram o atual modelo de desenvolvimento (a doação do sistema capitalista baseado na exploração turística), propondo a incorporação de novos elementos como a sustentabilidade ambiental (manter recuperar os sistemas ambientais estratégicos), culturalmente e socialmente viável (assegurar um padrão razoável de vida para as comunidades locais, e o acesso aos recursos e serviço ambientais, e procurar vias e mecanismos para garantir suas necessidades básicas).

Embora o zoneamento realize uma proposta de uso adequado à condição ambiental, Wilson et al. (2003) explicam a existência de casos contraditórios nos usos das terras, em decorrência de zoneamentos integrados. No caso, há de se exigir uma intensiva ligação entre o zoneamento e o uso de terra, devendo ocorrer de forma organizada e planejada. O regulamento específico ao zoneamento e a aplicação dessa norma com certo nível de rigor podem influenciar o grau de governação.

Conforme Santos, Amorim e Oliveira (2009), o estabelecimento da proposta de zoneamento geoambiental necessita da cooperação e a integração de instituições federais e estaduais, sociedade civil e empresários. Percebe-se a importância das participações

institucionais nos variedades níveis e regulamentos que permitem a eficiência da proposta de zoneamento.

A pesquisa realizou-se na região litorânea, leste do Estado do Ceará, Nordeste do Brasil, e se fundamenta nos preceitos do desenvolvimento sustentável. Conforme a importância do estudo de ambientes litorâneos, Cunico (2007) expressa que a região litorânea se compõe de complexidades ambientais e também de vários problemas ambientais, o que exige um adequado diagnóstico socioambiental.

Verifica-se que o diagnóstico socioambiental permite identificar as potencialidades e as limitações no procedimento da atividade humana, neste enfoque para possibilitar a elaboração de zoneamento na perspectiva de planejamento ambiental. Finalmente, a aplicação da Geoecologia das Paisagens que guia a elaboração da proposta de zoneamento geoambiental permite entender o fundamento do estudo de Planejamento e Gestão Ambiental, considerando a dinâmica das paisagens por meio da coleta das informações, dos elementos dos sistemas naturais e antrópicos, que possibilitam se experimentar a visão integrada (SANTOS; AMORIM; OLIVEIRA; 2009).

Nota-se a importância de Planejamento e zoneamento ambiental para a realização da atividade sustentável. A pesquisa busca elaborar o zoneamento turístico funcional adequado às potencialidades e limitações das características ambientais e sociais da ARIE da Vila do Estevão, a fim de contribuir com uma orientação sustentável para o turismo comunitário na comunidade, adequando-se à realidade da atividade turística para a área de estudo.

3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Este capítulo traz uma discussão sobre o conceito de turismo e seus aspectos históricos para compreender os paradigmas e sua evolução no contexto atual. Seu decorrer, pretende-se associar a história do turismo por meio da importância da visão do desenvolvimento sustentável.

O conceito de turismo de base comunitária e a alternativa de alcançar o desenvolvimento sustentável, o que será uma das discussões abordadas no texto. A atividade de turismo comunitário possui importante personagem que atua de forma consistente no Ceará, a Rede Cearense de Turismo Comunitário (REDE TUCUM), que configura uma organização não governamental que auxilia no desenvolvimento de práticas e na organização do turismo de base comunitária (TBC) em comunidades tradicionais. O conceito de Unidade de Conservação e a Função da Estratégia de Gestão Turística serão abordados neste seguimento, bem como sua importância para a implementação de atividades turísticas no meio ambiente.

Esta parte do estudo contém uma explicação sobre desenvolvimento do turismo em unidade de conservação, uma vez que a área de estudo se encontra dentro de uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), além de abordar a importância da estratégia da gestão turística nesse ambiente.

3.1 Paradigmas do turismo e sua evolução no contexto atual

3.1.1 Conceito do turismo

A etimologia da palavra em português ‘turismo’ é a adequação da palavra em inglês ‘*tourism*’, originalmente a palavra em francês *tourisme*. A primeira parte, ‘*tour*’, do latim ‘*tornare*’, vem do grego ‘*tornus*’, que possui significado como circular, girar ou dar uma volta. A outra parte, ‘*ism*’ se refere à movimento (BARBOSA, 2002).

As primeiras tentativas das definições dos conceitos do turismo surgiram no período de transição do século XIX ao XX. Naquele momento, as atividades turísticas começaram a ganhar maior atenção das sociedades, como um segmento promissor para o desenvolvimento social e econômico.

A história do turismo não é recente, já suas atividades fundamentais se fizeram presentes ao longo da história humana. O desenvolvimento acelerado do turismo, no entanto, nos últimos 50 anos, permitiu a alteração não apenas das formas das viagens, mas, também, das

maneiras como essa atividade se relaciona com a natureza e a sociedade.

O turismo pode influenciar a economia de acordo com suas atividades e o mercado mundial. Apesar da importância do aspecto econômico, surge um debate onde se questiona se o turismo beneficia as entidades envolvidas no sistema (SAUTTER; LEISEN, 1999). Conforme Seabra (1999), o componente ambiental e social fazem parte do turismo, igual às atividades econômicas, por tanto, é preciso realizar uma proposta e planejamento mais ampla e integrada que considere as áreas relacionadas com a economia e o meio ambiente.

Atualmente, o turismo é considerado como atividade interdisciplinar, em decorrência de sua relação com diversos fatores, como a economia, a sociedade e o meio ambiente. Ao mesmo tempo, estas atividades turísticas podem influenciar e se inter-relacionar nos diversos setores, como economia, sociedade, natureza, política, cultura, entre outros, dos destinos turísticos.

Conforme Pinto e Castro (2013), o turismo pode se integrar às mais variadas vertentes do conhecimento antropológico, econômico, ecológico, social, entre outros. Dessa forma, o turismo pode ser compreendido como um estudo de caráter interdisciplinar.

As primeiras publicações sobre as definições do conceito do turismo, porém, se concentraram apenas na visão econômica, resultando na valorização deste setor na atividade, que norteia intensamente o desenvolvimento do turismo de massa no século XX.

Segundo Okamoto *et al* (2001), a visão inicial do turismo era baseada na ótica de ‘exportação invisível’, considerando a entrada de moeda estrangeira, movimentando a economia local, por via do consumo de mercadorias e serviços no destino visitado. O ponto principal da pesquisa neste momento foi a avaliação do efeito econômico resultante dessas atividades turísticas.

Houve a primeira publicação no ano de 1933, pelo autor F. Ogilvieda, da Universidade de Edinburgo, localizada na Escócia, intitulada como, *The Tourist Moment* (O momento do turista), definindo que o essencial do turismo é compreender o consumo de serviços e mercadorias feito pelos turistas no local visitado, como uma espécie de “exportação”, uma vez que o dinheiro gasto no destino turístico visitado é proveniente do local de onde esses turistas vieram (OKAMOTO *et al*, 2001). Percebe-se que a essência deste conceito se refere ao consumo dos turistas, assumindo uma visão em que a economia é fator primordial para o desenvolvimento turístico, semelhante aos preceitos da exportação invisível.

Em 1940, a primeira publicação japonesa sobre turismo foi feita pelo pesquisador Masuzou Inoue, mencionando o conceito do turismo, como “o deslocamento de pessoas a fim de alcançar o lazer fora da vida cotidiana com a perspectiva de volta.” Nesta definição, portanto,

a economia não assume papel principal no conceito, mas é necessário considerar os motivos que levaram os visitantes a frequentarem esse meio e suas distintas paisagens.

Para Bernecker (1965), *apud* Cunha (2002), o turismo se classifica como um conjunto de fenômenos, com destaque na perspectiva econômica, em virtude das relações entre os turistas e seu ponto de destino por meio das estadas, alimentação, lazer e demais atividades que podem gerar significativa influência na economia do local. Esta definição representa a importância para o avanço da economia local, mediante o lucro gerado pelas atividades turísticas.

Conforme Okamoto *et al* (2001), no Japão, algumas décadas após a primeira publicação, houve o lançamento de um conceito do turismo, no ano de em 1995, por meio do grupo de pesquisa, vinculado ao Ministério de Transporte e Turismo, que define o turismo como “As atividades feitas durante do tempo de lazer, fora da vida cotidiana com objetivo de divertimento, comunicação e aprendizagem.” (p.5).

Segundo Okamoto *et al* (2001), existem três dimensões que devem ser consideradas neste conceito, do tempo, do espaço e do objetivo. A dimensão do tempo considera as diferenças entre expediente, o tempo do lazer e as férias. No que concerne ao espaço, identifica-se a área da atividade e que deve ser visitada com intuito de lazer e turismo. O principal objetivo dessa atividade está relacionado à motivação que levou o turista a viajar; neste caso, não podem ser consideradas viagens de trabalho ou para a realização de algumas atividades obrigatórias. A fim de reconhecer o turismo contemporâneo, é importante considerar essas dimensões por meio da evolução dos interesses das viagens ao longo da história dos seres humanos.

Conforme Moesch,

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança, histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/ subjetividade, consumindo por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico. (2002, p.9).

No decorrer de aproximadamente 80 anos após às primeiras definições do conceito do turismo, houve as mudanças na evolução da atividade. A cada transformação do turismo, acontecem igualmente alterações parciais de seu conceito, sendo que os conceitos anteriores se harmonizam à cada nova realidade nas práticas das atividades turísticas dentro do contexto espaço temporal, passando por modificações ao longo dos anos.

The World Tourism Organization (WTO), Organização Mundial do Turismo,

concebe o conceito do turismo como as atividades que as pessoas realizam por um período inferior a um ano de estada em lugares diferentes do seu território habitual, com finalidade de lazer, negócio ou de outras.

3.1.2 Turismo na atualidade

De acordo com WTO (2014), bilhões de turistas internacionais viajaram pelo globo terrestre, sendo que, no ano de 2012, o número estimado de turistas internacionais foi 1,8 bilhão até o ano de 2030. O turismo é um dos maiores representantes do setor produtivo que justificam o crescimento acelerado da economia, correspondendo a 9% do Produto Interno Bruto (PIB) global, dado superior a de décadas passadas. Na atualidade, o setor turístico ocupa a 5ª posição na economia mundial, perdendo apenas para a exportação combustível, produtos químicos, produtos alimentícios e automotivos, gerando mais do que US\$ 1.3 trilhão por ano.

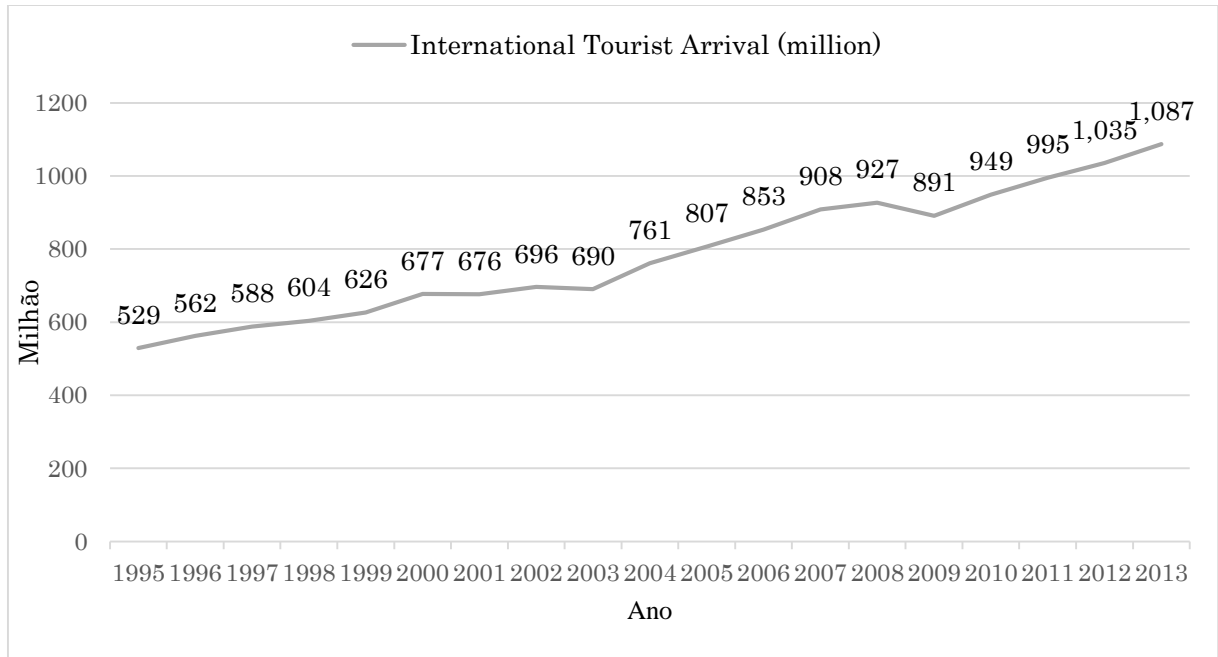
Segundo Moesch (2002), o turismo é classificado como uma indústria nos países que exploram essa atividade. Conforme *United Nation World Health Organization (UNWHO)*, a Organização Mundial da Saúde das Nações Unidas (2014), o turismo chega a ocupar 56% do total da economia em alguns países menos desenvolvidos, '*Least Developed Countries (LDCs)*'.

O turismo como atividade econômica gera muitas oportunidades de emprego nas diversas áreas, em virtude da sua interdisciplinaridade. Assim, o turismo representa uma das principais fontes de geração de rendas, especialmente nos países subdesenvolvidos. No contexto atual, um em cada 11 empregos do mundo é vinculado ao turismo (WTO, 2013).

Nos últimos anos, o crescimento do quantitativo de empregos na área de turismo vem crescendo significativamente, comparado outros setores da economia mundial. O trabalho do setor de turismo, no entanto, muitas vezes não proporciona as condições adequadas de trabalho. Geralmente, a caracterização deste setor é considerada, como trabalho cansativo, com baixos salários e muitas vezes, envolve empregos temporários (CAMILLERI, 2014).

A fim de compreender o turismo, faz-se necessário direcionar uma visão integrada, relacionando a quantidade e a qualidade desta atividade socioeconômica. O gráfico 1 representa o número da chegada de turistas internacionais no mundo, no período que decorre do ano 1995 a 2013.

Gráfico:1 Número de chegada de turistas internacionais no mundo – 2013



Fonte: The World Tourism Organization, (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

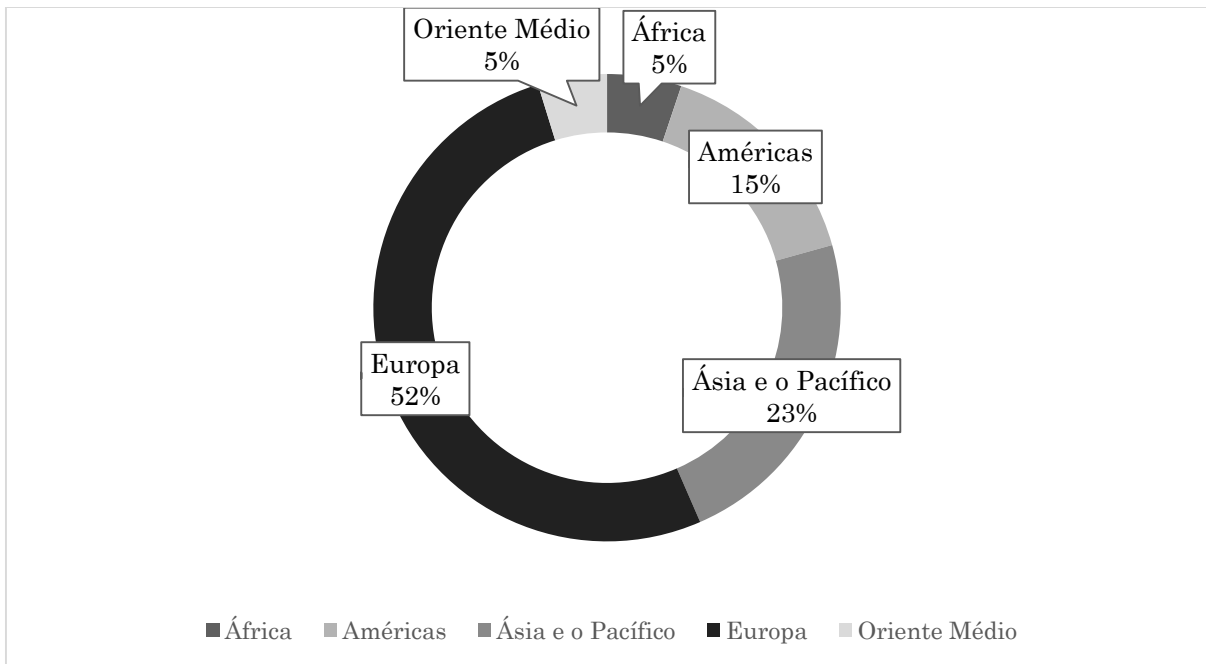
Percebe-se que há um aumento gradual do número de chegadas de turistas internacionais no decorrer das décadas, apesar das pequenas quedas nos anos de 2003 e 2009. O número de turista dobrou quando comparados os anos de 1995 até 2013.

A gráfico 2 mostra os números das chegadas das turistas internacionais, delimitando a cada região do mundo, tal como, África, Américas, Ásia e Pacífico, Europa e Oriente Médio no ano de 2013.

Verifica-se que a região de destino turístico mais visitada é a Europa, que possui 52% do número total de chegada de turistas, Em seguida, Ásia e o Pacífico: 23%, Américas: 15%, África: 5% e Oriente Médio: 5%, mediante uma pesquisa realizada pelo WTO - 2013.

Na região das Américas, houve um acréscimo de seis milhões de chegadas de turistas, o que representa um crescimento de 4%, e conseqüentemente, um aumento de 4% nas regiões Norte e Central da América, 2% na América do Sul e 1% no Caribe comparando o ano de 2012.

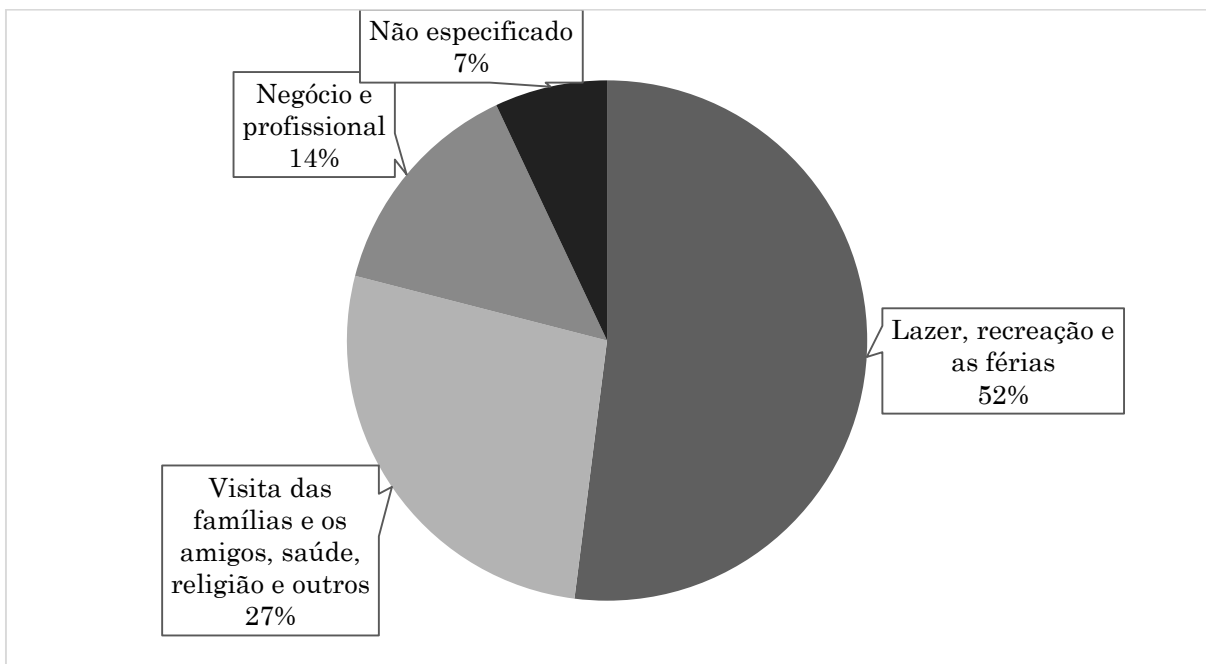
Gráfico 2: Principais destinos internacionais – 2013



FONTE: The World Tourism Organization, (2014). Elaboração: Takahashi, (2015).

Na Gráfico 3 mostram-se percentagens da entrada de turistas, em base nas distintas motivações de visitas.

Gráfico 3: Entrada turística por propósito de visitas - 2013



Fonte: The World Tourism Organization, (2014). Elaboração: Takahashi, (2015)

Atualmente, os maiores motivos das viagens abrangem lazer, recreação e férias.

Ainda que o turismo de lazer ocupe uma posição de destaque nos dias de hoje, no passado, esse número era menor, em virtude de limitações, como, por exemplos, as condições financeiras e maior dificuldade de transporte e acessibilidade.

Embora o turismo pareça uma atividade recente, as práticas de viagem ocorrem desde muito antes do surgimento da palavra turismo. As viagens e expedições fazem parte da história da humanidade, transformando-se a maneira e a relação com a economia, meio ambiente e sociedade.

3.1.3 Aspectos históricos do turismo

As viagens educativas já ocorriam na época dos faraós no Egito e no mundo clássico (GYR, 2010). Os filósofos clássicos nos séculos dos XIV e XV, como Montaigne (1581), Locke (1679) e Francis Bacon (1612) enfatizavam que as viagens podiam contribuir para o desenvolvimento educacional (CUNHA, 2002).

No meio do século XIV, os viajantes artistas eram os principais autores da iniciativa deste tipo de viagem educativa, a maior parte deles se concentrava na área de arte, com finalidade de obter os amadurecimentos, as aprendizagens e os relevantes progressos nas técnicas artísticas mediante as experiências de viagens, para que possam provar o resultado após 3 - 4 anos das experiência das viagens.

Nos séculos XVI a XVIII, os jovens de classe alta faziam de forma pioneira um turismo moderno, nomeado como “*grand tour*”. Estas viagens foram realizadas com a intenção da ampliação educacional com duração de 1 – 3 anos. Ao longo do tempo, a forma destas viagens educativas pode ter sido alvo de transformações na maneira geral, entretanto, existe o turismo com objetivo educacional, com a ideia básica destas viagens clássicas no momento presente.

O turismo foi se tornando cada vez mais acessível para um maior número de pessoas. Essas viagens anteriormente, no entanto, não eram acessíveis para a maior parte da população, ou seja, somente as pessoas mais abastadas é que podiam realizar as viagens nesta época.

O historiador especializado na área de transporte, Shinjo, divide as formas de viagens em três categorias. A primeira é a viagem com motivações que fogem do simples lazer, mas que fazem parte de um interesse pessoal, como aquelas relacionadas um objetivo religioso ou a atividades de comércio, como exportação e importação de produtos. A viagem obrigatória é provocada por motivações externas, como as efetuadas por militares. E, por último, a viagem independente, na qual o viajante tem como objetivo o lazer. Os principais tipos viagens no

passado, tanto na Europa, como no Japão, apresentavam uma mesma estrutura de viagem (OKAMOTO *et al*, 2001).

Em decorrência dos diversos tipos de viagens, se fez necessário reajustar o conceito de turismo, a fim de apreender essa realidade. De acordo com Okamoto *et al* (2001), para que se possa realizar uma viagem de autogestão necessita-se de uma melhor condição financeira para as população, maior segurança e o desenvolvimento adequado de infraestruturas e transportes. Percebe-se até hoje que o essencial do turismo é submeter as condições de paz global para garantir sua segurança nos seus caminhos e estadas, uma melhor qualidade durante essas estadas, e possibilidade de realizações das viagens.

Segundo Gyr (2010), a essência do favorecimento relacionado às viagens na Roma Clássica baseou-se no desenvolvimento das infraestruturas. Houve situação parecida no antigo Japão, como na antiga Europa. O desenvolvimento de atividades das viagens foram baseados no espalhamento da cultura de dinheiro, crescimento e melhora na organização das hospedagens (OKAMOTO *et al*, 2001). Apesar disso, o declínio do Império Romano, posteriormente, provocou a degeneração das infraestruturas e fragmentou-se a estabilidade da segurança, o que justificou as dificuldade de viagens na época (GYR, 2010).

Conforme, Gyr (2010), até o início do século de XIX, a cultura das viagens educativa manteve-se a limitada para a minoria da população, como as classe altas, elites e profissionais formados. Os principais agentes das primeiras viagens foram os samurais da classe dominante, que mostraram as limitações das realização das viagens de autogestão no meio do século XIII. Ao longo do tempo, as realizações das viagens espalhou-se gradualmente, até os comerciantes, que eram considerados classe mais baixa, no século XVII (OKAMOTO *et al*, 2001).

Percebe-se que o turismo em grande parte se baseou na visão de elites e nos poderes sociais. Nota-se que a distribuição dos agentes do turismo ocorre de maneira hierárquica, partindo de minorias para população maiores. Este favorecimento do acesso a viagens para a maior parte da população, confrontando-se os séculos passados, tornou-se a essência do desenvolvimento desta atividade.

Os séculos XVIII e XIX são considerados as fases que anteciparam o atual turismo moderno, sendo que houve um momento marcante, com o surgimento da importância do lazer e prazer nas consciências das pessoas ao respeito das viagens. O decorrer dos anos de 1930 a 1950 constitui a fase da introdução do turismo moderno, quando houve melhorias marcantes de transportes e infraestrutura de apoio aos destinos turísticos, como, serviços e equipamentos, hospedagens e restaurantes, entre outros. As viagens caracterizaram a finalidade do lazer

correspondente a curtos períodos, as viagens abrangeram até o público da classe média (GYR, 2010).

A forma representante e predominante do turismo atual é o turismo de massa, cujas viagens são pré-agendadas para um grupo de pessoas com propostas semelhantes, (lazer, recreação, sol e praia, entre outros). O turismo de massa teve intensa influência da Revolução Industrial, que estimulou a produção e consumo em massa, incluindo as atividades de lazer e ócio.

Tomas Cook (1880 - 1950), empresário inglês é conhecido mundialmente como a pessoa chave e o pioneiro nas viagens de “pacotes”, adaptando-se na industrialização das viagens, aumentando o número de viagens internacionais e estimulando o desenvolvimento do turismo de massa.

Conforme dados registrados sobre os fluxos turísticos, o volume de desembarques internacionais cresceu mais de 30 % desde 1950 (UNWTO 2005). Segundo Yohal (2012), houve as mudanças significativas no âmbito mundial e no desenvolvimento turístico após a Segunda Guerra Mundial, especialmente nos anos de 1960 a 1980. Nesta época, a maioria das atividades turísticas foram realizadas por meio de pacotes disponibilizados para grupos de turistas, como sendo a característica principal do turismo de massa, que recebeu a intensa influência em sua evolução, por intermédio das melhorias na tecnologia e progresso da gestão turística neste período.

Embora as atividades turísticas possam contribuir para o desenvolvimento socioambiental, quando não é devidamente planejado, o turismo pode ensejar diversos impactos negativos para o meio ambiente e a sociedade. Como lembra Seabra (1999), o desenvolvimento da atividade turística contribuiu para o surgimento de alguns problemas socioambientais, como o aumento de violência, drogas, prostituição, lixo, entre outros. Ademais, ocorreram a contaminação de natureza e o afastamento da prática tradicional, além disso, registraram-se, especialmente nos países subdesenvolvidos, o desaparecimento da cultura local, a mudança de valores e costumes, formando a padrão da cultura mundial e o costume monótono que nortear a perda da diversidade cultural e ambiental.

Consoante Buckley (2012), a relação entre a prosperidade e a sustentabilidade é complexa, em razão dos impactos ambientais, ensejados com origem na prosperidade do turismo. Esta modificou a economia, a sociedade, o meio ambiente e a cultura dos destinos turísticos. Necessita-se assumir uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar para a realização da atividade turística, com suporte numa visão sustentável.

No Brasil, o Governo Federal introduziu os princípios sobre a venda de passagens aéreas, terrestres e marítimas no fim dos anos de 1930. Houve a estabelecimento da Empresa Brasileiras de Turismo (EMBRATUR) pelo Governo brasileiro nos anos de 1960, com a função de fortalecer o mercado interno e a demanda estrangeira, sobretudo nas zonas costeiras na região Nordeste. Posteriormente, transformou-se em Instituto Brasileiro de Turismo, no início dos anos de 1990, expandindo sua função até ser elaborada a política pública com relação à atividade turística (MATOS; ARAÚJO; TEIXEIRA, 2013).

A atividade turística começou a se destacar, especialmente, no final dos anos de 1980, pelas políticas de desenvolvimento nos estados nordestinos, em virtude das suas potencialidades turísticas, a fim de desenvolver a região Nordeste (DANTAS; FERREIRA; CLEMENTINO, 2010). Conforme Borges (2011), ocorreu o incentivo da especulação imobiliária na zona costeira do Ceará, no período de 1987 a 1990, o que causou a desapropriação de terras em algumas comunidades litorâneas. No ano de 1992, a EMBRATUR publicou o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que iniciou a Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (PRODETUR/NE). Na mesma época, foi instituída a Secretária de Turismo do Ceará (SETUR/CE) para alcançar o desenvolvimento econômico e social por meio do turismo (MATOS; ARAÚJO; TEIXEIRA, 2013).

Segundo Seabra (1999), historicamente, o desenvolvimento econômico do Brasil não teve os fundamentos sustentáveis que valorizam a preservação ambiental e social, assim como, se adaptam ao turismo. O desenvolvimento da atividade turística no Brasil, na maioria das vezes, ocorreu sem o planejamento adequado à questão ambiental e social, como forma de guiar a transformação dos destinos turísticos.

Percebe-se a força exterior no desenvolvimento do turismo no Nordeste. Os agentes principais do desenvolvimento do turismo não foram as população que residem no local dos destinos turísticos, mas as empresas que, na maioria das vezes, vieram de fora, procurando os lucros da potencialidade.

Para Seabra (1999),

A mais predatória na atualidade é representada pela instalação dos megaprojetos hoteleiros nas regiões litorâneas do nordeste, comprometendo as últimas paisagens naturais – praias, dunas, falésias, estuários e manguezais, e retirando das populações tradicionais a sua capacidade de auto sustentação, notadamente no que se refere à pesca artesanal, à captura de crustáceos e moluscos e à pequena produção agrícola de base familiar (p.3).

Mates, Araújo e Teixeira (2013), afirma que,

As populações tradicionais de algumas áreas do litoral cearense, ao decidirem resistir à ocupação do capital turístico, organizarem ativamente resistência, buscando intervir na implementação de ações voltadas ao turismo, pensando a prática turística em harmonia com outras atividades tradicionais, com o meio ambiente e com as pessoas, fundamentando o Turismo de Base Comunitária (TBC). (p.3)

Em razão das consequências desfavoráveis, constatam o desenvolvimento acelerado do turismo, que passou a necessitar de novas formas de turismo que possuam o planejamento, a prática e a valorização na ótica sustentável, podendo contribuir nas resoluções destes problemas, tendo como exemplo de turismo comunitário, sobretudo, para a sustentação das território, natureza, atividade tradicional e cultura das comunidades tradicionais.

Apesar de os agentes principais serem os turistas, é importante considerar a história dos proprietários e funcionários locais envolvidos com as práticas do turismo. Segundo Towner (1995), encontram-se informações limitadas sobre os destinos turísticos e as populações receptoras da história das atividades turísticas. As atenções centralizavam-se nos lucros gerados, no desenvolvimento das ofertas turísticas, deixando a desejar nas perspectivas das condições e mudanças sobre as populações locais.

Keogh (1990) questionou se os moradores das comunidades possuem alguma “voz” no processo de desenvolvimento na função turística. Segundo o autor, os moradores não exerceram papel ativo dentro do processo, mas apenas reagiram com as consequências das mudanças no seu ambiente. De fato, as indústrias estão sendo criticadas, por vezes, há relato de determinadas decisões dos planejamentos para a população local que foram realizadas por grupos de fora das comunidades (SAUTTER; LEISEN, 1999).

Independentemente das contribuições do desenvolvimento do turismo de massa, no setor econômico nas últimas décadas, os problemas encontrados resultam das interações quanto às desequilibradas relações entre sociedade e meio ambiente. A ideia de desenvolvimento, muitas vezes, aparece intrinsecamente relacionada ao crescimento econômico, e, por muitos anos, essa relação produziu influências negativas por não considerarem a importância de proteger a natureza.

Na perspectiva de Benevides (1998),

O desenvolvimento pode ser entendido como o processo através do qual uma sociedade utiliza crescente, cumulativa e auto sustentadamente e sua capacidade produtiva (...) no sentido de canalizar essa capacidade para aumentar em quantidade e em qualidade os bens e serviço disponível. Este processo enseja tanto a diversificação da base econômica, através da crescente diferenciação entre os vários setores produtivos e ramos de atividade e sua concomitante inter-relação e interdependência (p.20).

O significado do desenvolvimento deve considerar não só o crescimento econômico, mas há de ser observado na sua interdisciplinaridade, onde se consideram a conservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, ou seja, a busca de uma relação sustentável. A fim de adquirir a sustentabilidade, faz-se necessário obter o planejamento que possui a interligação em cada dimensão.

Para Seabra (1999),

No planejamento integrado do meio ambiente, envolvendo ou não o turismo, a natureza deve ser compreendida como suporte das ações humanas; um recurso de valor inestimável que exige um tratamento voltado para a sua sustentabilidade, (SEABRA, 1999, p.1).

É necessário pensar em opções que contornem esse problema, podendo, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a conservação ambiental junto à perspectiva sustentável.

No início do século XXI, consideravam-se as observações das mudanças dos gostos dos turistas, tendo como base as formações de novas opções das atividades turísticas (GUZMÁN; CAÑIZARES; PAVÓN, 2011). As possíveis causas dessas mudanças foram o desenvolvimento de melhores acessos a informações que permitem as divulgações dos destinos turísticos, conhecimento dos novos destinos turísticos, melhor disposição de infraestruturas, mudanças de raciocínios e focos das turistas para destinos turísticos, mediante o conhecimento das diversidades éticas, históricas e culturais, envolvendo culinárias, artes, musicas, costumes tradicionais, aspectos de identidades éticas e os contatos com pessoas das comunidades locais.

Estas novas demandas e iniciativas das atividades turísticas podem ter reposicionando os destinos turísticos para novos mercados de crescimento, trabalhando na perspectiva da sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento igualitário das comunidades.

3.2 Desenvolvimento Sustentável e Turismo de Base Comunitária em Unidade de Conservação.

3.2.1 Importância do desenvolvimento sustentável

Atualmente os debates tecidos acerca do desenvolvimento sustentável tornam-se cada vez mais frequentes, em virtude da crescente preocupação da sociedade com a permanência dos recursos naturais e qualidade de vida futura. Promover o desenvolvimento sustentável requer repensar as formas como a sociedade interage com a natureza.

Publicações, como ‘Silent Spring’ (Silenciosa Primavera) de Rachel Louise Carson, no ano de 1962, como, ‘Man and His Environment’ (Homem e seu ambiente), o relatório feito pela Secretaria Geral das Nações Unidas no ano de 1969, ‘The Limits to Growth’ (Os limites do crescimento) publicado com apoio do Club of Rome no ano de 1972, assumem as crises do meio ambiente, e na época chamava atenção sobre a insuficiência no ponto de vista sustentável.

Como alcança ideia de Sawa (2010), o movimento da população é um fenômeno que é principalmente a condição econômica de uma sociedade. O crescimento populacional explosivo durante do século XX representou intensivo desenvolvimento e considerável fluxo econômico, que, de certa forma, permitem o aumento da capacidade social. Como diz Buckley (2012), as explicações que justificam as ligações entre o turismo e o aumento da população são insuficiente, no entanto, é certo que o aumento da população mundial provocou um crescimento do número de turistas e, conseqüentemente, de suas influências.

As atividades dos seres humanos são principal geradores dos impactos ambientais. O crescimento explosivo da população provoca o desequilíbrio da relação entre homem e natureza, o que permite causar os inúmeros impactos ambientais, demandando a necessidade de uma ótica sustentável.

Embora relevante, esse problema é recente, ganhando maior destaque internacional, sobretudo, com a Conferencia de Estocolmo, no ano de 1972, ocorrida na Suécia e que teve como principal objetivo refletir sobre os problemas ambientais e reunir alternativas que buscasse solucionar ou amenizar os problemas socioambientais do Planeta Terra.

Em 1975, foi instituída a ‘*The United Nations World Tourism Organization*’ (UNWTO), ‘Organização do Turismo Mundial das Nações Unidas’, a fim de promover a sustentabilidade e o acesso universal ao turismo. A UNWTO contribuiu com a liderança e organização das atividades turísticas mundialmente, por meio dos projetos e programas adequados às situações da atualidade mundial.

A atividade turística é um dos representantes da produção da economia dos seres humanos e caminha juntamente com a necessidade de desenvolver uma visão sustentável. O primeiro momento em que surgiu a discussão sobre a nova forma do turismo veio com a ideia do turismo alternativo.

Krippendorfer (1986), *apud* Buckley (2012), discutiu as definições de turismo alternativo como a posição lado oposto do turismo de massa, dentro da publicação, do artigo ‘Tourism in the System of Industry Society’, editado nos ‘Annals of Tourism Reserch’, no ano de 1986.

A expressão “desenvolvimento sustentável” foi inicialmente usada pela norueguesa Gro Brundtland, nos anos de 1987, em seu livro ‘Our Common Future’ (Nosso Futuro Comum), na qual se relaciona o conceito do desenvolvimento sustentável com a importância de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a qualidade de vida do futuro.

As considerações da sustentabilidade tiveram impulso em virtude das recomendações para se alcançar um desenvolvimento sustentável por via da investigação sobre a população mundial e os recursos naturais na Assembleia Geral de Nações Unidas nos anos de 1980. Estes representaram um momento marcante, que sugere maior preocupação ambiental, ao destacar a importância da sustentabilidade socioambiental. Neste tempo, a EMBRATUR divulgou um novo programa turístico, no qual se destacava a propostas de ecoturismo para o Brasil.

Já nos anos de 1990, organismos políticos e econômicos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) apontam o turismo como um exponencial que poderia auxiliar no desenvolvimento econômico do Brasil. A sustentabilidade demanda novas modificações nas maneiras de a sociedade se relacionar com meio ambiente, a fim de minimizar os influências negativos produzidas, geralmente, desde o século XX.

Destaca-se o fato de que 20 anos após a Conferencia de Estocolmo, realizou-se a ‘Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento’ no Rio de Janeiro, Brasil no ano de 1992. Nesta, foi enfatizada a importância do desenvolvimento sustentável, assumindo e propondo um modelo de crescimento econômico adequado em relação a capacidade do meio ambiente.

Dois principais documentos tomaram o cargo durante esta Conferência: a Declaração do Rio, que contem 27 principais direitos definidos, e as obrigações das nações nas áreas do desenvolvimento sustentável. Ademais, a denominada AGENDA 21 constitui um planejamento das ações globais relato de ações necessárias, com a intenção de adquirir o desenvolvimento sustentável e uma alta qualidade de vida.

Em razão da problemática ambiental, o turismo passou a se ajustar às questões ambientais neste tempo. Percebe-se que, embora os lucros e os benefícios que o turismo pode produzir, a atividade turística é um dos setores que enseja grandes impactos ao meio ambiente e que necessitam de alterações para que se possam realizar de forma sustentável.

Segundo Guzmán, Cañizares, Pavón (2011), a fim de combater o domínio do turismo tradicional, como turismo de massa, faz-se necessário instituir um turismo baseado em

metodologias sustentáveis e incorporado com a natureza, desenvolvendo-se atividades de lazer em níveis locais.

Para Buckley (2012), o turismo sustentável necessita de uma legislação governamental e específica, com a finalidade de melhorar a sustentabilidade dos destinos turísticos, com vista a estabelecer um planejamento dos hotéis urbanos a respeito das construções, controles da poluição, conservações da biodiversidade e patrimônios, eficiência no uso das águas e das energias, reciclagem de resíduos, entre outros. Assim, as práticas turísticas exigem dos órgãos organizacionais planejamento adequado, para que se possa desenvolver um turismo sustentável considerando as particularidades do meio ambiente e populações locais.

No Brasil, o Conselho Nacional do Turismo tem um papel importante com suporte em orientações da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, buscando efetivar uma política nacional, promovendo e garantindo um serviço turístico adequado na área de turismo nacional. As articulações dos planos e programas, bem como as ações, têm a finalidade de melhorar as infraestruturas e qualidades das ofertas turísticas, a partir de orientações oferecidas pela Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo.

Desde de 2001, a UNWTO dá um suporte à implantação do Código Mundial de Ética do Turismo com a finalidade de maximizar a contribuição socioeconômica do turismo, procurando reduzir os possíveis impactos negativos, sejam ambientais ou como referências culturais. Estes códigos não possuem obrigatoriedade legal, mas podem servir às instancias governamentais, às comunidades locais, aos operadores do turismo e aos próprios turistas. Com a finalidade de obter a conscientização, esse relatório do turismo mundial pode contribuir como um norteador geral do turismo mundial.

The United Nations Environment Programme (UNEP), o Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas, sugeriu iniciativas para um turismo sustentável, como a liderança da designação do ano de ecoturismo (2002) pelas Nações Unidas. Este programa apoia a estratégia da gestão turística a fim de promover o turismo sustentável. Em 2002, como o ano de ecoturismo, dois eventos ligados ao turismo sustentável ao ecoturismo foram realizados em Johannesburg, África do Sul, e Quebec, Canadá. Estes momentos foram marcantes para divulgar o ecoturismo mundialmente, como nova forma de turismo que procura atingir a sustentabilidade socioambiental.

No Brasil, houve a instituição do Ministério do Turismo no ano de 2003, a fim de operar a promoção, o *marketing*, comercializando os destinos turísticos, seus serviços e produtos. Atualmente, o Ministério do Turismo e a EMBRATUR apresentam como seu objetivo

maior, desenvolver o turismo como uma atividade econômica na perspectiva sustentável.

Para Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) (2015),

Ecoturismo é um segmento da atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (p.3).

Compreende-se que as instituições norteadoras do turismo do País são importantes, em razão das inúmeras atividades turísticas e do grande fluxo característico do turismo brasileiro. Houve também a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, no ano de 2012. O turismo foi incluído no documento das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e também faz parte das declarações dos líderes do G20 pela primeira vez. (UNWTO,2013)

Atualmente, UNWTO considera o turismo um meio contra a pobreza, e com a iniciativa da ‘*World Tourism Organization’s Sustainable Tourism – Eliminating Poverty (STEP) programme*’, o programa procura a redução da pobreza por intermédio do turismo sustentável.

A fim de minimizar a relação de desequilíbrio entre a sociedade e a natureza, Buckley (2012) explica os fatores chave voltados para as reduções dos impactos, que são, população, paz, prosperidade e proteção.

Os impactos dependem do:

[...] tamanho e distribuição da população mundial. As organizações das sociedades inclusive economia, governamental e sociedade civil. O consumo, poluição, proteção da natureza, como os resultados da organização da sociedade. (BUCKLEY, 2012, p.529)

A população mundial é o principal fator gerador dos impactos socioambientais no planeta em razão das suas atividades. A paz é o fator básico que permite os direitos humanos e as realizações das viagens ao longo do tempo, a guerra, terrorismo e desastres naturais reduzem a segurança humana e a realização do turismo. A prosperidade de determinados setores econômicos causa impactos ao meio ambiente, o que permite medir o equilíbrio das atividades turísticas no contexto humano e natureza.

Mediante de um turismo sustentável, os negócios comerciais, como os serviços e produtos utilizando como referência os recursos naturais e culturas locais, podem ser mais bem desenvolvidos. As atividades turísticas podem contribuir com ofertas de empregos e aumentos

das rendas, economicamente contribuindo para o benefício igualitário de populações locais em base em uma visão sustentável, cumprindo a conservação natural e cultural para um melhor desenvolvimento social e econômico das comunidades.

Dentro do turismo sustentável, existem inúmeras vertentes, como ecoturismo, geoturismo, turismo cultural e turismo educativo, entre outros. Nessas vertentes de turismo, há o Turismo de Base Comunitária, onde a comunidade local é a principal protagonista da organização das atividades turísticas.

3.2.2 Conceito de turismo de base comunitária

Com base nas influências negativas precedentes das desequilibradas relações entre sociedade e natureza, se fez necessário adotar outra perspectiva de turismo, na qual se incluisse um planejamento voltado à visão sustentável. Uma das alternativas que pode auxiliar no desenvolvimento sustentável é o Turismo de Base Comunitária (TBC), que representa um segmento diferenciado do turismo geral, considerando a base da sustentabilidade e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Giampiccoli e Kalis (2012) explicam a comunidade como um grupo de pessoas possui experiência e afinidade de caráter histórico e geográfico comum.

Segundo a Rede de Turismo Sustentável da América Latina (REDTURS, 2015), entende-se o Turismo de Base Comunitária, como

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. (p.5)

O turismo de base comunitária representa um segmento diferenciado, considerando as bases sustentáveis e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais com suporte na minimização dos impactos ambientais. Pode-se entender esse segmento como um turismo desenvolvido no meio natural, onde as comunidades são as principais responsáveis pelo controle e organização das atividades turísticas, ensejando benefícios para os moradores a natureza (WWF-BRASIL, 2013).

Percebe-se que os princípios do turismo comunitário têm bases na autonomia e na cooperação das comunidades envolvidas nesse processo, visando à independência econômica, ao uso consciente dos recursos naturais, conservação da natureza, cultura tradicional e identidade das comunidades. Outro fator interessante é que essa modalidade de turismo procura

valorizar as particularidades de cada lugar, adaptando-se as suas características culturais e ambientais.

O projeto de turismo de base comunitária tem como fundamento a melhoria da qualidade de vida das pessoas que, na maioria das vezes, estão sendo excluídas no processo de desenvolvimento (MIELKE; PEGAS 2013). Conforme Guzmán, Cañizares e Pavón (2011), o surgimento do turismo de base comunitária contribui como uma das possíveis soluções para efeitos negativos causados pelo turismo de massa, especialmente nos países em desenvolvimento. Esta atividade turística pode contribuir, também, na organização das comunidades, em direção de melhores condições das vidas dos moradores locais.

Segundo Giampiccoli e Kalis (2012), o TBC pode ser considerado como uma estratégia de desenvolvimento da comunidade por meio da visão sustentável, conservação da natureza, valorização das culturas tradicionais no progresso da atividade. O TBC denota particularidades diferentes do turismo convencional, que, na maioria das vezes, se inclina para uma participação limitada dos moradores locais. A participação dos agentes sociais é considerada como essência para definição das atividades de turismo comunitário.

Ao mesmo tempo, esta característica do turismo comunitário torna-se uma rica experiência para os visitantes, pois o torna mais próximo da vivência dos moradores das comunidades do destino turístico.

Conforme Jamal e Getz (1994), os destinos de turismo comunitário valorizam os ecossistemas, onde permitem aos visitantes interagir com a natureza, os serviços oferecidos, as atividades e as culturas tradicionais dos moradores da comunidade como os produtos turísticos.

Para Borges (2011), “atração da demanda turística em territórios comunitários está na heterogeneidade, sendo a vivência comunitária, as trocas de saberes, e as experiências os verdadeiros atrativos turísticos,” (p.70).

A cada característica da comunidade, se amplia a diversidade das experiências dos turistas visitantes das comunidades que desenvolvem o turismo de base local. De acordo com Guzmán, Cañizares e Pavón (2011), as maiores diversidades de culturas são fatores importantes de enriquecimento das experiências de turistas que procuram novas experiências, por via das atividades turísticas.

O turismo de base comunitária é sustentado com os produtos turísticos, refletindo as características de cada comunidade. A experiência que as comunidades oferecem são dessemelhante da experiência do turismo de massa, e cada turista vivencia história singulares, em razão da característica desta atividade.

A fundação do turismo de base comunitária surgiu no meio das agências de

desenvolvimento internacionais e foram se adaptando nos últimos 30 anos, em razão das gerações dos diversos impactos negativos nos destinos turísticos. Além disso, os benefícios do turismo de massa contra os destinos turísticos, principalmente nos países subdesenvolvidos, eram limitados por efeito de repatriamento dos lucros gerados pelas empresas multinacionais para os países mais desenvolvidos. (LUCCHETTI, 2013)

Conforme Borges (2011), o turismo comunitário caminha ao contrário dos megaempreendimentos, a experiência de troca de culturas que vivenciam o mais próximo da vida cotidiana dos moradores locais. Os caminhos do TBC podem ocorrer de maneira flexível, adequando-se para cada característica natural e cultural das comunidades.

Segundo Giampiccoli e Kalis (2012), a ideia do TBC está se tornando cada vez mais relevante, especialmente por seus possíveis endossamentos interdisciplinar e estratégias que favorecem as comunidades em países subdesenvolvidos. Por via do desenvolvimento do TBC, as atividades turísticas devem favorecer não somente o setor econômico, mas também o setor cultural, aplicando-se as formas adequadas para cada comunidade.

Percebe-se que um dos maiores problema do turismo convencional é a ausência da visão interdisciplinar, não considerando as dimensões que possuem interação direta ou indiretamente com o turismo. O potencial do turismo comunitário representa, não somente, a visão econômica, mas também a melhoria da qualidade da vida da população local, considerando dimensões interdisciplinares, como natureza e sociedade para nortear sua sustentabilidade.

Ao entendimento de Guzmán, Cañizares e Pavón (2011), os fundamentos importantes do turismo de base local são as decisões efetivas tomadas pela comunidade e que assumem grande importância para o desenvolvimento das atividades turísticas das comunidades locais. Compreende-se a valorização que o TBC destina à participação da comunidade e da vinculação de fatores sociais diversos nas comunidades. A população local é considerada a personagem principal desta atividade, exercendo autonomia, liderança e decisão efetiva.

Como explica Haywood (1988), *apud* Okazaki (2009), a aproximação da participação comunitária faz a parte da integração do turismo sustentável, em virtude da, tanto de aumentar a capacidade de carga da comunidade, quanto reduzir os impactos negativos ensejados pela atividade turística. Destaca o fato de que a participação da comunidade é algo que deve envolver todos os personagens, como as pessoas, as organizações, as instituições que envolvem a atividade turística, com a finalidade de compartilhar os objetivos, os problemas e, sobretudo, as tomadas de decisões.

Para Lucchetti (2013), os elementos comuns na estrutura do turismo de base

comunitária incluem o envolvimento nas participações das populações locais, com a finalidade de produzir maiores benefícios para as comunidades locais, fornecendo as oportunidades de comunicação, experiência, conhecimento, aprendizagens e relato das culturas locais para os turistas. Na maioria das vezes, o encaminhamento desta atividade ocorre com assistências exteriores, como as agências turísticas, as ONGs e as universidades, com papel de orientação no prosseguimento das ações.

Giampiccoli e Kalis (2012) sugerem que, no contexto da sustentabilidade, deve haver cooperação entre a população comunitária, para que seja possível conquistar uma independência nas relações com o poder externo. O turismo comunitário pode contribuir para uma organização e a cooperação comunitária, autonomia e independência econômica, complementando as atividades tradicionais.

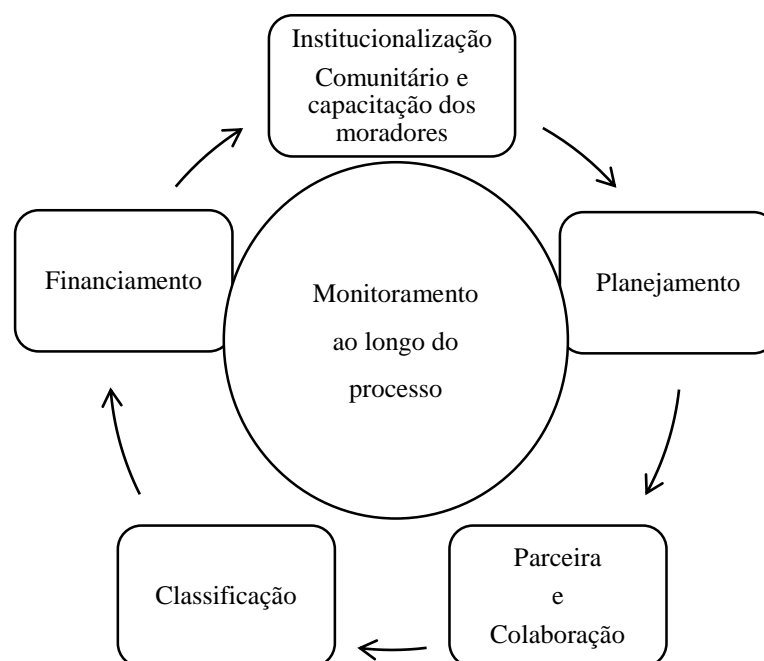
De acordo com Murphy (1998), o desenvolvimento das possibilidades turísticas nas comunidades utilizando os atrativos locais, como a localização geográfica, o patrimônio natural e cultural podem diversificar a economia local, estimulando maior consideração e valorização das atividades tradicionais na prática de TBC. Conforme Guzmán, Cañizares e Pavón (2011), a atividade turística deve ser considerada como prática de complementação, porém não deve substituir as atividades primárias da comunidade, como pesca, agricultura, pecuária, entre outras.

Encontra-se, contudo, algumas críticas sobre a operação desta atividade. As maiores barreiras do sucesso são a falta de essência de viabilidade comercial, como o mercado, os produtos e as ligações com os setores privados (LUCCHETTI, 2013). Mielke e Pegas (2013) apontam, ainda os desafios encontrados no Brasil, como a falta do planejamento de programa governamental dentro da escala nacional para atender a diversidade sociocultural e ambiental que existe no País. Pode ser observado, entretanto, os casos de modelos que realizam prática de TBC, uma vez que a aplicação do TBC possui como processo metodológico ativar a governança comunitária, a colaboração com os participantes, o acesso ao mercado turístico, monitoramento e indicadores

Conforme APEC -Asia-Pacific Economic Cooperation- (2010), a prática correta da TBC deve contribuir para a sustentabilidade nas três dimensões, como a social, a ambiental e o benefício econômico. Para Lucchetti (2013), por intermediação de um turismo comunitário bem estruturado, onde se conte com a participação da população local como agente principal, é factível realizar uma distribuição justa dos benefícios econômicos e a conservação do meio ambiente e cultural dos destinos turísticos.

Apesar destas críticas, o turismo de base comunitária, quando planejado e praticado adequadamente, pode oferecer as contribuições socioambientais, uma vez que suas bases são indispensáveis na ideia de desenvolvimento sustentável, considerando a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Entende-se que os quatro aspectos relevantes na implantação do TBC são: a institucionalização comunitária e capacitação dos moradores, planejamento, as parcerias e colaboração, a classificação e o financiamento, como indica a Figura 3.

Figura 3: Os aspectos relevantes na implantação do turismo de base comunitária



Fonte: Adaptado de Lucchetti (2013), Mielke e Pegas (2013), Sautter e Leisen (1999), Freeman (1984).

Elaboração: TAKAHASHI (2015).

Primeiramente Mielke e Pegas (2013) aconselham se realize a institucionalização comunitária na governança turística, fortalecendo a harmonia e o equilíbrio institucional dos participantes do turismo comunitário. Os autores sugerem, também, a capacitação dos moradores e o monitoramento ao longo do processo, desde o seu início, o que será necessário para que o TBC ocorra de forma sustentável. Ainda mais: a elaboração dos instrumentos normativos coletivos é incluída na orientação deles, a fim de desenvolver as responsabilidades dos participantes. Há que se verificar como os participantes dentro da organização vão afetar e serão afetados na realização do objetivo da organização (FREEMAN 1984, *apud* SAUTTER; LEISEN,1999).

Compreende-se que a população local constitui a peça principal do turismo de base

comunitária, sendo necessário realizar a atividade turística com a liderança comunitária que será o fator fundamental do TBC, efetivando também, a capacitação dos moradores relacionada à administração, o serviço e os conhecimentos profundos sobre a natureza e a sociedade da comunidade. Desta forma, o turismo possui a interdependência dos participantes, de modo a exigir a colaboração entre cada participante e a instituição.

O planejamento do turismo como o caminho que orienta a sustentabilidade, adequando-se sua estratégia a cada característica da comunidade, é essencial. Conforme a importância de planejamento, consoante Mccool e Haynes (2002), o turismo mal planejado causa os impactos negativos nas dimensões econômica, financeira, sociocultural e ambiental, como, por exemplo, a maioria das vezes, a atividade turística oferece o emprego temporário que não é economicamente estável para a população local. Faltam condições participativas, integrando a população local e a atividade turística, sem a consideração de adequar à capacidade do meio ambiente (MCCOOL; HAYNES, 2002). O planejamento deve possuir uma visão interdisciplinar, em decorrência das possíveis influências que o turismo pode causar em suas variadas dimensões.

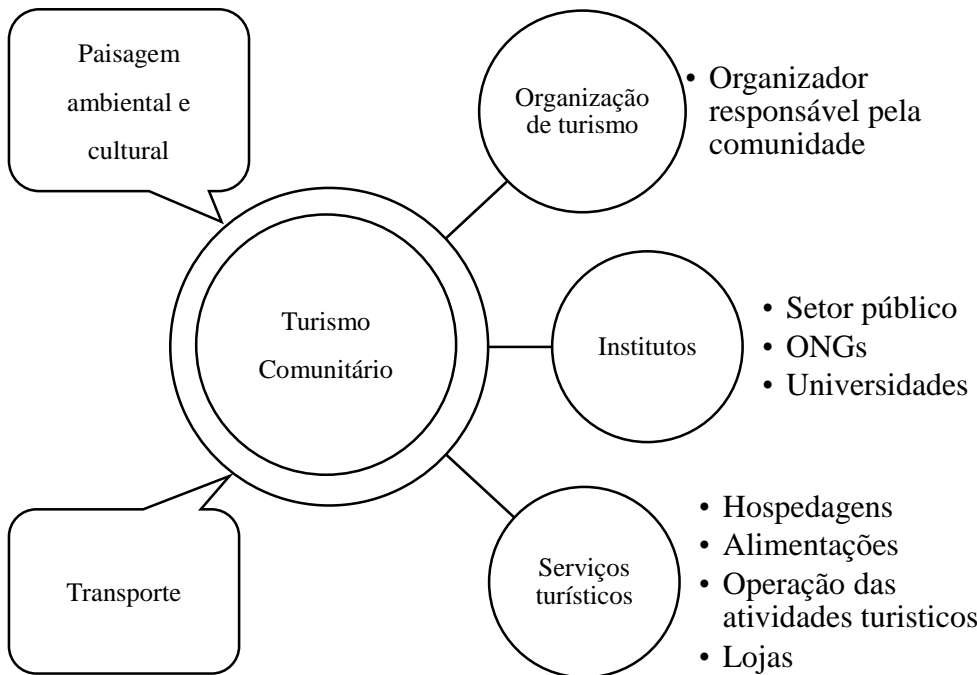
De acordo com Sautter e Leisen (1999), a colaboração entre os participantes é essencial para o desenvolvimento sustentável. Os autores sugerem que todos os participantes e instituições que se interessam, e os envolvidos nas atividades turísticas, devem abordar a função turística, colaborando dentro dos sistemas turísticos. Para Gray (1989), a colaboração é o processo de tomada de decisão associada entre os participantes, que pode ser a solução dos problemas e conflitos, compartilhando a visão de cada especialidade.

Conforme Luchetti (2013), deve-se estabelecer uma classificação de atrativos turísticos e, finalmente, obter investimento financeiro exterior, adequado para a geração dos benefícios por via de atividades turísticas. A gestão funcional é responsável pela realização de uma seleção das atividades que serão favoráveis para todos os participantes, não favorecendo apenas os interesses dos participantes prioritários (SAUTTER; LEISEN, 1999). É importante considerar as condições características naturais de cada comunidade para maximizar as potencialidades e minimizar os possíveis impactos negativos. O financiamento e o lucro de ambos, o projeto e a atividade turística, devem-se adequar para a manutenção e realizar a melhoria da qualidade de vida das comunidades (MIELKE; PEGAS 2013).

A fim de adquirir a sustentabilidade ao longo da prática de TBC, os processos mencionados durante a implantação podem favorecer a efetividade da sua atividade turística. A organização da comunidade é um fator principal, pois enriquece os conhecimentos profundos por meio da participação e colaboração. O planejamento faz o papel norteador do caminho da

atividade que busca se adequar às potencialidades, limitações e o próprio financiamento. Assim, é fundamental compreender as particularidades das comunidades e introduzir as ações de acordo com cada situação, conforme as participações necessárias na operação do turismo de base comunitária, como indica a Figura 4.

Figura 4: Estrutura do turismo comunitário



Fonte: Adaptado de Guzmán, Cañizares e Pavón (2011), Duarte (2013), Murphy (1988), Jamal Getz, (1994), Giampiccoli, Kalis (2012).

Elaboração: Takahashi, 2015.

A paisagem ambiental e cultural é crucial para o turismo comunitário, e a organização comunitária do turismo deve contribuir como agente responsável pelo desenvolvimento do turismo em cada comunidade, desde sua implantação, operação até a resolução dos problemas que encontram no processo do TBC. Desta forma, é importante concretizar a organização dos agentes principais desta atividade para beneficiar econômica, social e ambientalmente a própria comunidade desde de uma perspectiva sustentável.

Para Duarte,

A promoção do turismo comunitário abre espaço para as comunidades, que são levadas a se transformar em núcleos receptores do turismo, buscando, nesta atividade, ferramentas para o desenvolvimento local, além de se autobeneficiarem com a produção de produtos e prestação de serviços. Aderem ao associativismo por meio de cooperativas e organizações comunitário. (DUARTE, 2013, p.15).

Guzmán, Cañizares e Pavón (2011) sugerem a participação e a colaboração de institutos como administrações públicas, ONGs e universidades, trabalhando, colaborando com as comunidades. Consoante, Murphy (1988), a importância da participação das distintas instituições é necessária para obter conhecimento profundo dos possíveis impactos positivos e negativo, para a comunidade, visando realizar o turismo comunitário na maneira sustentável.

Cinco características compõem a colaboração, conforme Gray (1989): a independência dos participantes; as lideranças construtivas que possui cada especialidade, que podem encaminhar até a solução dos problemas e conflitos; o envolvimento da propriedade comum da tomada de decisões; e o acolhimento da responsabilidade coletiva no direcionamento dos participantes. A colaboração é a cooperação entre os participantes sobre a crescente complexidade no seu ambiente (JAMAL; GETZ, 1994).

Giampiccoli, Kalis (2012) explicam a importância das participações e parcerias de níveis diversos, em direção a possíveis sucessos desta atividade. A maior parte da população da comunidade deve se vincular as atividades, direta ou indiretamente. O benefício direto deve direcionar-se para a população que trabalhem relação aos serviços de hospedagens, alimentações, guias, produções tradicionais das comunidades, entre outros. Enquanto isso, os benefícios indiretos, como projetos educacionais, treinamento da capacitação dos serviços turísticos, entre outros, devem contar com a colaboração de parceiros.

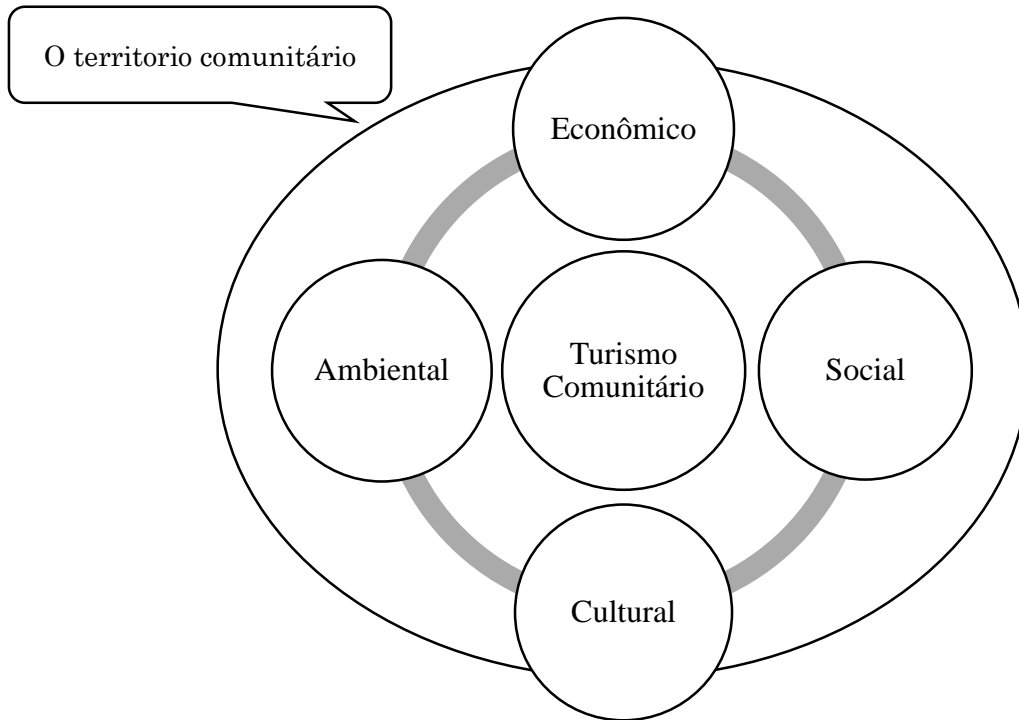
Para alcançar o desenvolvimento da colaboração, Gray (1989) propõe três etapas do modelo, com base no pensamento do McCan (1983), segundo qual a primeira etapa é o cenário da identificação dos problemas e participantes. A segunda consiste no cenário da direção que compartilha objetivos comum; finalmente, vem a implementação do que possivelmente será necessário, dependendo da situação e da colaboração (JAMAL; GETZ, 1994).

Conforme Guzmán, Cañizares e Pavón (2011), o envolvimento ocorre com serviços como as hospedagens, alimentação e as lojas das vendas das produções locais, com a relevante importância, bem como o acesso de transporte, como meio de chegar às comunidades. O acesso de transporte e os serviços do alojamento e alimentação constituem necessidades básicas para o desenvolvimento de um turismo de base comunitária.

A fim de realizar um turismo de base local, faz-se necessário abranger as assistências das instituições mencionadas, seguindo as etapas mencionadas para se desenvolver sua colaboração e efetivar um planejamento adequado das atividades turísticas na perspectiva sustentável. Além dos fundamentais serviços turísticos, como hospedagens e alimentações, com o acesso de transporte, as elaborações dos produtos locais que utilizam artes tradicionais devem

se envolver e desenvolver atividades locais e complementárias, como pesca, agricultura, trilhas ecológicas, entre outros, junto à capacitação dos guias turísticos, que permitem a troca de cultura do modo de vida de cada comunidade com os visitantes, pois são veículos importantes para o sucesso do turismo de base local.

FIGURA 5: Norteadores do turismo comunitário



Fonte: Pinto e Castro (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

As dimensões consideradas por Pinto e Castro (2013) são a econômica, social, cultural e ambiental, que podem auxiliar como um norteador relativo ao turismo comunitário no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável.

Na dimensão econômica, destaca-se a importância das autogestões, uma vez que as práticas das atividades precisam ocorrer de maneira associada e cooperativa, no entanto, os benefícios gerados dentro das comunidades devem se distribuir de forma igualitária (PINTO; CASTRO, 2013). A participação popular local faz-se de fundamental relevância, contudo, estas atividades turísticas devem considerar a sustentabilidade das atividades econômicas tradicionais das comunidades.

É importante considerar o perfil e a conscientização dos visitantes, conforme Gelbcke:

Com relação ao mercado consumidor, é necessário um trabalho sério de conscientização, educação e esclarecimento sobre o significativo do Turismo Comunitário. Não são raros os conflitos entre oferta e demanda, ou seja entre o que é oferecido pelas comunidades de maneira simples e autêntica, e aquilo que os turistas esperam com relação às atividades e 'conforto'. Para tanto, estratégias de marketing podem determinar o perfil dos visitantes, estimulando a criação de opções que explorem os aspectos que diferenciam o Turismo Comunitário do turismo convencional. (ARAÚJO; GELBCKE, 2008, p.17).

Na dimensão social, faz-se necessário considerar as contribuições das práticas das atividades turísticas com relação à qualidade de vida dos moradores locais. As comunicações interpessoais a respeito dos assuntos sobre as atividades são fatores essenciais. A organização comunitária em direção à conquista dos objetivos coletivos pode contribuir como fator necessário na condição entre os moradores das comunidades. Na dimensão cultural, a manutenção das práticas culturais e tradicionais, a valorização das identidades locais, são importantes elementos, a fim de se conscientizar sobre a valorização e preservação das culturas locais (PINTO; CASTRO, 2013).

Na dimensão cultural, é importante valorizar a continuidade das culturas tradicionais, considerando-se e conscientizando-se da importância da sua cultura. Finalmente, na dimensão ambiental, as atividades turísticas devem ser realizadas de forma sustentável para o meio ambiente. As elaborações sistemáticas da capacitação e práticas educativas para os moradores e os visitantes são fatores consideráveis pela dimensão ambiental (PINTO; CASTRO, 2013).

Para Loureiro e Goyayeb (2013, p.4),

O fortalecimento do Turismo Comunitário representa para o estado uma alternativa de preservação dos ambientes, pois a grande maioria das comunidades tem em seus moldes de sobrevivência, a pesca e o artesanato produzido a partir de sementes da flora nativa, dependendo, por tanto, dos ambientes em bom estado de conservação.

Os destinos turísticos são objetivo de alteração social, cultural e ambiental, em virtude da forma de turismo desenvolvido nas últimas décadas. Portanto, é importante elaborar um modo de turismo que considere e compreenda as dinâmicas das atividades, por via das dimensões mencionadas, a fim de realizar um turismo de base comunitária de maneira sustentável. As articulações das comunidades ligadas ao turismo comunitário devem contribuir para a cooperação, a colaboração e o compartilhamento.

3.2.3 Rede Cearense de Turismo Comunitário: Rede TUCUM

No Estado do Ceará, região Nordeste, Brasil, encontra-se um grupo articulador de comunidades, que desenvolve a atividade de turismo comunitário, sendo chamado de Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM). O projeto busca promover o turismo comunitário em parceria com distintas comunidades tradicionais, que se localizam no litoral cearense, atuando desde 2008.

Em escala nacional, existe a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL), que se iniciou no ano de 2003, bem como, na escala internacional, tem curso a Rede de Turismo Comunitário de América Latina.

A Rede TUCUM tem como uma de suas prioridades a busca do equilíbrio da relação entre natureza, sociedade e cultura, mediante a ótica da sustentabilidade ambiental, realizando a dinâmica do turismo de base comunitária. Os próprios moradores são responsáveis pela organização, planejamento e aplicabilidade das atividades turísticas, podendo promover maior autonomia socioeconômica e ambiental.

Na conjuntura regional, existe a possibilidade de coordenar os destinos individuais como roteiros turísticos. Com isso, observa-se que o foco regional foi adotado pelas várias agências administrativas responsáveis pelo desenvolvimento do turismo e o *marketing* (MURPHY, 1988). Conforme Duarte (2013), a essência do fortalecimento do turismo de base comunitária vem com as articulações em rede, com as formações das ofertas turísticas, como administração, recepção, alojamento, alimentação, passeios, trilhas e guias, e buscando a solução dos problemas introduzidos nas comunidades.

A Rede TUCUM contribui, não somente, como uma instituição de apoio, que aconselha as atividades de turismo comunitário, mas também promove maior ligação entre as comunidades. A articulação da rede entre as comunidades e as instituições vinculadas às atividade, tanto nacionais, quanto internacionais, tem a importância de concretizar a rede de organização de um turismo comunitário (BORGES, 2011). Percebe-se uma elaboração organizada da rede de articulação, uma vez que permite a ligação entre as comunidades, vinculando como é o turismo de base comunitário, quando é possível encontrar os problemas, desafios, modelos e soluções comuns.

Conforme Borges (2011), as comunidades que ofertavam o turismo comunitário no Estado do Ceará atuavam de forma isolada antes do surgimento de Rede TUCUM, assim criou-se a rede das comunidades, compartilhando os objetivos comuns. Segundo a Rede TUCUM (2015), atualmente, ela articula em 15 comunidades do litoral cearense, - Tatajuba (Camocim),

Curral Velho (Acarauá), Caetanos de Cima (Amontada), Assentamento Maceió (Itapipoca), Flecheiras (Trairí), Índios Tapebas (Caucaia), Jenipapos-Kanindés (Aquiraz), Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Vila de Volta (Aracati), Ponta Grossa (Icapuí), Tremembés (Icapuí), Centro de Formação Frei Humberto (MST-Fortaleza), Associação Mulheres em Movimento (Conjunto Palmeiras, Fortaleza).

As comunidades localizam-se na zona costeira do Estado do Ceará e destacam ofertas diferenciadas e turísticas, adequadas à particularidade de cada área. As experiências das atividades de turismo comunitário oferecem troca de culturas e experiências, compartilhando saberes e a elaboração de estratégias coletivas. O turismo comunitário pode contribuir para o desenvolvimento local, por meio de um turismo sustentável, que trabalha tanto na perspectiva do meio natural e cultural, quanto no compromisso social. As comunidades podem-se tornar núcleos receptores do turismo, de forma a nortear o desenvolvimento local, conquistando a cooperação e a organização comunitária (DUARTE, 2013).

De acordo com a Rede TUCUM (2015), para que haja o efetivo desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, se faz necessária a participação ativa das comunidades locais no processo de organização das atividades, promovendo, assim, o protagonismo dessas comunidades, considerando os fundamentos do desenvolvimento sustentável.

A valorização da autonomia da comunidade considera não somente o desenvolvimento do turismo comunitário, mas também como obter a melhor organização da comunidade local. Desta forma, destaca-se a relevância da Rede TUCUM para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no Ceará e sua significativa contribuição para a efetuar o turismo sustentável, contemplando a conservação dos recursos naturais, qualidade de vida das pessoas e um desenvolvimento solidário, com a participação de comunidades locais.

De acordo com Rede TUCUM (2013), o desenvolvimento introduzido por essa modalidade de turismo deve aliar o desenvolvimento econômico, à conservação do patrimônio natural e cultural. Atualmente, a TUCUM se baseia em dois principais objetivos-

- ✓ Promover variáveis de oferta turística locais para garantir às populações tradicionais a permanência em seu território (em particular, a pesca e a agricultura), crescendo visão social às lutas sociais para reconhecimento das comunidades participantes.

- ✓ Oferecer, aos viajantes responsáveis de todo o mundo, a oportunidade de conhecer e vivenciar experiências de Turismo Comunitário junto às populações tradicionais.

De acordo com os objetivos citados, percebe-se a preocupação, tentando garantir a permanência das populações dessas comunidades em seus territórios, uma vez que em alguns casos existem conflitos com o turismo convencional, bem como a dinâmica das atividades tradicionais, por meio do TBC.

Houve uma transformação geral no destino turístico após do desenvolvimento acelerado do turismo que desvaloriza as atividades tradicionais, culturais e a identidade local. Sendo assim, o aumento dessa demanda pode oferecer uma boa oportunidade para o desenvolvimento do turismo comunitário, sendo contudo, indispensável um planejamento consistente, considerando o melhor aproveitamento das potencialidades, assim como o reconhecimento das limitações e problemas, a fim de contorná-los. Nesse planejamento, também se há que prever os possíveis impactos negativos gerados por essas atividades turísticas, tanto de ordem ambiental, quanto de ordem socioeconômica, observando amenizar essas adversidades, buscando a garantia de um desenvolvimento sustentável. O planejamento, com tudo, deve ser feito em parceria com as comunidades envolvidas no processo.

3.2.4 Conceito de Unidade de Conservação

De acordo com WWF Brasil (2008), a ONG brasileira que participa na rede internacional que trabalha com a conservação de meio ambiente, sociedade e economia brasileira, a expressão Unidade de Conservação é a definição das áreas instituídas com a finalidade de proteger a fauna, a flora, microrganismos, água, solo, clima, paisagens e os processos ecológicos dos ecossistemas naturais por parte do Poder Público, a ótica da conservação do patrimônio histórico-cultural e atividade tradicional por via do uso sustentável dos recursos naturais.

O surgimento de delimitação da área de proteção ambiental iniciou-se nos Estados Unidos, em virtude das preocupações, com as atividades da expansão urbana em áreas naturais. O Parque Nacional de Yellowstone é considerado como o primeiro institucionalmente protegido, no ano de 1872 (WWF BRASIL,2008).

No Brasil, as Unidades de Conservação protegem o patrimônio ambiental nacional desde de 1934. Conforme o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2011), desde o início, houve aumento das áreas delimitadas. Especialmente nos últimos anos, o total de áreas

protegidas é de aproximadamente 1,5 milhão de km², ou seja, 16,6% de território continental brasileiro e 1,5% do território marinho. Os dados sobre as áreas de proteção consolidados por meio de Reservas Particulares de Proteção Ambiental (RPPN), até o ano de 2001, indicam a mudança de 973 áreas. Em seu conjunto, as unidades de conservação dividem-se em um total de 310 unidades federais, 503 estaduais e 81 municipais.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2011), estas áreas delimitadas destacam características naturais, como,

Unidade de Conservação são espaços com características naturais relevantes, que tem função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente (MMA, 2011).

A Unidade de Conservação é um dos meios relevantes por via da qual, se pode constituir um ambiente norteador para completar alguns compromissos constitucionais de caráter nacional e de vários acordos firmados internacionalmente. A Unidade de Conservação possui a visão da conservação da natureza, minimização dos problemas ambientais e a melhoria das qualidades da vida da população (WWF Brasil, 2008).

A WWF Brasil (2008) esclarece que, entre as contribuições das Unidades de Conservação para seres humanos destacam-se a que vêm na sequência.

- ✓ Regulação da quantidade e qualidade de água para consumo.
- ✓ Fertilidade dos solos e estabilidade das encostas (relevo).
- ✓ Equilíbrio climático e manutenção da qualidade do ar.
- ✓ Alimentos saudáveis e diversificados.
- ✓ Base para produção de medicamentos para doenças atuais e futuras.
- ✓ Áreas verdes para lazer, educação, cultura e religião.
- ✓ Fornecer matéria-prima.

Segundo Mccool, Haynes, (2002), as áreas protegidas possuem intensa atração para os turistas com visão ambientalista, que procuram as atividades turísticas no meio natural. O desafio da realização das atividades turísticas em áreas protegidas, entretanto, é que enquanto os turistas possuem as oportunidades de realizar as atividades desejadas no meio natural, necessitam também garantir a valorização e a manutenção ambiental e conservação da área.

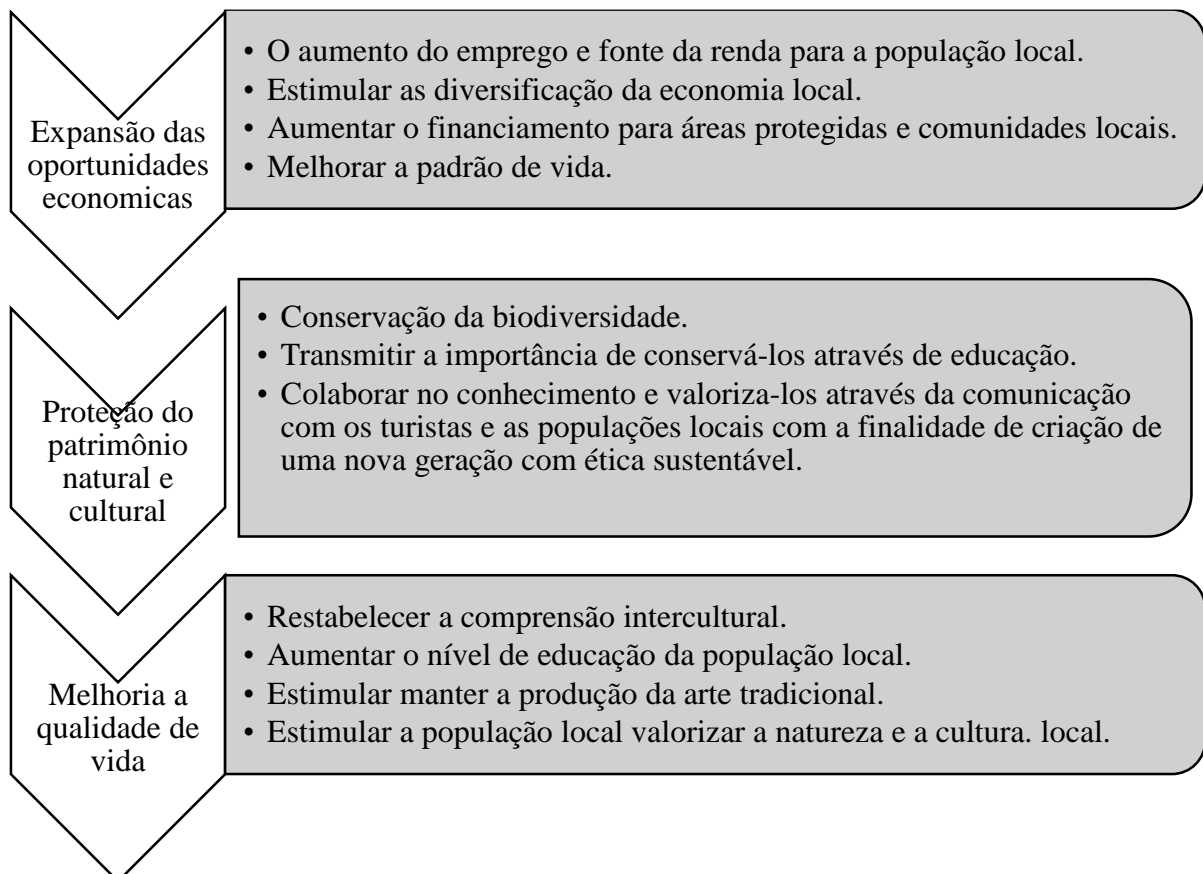
Em virtude das preocupações da injustiça social e dos problemas ambientais, há

uma necessidade crescente de se desenvolver um turismo menos impactante ao meio ambiente. O aumento do interesse da sociedade por um turismo sustentável é a resposta destas preocupações. As áreas protegidas têm possibilidades de estimular o desenvolvimento das atividades turísticas, portanto, este crescimento de interesse da sociedade (MCCOOL; HAYNES, 2002).

Para Endres (1998), a Área de Proteção Ambiental (APA), leva a uma conscientização ambientalista e pode estimular a multidimensão, com a participação obrigatória do Estado e a conjunção de leis que promovam a atividade de modo mais estruturado e fiscalizado do que incentivar as áreas ecológicas. Desde de esse ponto de vista, a APA seria favorável para implementação de ecoturismo.

Nota-se que a delimitação da área de proteção pode ter papel importante com vistas a regularizar a atividade turística, utilizando, tanto o potencial, quanto o limite, considerando a conservação natural e social, enquanto conscientizando a população local e os visitantes. A figura 6 mostra os possíveis benefícios que se podem obter através do turismo em áreas protegidas.

FIGURA 6: Potencial benefícios obtidos através do turismo em áreas protegidas

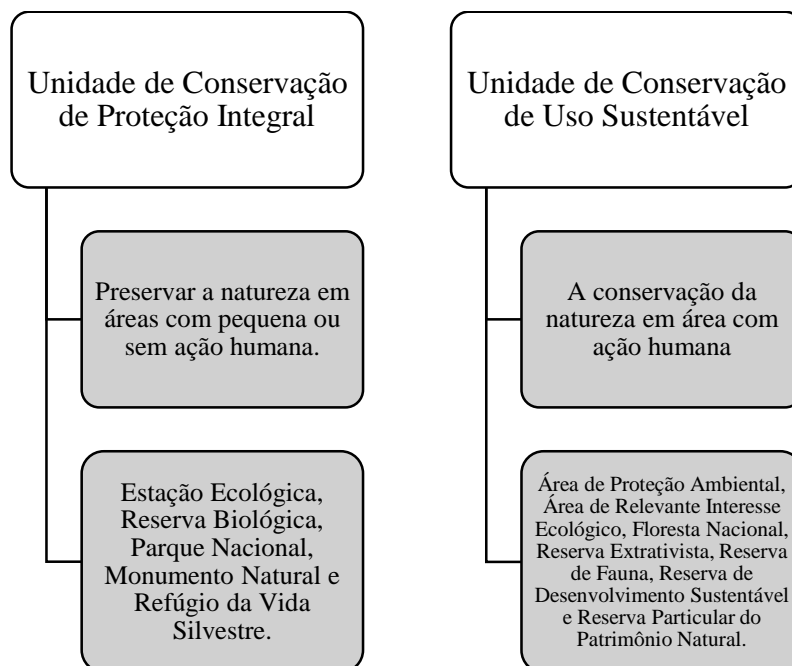


Segundo Mccool e Haynes (2002), para se realizar um turismo de maneira sustentável, faz-se necessário considerar os seguintes aspectos no planejamento do turismo: expansão da oportunidade econômica, proteção do patrimônio natural e cultural e melhoria da qualidade de vida.

A realização do turismo em áreas protegidas traz os inúmeros benefícios, assim como a responsabilidade ambiental. Percebe-se que a delimitação de áreas protegidas pode favorecer a parte das considerações e obrigações da sustentabilidade da atividade turística. O Brasil exprime uma das maiores diversidades biológicas na fauna, na flora e em microrganismos. Como exemplos, estão os biomas de Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia, Caatinga, Pantanal e Campos Sulinos. Parte desta rica diversidade da natureza, entretanto, se encontra em crise ambiental, em virtude de modelo atual do desenvolvimento socioeconômico do País (WWF BRASIL, 2008).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é o órgão responsável por administrar as Unidades de Conservação. Ele foi instituído pela Lei Federal n. 9.985/2000. As diversas categorias das Unidades de Conservação destacam-se, como parques nacionais / estaduais / municipais, estações ecológicas, reservas extrativistas, a Área da Proteção Ambiental, entre outros. Em virtude da grande diversidade, o SNUC divide-se em dois grandes grupos, como indica a figura 7.

FIGURA7: Tipo de Unidade de Conservação no Brasil



Quanto ao primeiro grupo, não se permite o uso direto de recursos naturais e as práticas concentram-se na preservação da natureza, sem muitas atividades humanas nas áreas de Unidades de Conservação de Proteção Integral. O segundo grupo assiste nos usos dos recursos naturais de maneira controlada, a fim de garantir as atividades tradicionais da população, equilibrando-as com a conservação ambiental.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2011), Área de Proteção Ambiental é considerada como “Uma importante categoria, pois possibilita o ordenamento da ocupação humana e a sustentabilidade dos recursos naturais, especialmente em áreas em processo de expansão urbana” Para que se possa alcançar seu objetivo essencial, faz-se necessário obter uma gestão participativa e a implementação do efetivo plano de manejo por meio do seu zoneamento.

A total de território das APAs abrange 426.723km² do Território Brasileiro continental e marinho. Percebe-se que as Unidades de Conservação possuem elevada potencialidade para se desenvolver um turismo sustentável com o planejamento adequado, e efetivar a sustentabilidade socioambiental.

3.2.5 Função da Estratégia da Gestão Turística

Nas últimas décadas, as áreas litorâneas foram muito usadas para o desenvolvimento do turismo. Ao mesmo tempo, em algumas áreas litorâneas, a pressão e as atividades turísticas dificultam a possibilidade de se manter a sustentabilidade nas atividades da indústria turística. Então, faz-se necessário consolidar um planejamento adequado para uma melhor integração do turismo nas áreas litorâneas, a fim de minimizar os seus efeitos negativos (UNEP, 2009).

Considerando a relevância dessa modalidade de turismo, torna-se essencial estimular a estratégia, como um caminho para atingir o desenvolvimento sustentável. É importante planejar o turismo, considerando as diversas dimensões e a complexidade, decorrente de sua interdisciplinaridade. Releva considerar as características socioambientais de cada destino turístico, como o exemplo do turismo dentro das Unidades de Conservação, fazendo-se necessário adequar o planejamento junto com os propósitos dessas instituições. Compreende-se que cada destino turístico possui caracterização própria condições e particulares inter-relações diferentes, que devem ser respeitadas no planejamento do turismo.

Conforme Rodriguez e Silva, (2009), uma das formas de alcançar o desenvolvimento sustentável é por via de práticas de turismo bem planejadas. Como foi

destacado, o turismo sustentável considera ações economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas. Sendo necessário analisar os planejamentos anteriores, conforme, UNEP (2009), a característica do planejamento turístico nas últimas décadas era de um processo simples, estimulando as construções das hospedagens, infraestrutura que permitem o acesso ao destino turístico, entre outros. Os planejamentos sistemáticos realizados nesta época denotavam as escolhas dos locais adequados para as construções de hotéis e *resorts*, aplicação dos planos locais de proteção de paisagens, padrões e efetivação de projetos de engenharia.

Quando o turismo é planejado por meio de perspectivas limitadas, na maioria das vezes, os destinos turísticos passam por alterações e impactos socioambientais produzidos pela própria atividade. Percebem-se a importância do planejamento, o respeito da perspectiva interdisciplinar do turismo, considerando os fatores envolvidos direta ou indiretamente na atividade turística.

De acordo com UNEP (2009), “A definição da integração é o processo de congregar os componentes separados como uma função do todo, que envolva coordenação da intervenção.” A fim de implantar e desenvolver as atividades turísticas, efetivamente, é importante envolver diversos fatores sociais, buscando compartilhar a perspectiva, a consciência e a preocupação (BRUNER; SWEETING; ROSENFELD, 1999). Para Dias (2003, p.28), “A intervenção política organizada, através do planejamento, quanto mais cedo for efetivada para controlar o desenvolvimento turístico, melhor resultado se obterá de um turismo sustentável: recurso natural, econômico, sociais (culturais) e ambientais.” Os impactos negativos nas últimas décadas foram correntes de uma falta de planejamento adequado e de uma perspectiva sustentável.

No Quadro 1, mostram-se os aspectos consideráveis no planejamento turístico. Conforme UNEP (2009), o planejamento do turismo deve considerar a continuidade, a flexibilidade, a adaptação e a transparência de seus processos. O turismo como atividade interdisciplinar necessita de um planejamento integrado, considerando os fatores seguintes.

Observam-se as inter-relações que o turismo abrange, exigindo o planejamento, considerando o equilíbrio entre os aspectos mencionados para obter um planejamento turístico voltado à sustentabilidade.

QUADRO1: Aspectos de integração que devem ser considerados no planejamento turístico

Geográfico	Integração das diferentes unidades territorial, como, a terra e o mar, a zona costeira e o interior.
Sistêmico	Necessidade de assegurar a consideração das interações total vinculados à atividade.
Funcional	Intervenção da gestão setorial deve ser harmonizada pela gestão ampla e detalhada com objetivos e estratégias.
Política	Gestão setorial da política, estratégias e o planejamento devem manter a cooperação para sua totalidade.
Interdisciplinaridade	As disciplinas devem transcender suas fronteiras.
Vertical	Integração das instituições e níveis administrativos como u, todo.
Horizontal	Integração das várias instituições em um mesmo nível administrativo.
Planejamento	Integração do planejamento em níveis administrativos deferentes.
Temporal	Integração do planejamento e dos programas em prazo diferentes.

Fonte: UNEP (2009). Elaboração: Takahashi (2015).

A seguir, explica-se a orientação específica para realização de turismo de base comunitária, no parecer da Rede TUCUM (2013).

1. As atividades de Turismo Comunitário são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos.
2. O Turismo Comunitário se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais.
3. O planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local.
4. O Turismo Comunitário se baseia na ética e na solidariedade para estabelecer relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes.
5. O Turismo Comunitário busca promover geração e distribuição equitativa da renda na comunidade.
6. O Turismo Comunitário se fundamenta na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da população, da cultura e das identidades.
7. O Turismo Comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente.
8. O Turismo Comunitário fundamenta-se no estabelecimento de uma relação entre sociedade,

cultura e natureza que busque a justiça ambiental.

Confirmam-se o valor da organização e a participação dos próprios moradores das comunidades, que se orientam pela relação direta entre o turismo e a população local, permitindo a troca de cultura dos visitantes e com os moradores.

Assim, elaborada uma gestão turística adequada as condições socioambientais, as comunidades podem se integrar às atividades turísticas com as práticas tradicionais, o que fortalece a pertença local, a identidade coletiva e a cultura tradicional.

O planejamento é dividido em etapas, como explicam Rader (1998), *apud* Bruner, Sweeting, Rosenfeld (1999). O primeiro passo de planejamento do turismo com relação ao uso da terra é concretizar o objetivo do desenvolvimento do turismo e distribuir as ocupações de fatores sociais vinculados à atividade. Os objetivos devem basear-se na perspectiva social, ambiental, política e condição econômica, junto com os problemas e possibilidades. O segundo passo está no mapeamento e delimitação das áreas prioritárias de uso do turismo, comunidades locais e do estado de conservação. As informações e a capacidade tecnológica são fatores favoráveis para esta avaliação. O terceiro procedimento é a sistematização do planejamento do uso da terra, utilizando o turismo, como referência ambiental, social, entregando mapas de prioridades.

A fim de se constituir um turismo sustentável, faz-se necessário realizar o planejamento que contextualize a interdisciplinaridade do turismo com a participação de fatores sociais diversos, buscando obter harmonia nas inter-relações da sociedade com a natureza, por meio de uma visão sustentável.

4 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ARACATI

Explanara-se á, neste seguinte, acerca das condições histórico-geográficas do município de Aracati, sua Sede Municipal e Canoa Quebrada, onde exerce grande influência na Vila do Estevão devido sua proximidade. Para realização da análise e diagnóstico socioambientais, foi necessário pesquisar a localização dessas áreas; a ocupação históricas; aspectos naturais como clima, geologia, geomorfologia, solos e vegetação; e suas unidades geoambientais –, incluindo uma análise sobre as condições socioeconômicas, culturais e sociais, demografia, educação, saúde, emprego e saneamento básico do Município de Aracati e Canoa Quebrada. Além desses aspectos, foi importante analisar as atividades turísticas desenvolvidas, como a existência de um plano estratégico, que contemple o número de turistas visitantes dessas áreas, assim como os eventos ali realizados.

Apesar da proximidade geográfica entre a Canoa Quebrada e a ARIE da Vila do Estevão, ambas as comunidades possuem caminhos diferentes com relação ao turismo ao longo do tempo. Enquanto Canoa Quebrada representa um dos destinos turísticos mais famosos do Brasil, na ARIE da Vila do Estevão, resiste o turismo de massa e busca continuar mais próxima de suas características originais. A atividade turística de Canoa Quebrada, no estante influencia os aspectos econômico, ambiental e social da ARIE da Vila do Estevão, destacando-se a luta pelo território, que influenciou na criação de associação dos moradores e legislação de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).

As informações pertinentes ao Município de Aracati foram obtidas do Perfil Básico Municipal de Aracati (2013), publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2013), além de outras informações obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além do material bibliográfico, informações foram de tomadas de trabalhos de campo e entrevistas com moradores locais, com a finalidade de compreender a realidade da área sob exame.

As informações analisadas neste capítulo permitem maior entendimento da realidade histórica, social e cultural do Município, servindo de base para a efetivação de um planejamento turístico.

4.1 O entorno geográfico municipal e distrital de Aracati e Canoa Quebrada: aspectos históricos

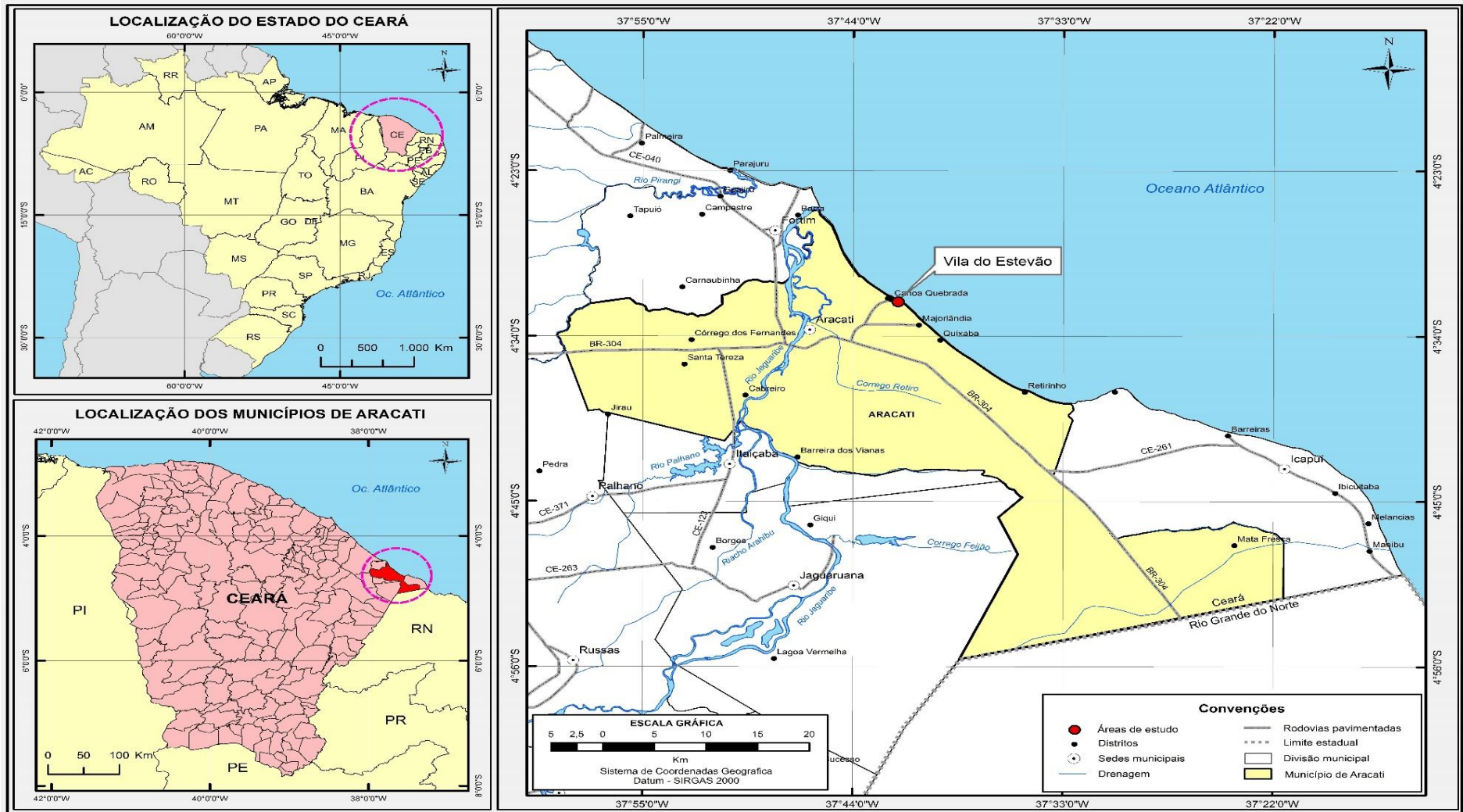
A pesquisa tem como foco principal a ARIE da Vila do Estevão, localizada no setor leste do núcleo principal de Canoa Quebrada. Ambas as áreas estão territorialmente inseridas no Município de Aracati, litoral leste do Estado do Ceará, Região Nordeste do Brasil. A distância entre Fortaleza (capital do Estado do Ceará) e Aracati, é de 148km, e entre Fortaleza e Canoa Quebrada são 157km. Com o intuito de entender a dinâmica da ARIE da Vila do Estevão, se faz necessário compreender a realidade do Município de Aracati como um todo.

Aracati é um Município do litoral cearense, cuja toponímia em língua indígena quer dizer “vento que sopra do norte e refresca os andores do estio”. Quanto à sua situação geográfica, está situado na latitude 4°33’42” sul e longitude (WGr) de 37°46’11”, no setor litoral leste cearense. Sua altitude é em média de 5,74m em relação ao nível do mar com temperaturas médias em torno de 30° C a máxima e 20° C a mínima.

Segundo IBGE (2015), o Município de Aracati possui um total de 1.228 km² com 69.159 habitantes. Os seus limites são estabelecidos, ao norte pelo oceano Atlântico e Fortim; ao sul pelos Municípios de Itaiçaba, Palhano e Jaguaruana; ao leste, por Icapui e o Estado do Rio Grande do Norte; e ao oeste pelos Municípios de Beberibe e Fortim. Os municípios de Fortim, Icapui, e Itaiçaba, juntamente com Aracati fazem parte da Microrregião do Litoral de Aracati, estando situados no litoral da região do Baixo Jaguaribe. A Sede municipal de Aracati, Barreira dos Vianas, Cabreiro, Córrego dos Fernandes, Jirau, Mata Fresca e Santa Tereza são os sete distritos que compõem a divisão político-administrativa do Município.

Existem dois acessos rodoviários principais para a Sede municipal, partindo da capital do Ceará, Fortaleza. Primeiro, pela BR-116, entrando à esquerda no trevo do Boqueirão do Cesário, e o segundo, pela CE-040, passando por Eusébio, Aquiraz, Cascavel, Beberibe e pelas estradas de Sucatinga e Fortim até chegar a BR-304. Outro meio de chegar ao Município é por intermediário do aeroporto Dragão do Mar, inaugurado em 4 de agosto de 2012, com estrutura compatível ao padrão internacional, porém ainda não se encontra em total funcionamento. Esse empreendimento pode trazer melhorias ao Município, sobretudo no desenvolvimento do turismo, por se tratar de uma possibilidade a mais de transporte para os turistas. Para Gastão Vieira (2012), “o aeroporto é um exemplo das ações de infraestrutura que podem dar mais conforto ao turista e contemplar a atividade como um todo.” O custo total de obra é de R\$ 23,7 milhões (BRASIL MINISTÉRIO DE TURISMO, 2012).

FIGURA 08: Localização geográfica da ARIE da Vila do Estevão



Elaboração: Takahashi (2015).

A elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracati foi coordenada pelo Governo Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SDU, estabelecendo o uso de ocupação do solo urbano da Sede municipal pela Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (PROURB). A fim de promover a preservação ambiental, social e cultural, destaca-se a equipe de técnicos do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Com relação aos aspectos históricos, Aracati passou a ter maior destaque no século XVII, sendo inicialmente chamado como comunidade de São José do Porto dos Barcos, posteriormente de Cruz das Almas e Santa Cruz do Aracati, sendo nomeado como o primeiro núcleo habitacional do litoral leste do Ceará. O povoamento e desenvolvimento deste lugar iniciou-se da pecuária, influenciado por uma sequência de movimentos migratórios da população dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, quando os migrantes procuravam novos campos para seus gados atraídos pela potencialidade e oportunidades desta atividade (LIMA; SILVA, 2004). De acordo com Costa e Lima (1979), apud Esmeraldo (2002), existia também uma imigração internacional efetivada por colonos portugueses que se dirigia ao lugar.

O desenvolvimento da cidade foi marcado, sobretudo, pelo comércio de charque, couro de gado bovino, vaquetas, couro de cabras e pelicas brancas. Sua transformação pelo comércio aconteceu de “modo assombroso e rápido” (SOUZA, 1922 apud BARBOSA, 2011). Conforme Esmeraldo (2002), São José do Porto dos Barcos surge como primeiro lugar do Brasil a fabricar o charque, sendo esta uma carne salgada e seca ao sol em mantas, preparada para exportação por grandes distâncias sem processo de refrigeração.

Em 11 de abril de 1747, D. João V permitiu o alvará que a elevava à condição de Vila, titulando-a como a Vila de Santa Cruz do Porto dos Barcos do Jaguaribe, em virtude do desenvolvimento e destaque do seu comércio, que foi um marco importante para a posterior criação do Município de Aracati. Com a transformação de uma vila comum para uma das vilas mais procuradas e povoadas, atribui-se essencialmente ao apogeu da pecuária e do desenvolvimento das charqueadas no decorrer do século XVIII. Segundo Aracati (2015), a Vila de Santa Cruz do Porto dos Barcos do Jaguaribe recebeu o nome de Vila de Santa Cruz de Aracati em ano de 1766. Conforme Esmeraldo (2002), nos anos de 1779, a Vila de Santa Cruz de Aracati possuía o maior empório comercial do Ceará. A vila era mais desenvolvida e populosa comparando-se com a própria Capital, Fortaleza.

A Vila de Santa Cruz de Aracati foi elevada a cidade em 25 de outubro de 1842. Passando a ser designada somente de Aracati, manteve a sua importância no comércio e elevada

população na época.

Como informa Barbosa (2011), as condições naturais foram favoráveis para o fortalecimento das atividades econômicas, como, por exemplo, os ventos que ajudavam a secagem da carne e a possibilidade de produção de sal nas planícies fluviomarinhas. Estes progressos econômicos influenciavam as construções locais, como edifícios públicos, casarões, armazéns, ruas ordenadamente alinhadas, entre outros equipamentos, como praças públicas e igrejas, considerados como patrimônio arquitetônico até os dias de hoje. Outros aspectos naturais também influenciaram o desenvolvimento socioeconômico de Aracati, sendo marcados por potencialidades e limitações oriundas da conjunção de fatores ambientais locais, que serão descritos a seguir.

4.2 As Unidades Geoambientais

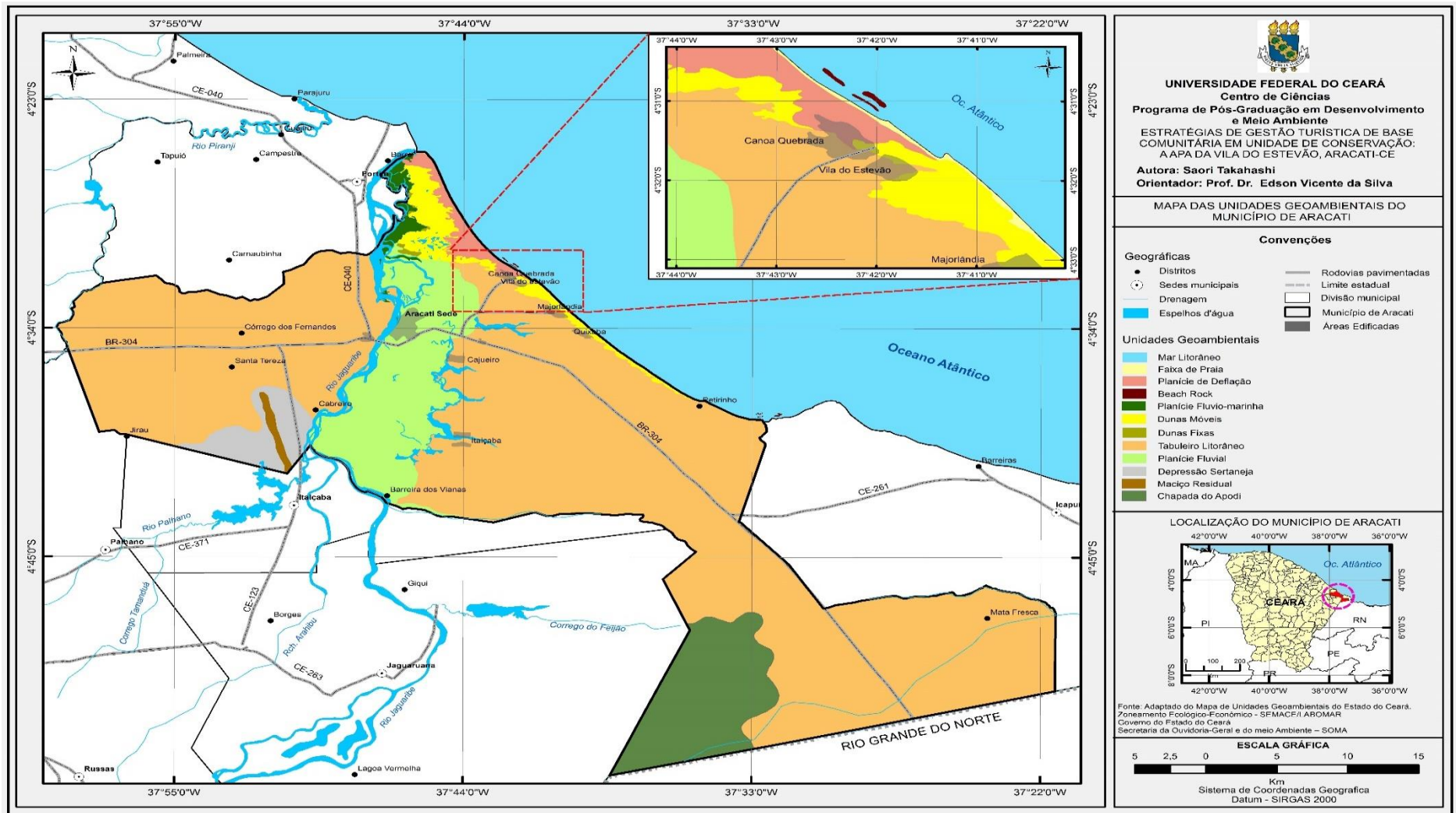
A figura 9 representa o mapa das unidades geoambientais do Município de Aracati. Nele há 12 principais unidades socioambientais, no sentido do mar para o sertão: Mar Litorâneo, Faixa de Praia, Planície de Deflação, *Beach Rock*, Planície Fúlvio-Marinha, Dunas Móveis, Dunas Fixas, Tabuleiro Litorâneo, Planície Fluvial, Depressão Sertaneja, Maciço Residual e Chapada de Apodi.

No contexto da pesquisa, na questão do enfoque local da Vila do Estevão e Canoa Quebrada se encontraram basicamente duas unidades geosistemas: Planície Litorânea e Tabuleiro Pré-Litorâneo. O reconhecimento das características dos distintos compartimentos da natureza é fundamental para elaborar o planejamento turístico e realizar o zoneamento turístico funcional, a fim de adequar as atividades turísticas às distintas potencialidades das unidades geoambientais dos destinos turísticos.

4.2.1 Planície Litorânea

Segundo Meireles (2014), a Planície Litorânea é formada em uma faixa que compreende morfologias, diferenciadas de correntes de processos geocológicos e ecossistemas, originados assim pela interação de ondas, marés e ventos junto os ambientes marinhos e continentais. Para Souza (2007), as Planícies Litorâneas configuram-se como uma superfície composta por terrenos de neoformação, são áreas plana ou com pouco declive em direção à linha da costa, possuem influências diretas das ações fluviais, marinhas e eólicas, materializado em um ambiente com forte dinâmica onde os processos atuantes modelam constantemente as

Figura 09: Mapa dos Unidades Geoambientais do Município de Aracati



Elaboração: Takahashi (2015).

feições geomorfológicas, originando formas de acumulação e erosão. Contém um grande estoque de sedimentos arenoargilosos modelado predominantemente pelo transporte eólico, campo de dunas fixas e móveis, largas faixa de praias, linhas de falésias, Planícies de Inundação Sazonal, Planícies Lacustres, Fluviais e Flúvio-Marinhas (SOUZA, 2007).

O Município de Aracati, de maneira geral, percebe-se que a unidade geoambiental como a de maior potencial para a atividade turística, e uma das que recebe maior pressão do ponto de vista ambiental. É nela onde se concentra grande parte das atividades econômicas e de subsistência tanto das comunidades tradicionais como dos agentes do turismo de massa. Das práticas apreciadas pelos turistas, é possível destacar: banho de sol e mar, passeio de jumento, saída e chegada dos passeios de jangada. Costumam-se instalar nestas áreas barracas de praia que causam uma série de impactos ambientais, dentre eles impactos paisagísticos, uma vez que as construções ofuscam a beleza das falésias consideradas verdadeiros monumentos naturais.

4.2.2 *Tabuleiro Pré-Litorâneo*

Segundo Sousa (2007), o Tabuleiro Pré-Litorâneo é uma superfície com caimento topográfico suave para a linha de costa constituído por sedimentos plio-quadernários do Grupo Barreiras. Tais depósitos são correlativos das superfícies de aplainamento interiores, tem origem continental, sendo removidos e depositados predominantemente pela ação fluvial.

O topo dos tabuleiros apresenta-se recoberto por neossolos quartizarênicos e argissolos vermelho-amarelo espessos revestidos pela vegetação de tabuleiro, caatinga litorânea e enclaves de vegetação de cerrado. Apresenta um relevo pouco dissecado, onde a amplitude altimétrica entre o topo dos tabuleiros e os fundos de vales não é superior a 15m, com a predominância de topos horizontais (SOUSA 2007).

A maior parte da área urbana de Canoa Quebrada e a maior parte da Vila do Estevão encontram-se sob este compartimento, onde se observa uma expansão urbana. Quanto às atividades turísticas, concentra maior parte dos equipamentos turísticos, como as hospedagens, as restaurantes, as bares, entre outros. Esta área é a mais adequada para a expansão urbana da vila do Estevão por possuir uma ecodinâmica mais estável em razão de características geomorfológicas.

4.2.3 Planícies fluviais

Como afirma Souza (2007), as Planícies Fluviais correspondem a áreas planas resultantes de acumulação fluvial, sujeitas a inundações periódicas que bordejam as calhas dos rios. No setor da cidade de Aracati, estas possuem, além de uma grande importância do ponto de vista ambiental, considerável extensão territorial, uma vez que na região estudada essas planícies se encontram no baixo curso dos rios.

A área em questão é uma das que pouco se distancia do que seriam as condições perfeitas para as atividades agropastoris, uma vez que dispõe de solos férteis, relevo plano e boa disponibilidade de água. Tais condições levaram esta a ser historicamente ocupada com maior diversidade de usos, como pastoreio extensivo e extração da palha da carnaúba, que se desenvolvem até hoje; associados a incentivos do Governo, a expansão do agronegócio e da carcinicultura, que estão somados a uma diversidade de usos. Tais usos vem ocasionando um rompimento da capacidade de suporte da área causando uma diversidade de problemas socioambientais.

4.2.4 Clima

Apesar de o Município estar situado na região litorânea, é caracterizado por médias pluviométricas superiores ao restante do Estado do Ceará. Aracati está situado em uma mancha de clima semiárido que ocorre entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. O seu clima é considerado como tropical quente, semiárido brando, com médias pluviométricas de 892mm anuais que correspondem aos meses de janeiro e junho, e máximas em fevereiro, março, abril e maio (ESMERALDO, 2002).

Em virtude da temperatura elevada com baixa amplitude térmica no decorrer do ano, associada à água do mar, que é sempre agradável, o clima se mostra favorável às atividades turísticas em todas as épocas do ano, sendo possível realizar atividades como banho de sol e mar, surf, kite-surf, parapente, entre outros. As temperaturas médias são de 26C° a 28C°, especificamente nos meses de dezembro e janeiro (27,3C°), junho (22,1C°), julho (25,7C°), novembro e dezembro (30,7C°). A média das temperaturas máximas se concentra nos meses de abril e outubro.

Segundo Souza *et al* (2012), os principais sistemas climáticos atuantes na região do Município são:

- *Zona de Convergência Intertropical* – cinturão de nebulosidade com nuvens predominantemente do tipo cúmulos, que acompanha o equador térmico, e chega a região durante o verão no hemisfério sul.

- Instabilidade de oeste – traz umidade gerada na Região Amazônica, no sentido oeste –leste, para o Nordeste brasileiro.

- *Perturbações na corrente dos alísios* – em contato com as áreas continentais, as diferenças de aquecimento e a rugosidade do terreno provocam precipitações no litoral e nas vertentes úmidas das barreiras orográficas, devido à formação de correntes convectivas.

4.2.5 Hidrografia

Com relação as suas bacias hidrográficas, o escoamento fluvial corresponde as Bacias Hidrográficas do Baixo Jaguaribe e a Metropolitana. O Município de Aracati possui 17 açudes que reservam cotas máximas de 30.050.000m³, complementados por 689.000m³ de oito lagoas. A garantia principal de abastecimento de Aracati é um total de 4.451.700.000m³ da barragem do açude Castanhão (ESMERALDO, 2002).

Além de possuir recursos hídricos superficiais em abundância, sendo banhado pelo rio Jaguaribe, o Município se mostra de uma forma geral um excelente potencial hidrogeológico, uma vez que possui uma geologia inteiramente composta por depósitos sedimentares.

Em todos os compartimentos geoambientais citados. é possível encontrar boa disponibilidade de água, no entanto, o compartimento onde existe um maior potencial em termos de recursos hídricos é o das planícies litorâneas (que são bastante expressivas por estarem situadas nos baixos cursos dos rios), uma vez que estas, além de estarem margeando os rios, possuem o lençol freático que aflora com poucos metros de profundidade.

4.2.6 Vegetação

A cobertura vegetal é constituída pelo Complexo Vegetal Litorâneo, pela floresta mista dicotilopalmácea e a floresta perenifólia paludosa marítima, junto com a caatinga, que se encontra no interior do Município. O complexo vegetacional litorâneo privilegia a vegetação de tabuleiros, vegetação de dunas, manguezais, mata ciliar e lacustre, e a transição entre a

vegetação de tabuleiro e a caatinga. A seguir, estão descritos os complexos vegetacionais citados:

Vegetação de Tabuleiro – floresta dos tabuleiros misto de caatinga e cerrado são dois tipos de cobertura predominante dos tabuleiros litorâneos;

Vegetação de dunas – predominância de gramíneas que têm relevante importância para fixação das dunas próximas ao mar. Espécies comuns são: salsa de praia, capim de praia, cipó-de-praia, oró e murici. As espécies arbóreas e arbustivas principais são os que apresentam facilidade de crescer nas dunas fixas ou em processo de fixação como desenvolvimento de solo são: João mole, jucá, juazeiro, pau d'arco roxo, tatajuba e cajueiro (PEREIRA; SILVA, 2007).

Os manguezais – segundo Aracati (2000) é um ecossistema formado de água doce do rio Jaguaribe com o mar, formando a planície flúvio-marinha, constituindo os manguezais do Município de Aracati. As áreas dos manguezais são sensíveis em razão à complexidade, que constituem áreas de reprodução de grande número de espécies de peixes, crustáceos e moluscos, ou seja, fonte de alimento e local de produção de aves aquáticas.

A caatinga é a vegetação representante da maior parte do sertão do Município de Aracati, sendo que as espécies mais características da caatinga são jurema, catingueira, sabiá, marmeleiro e mandacaru (PEREIRA; SILVA, 2007).

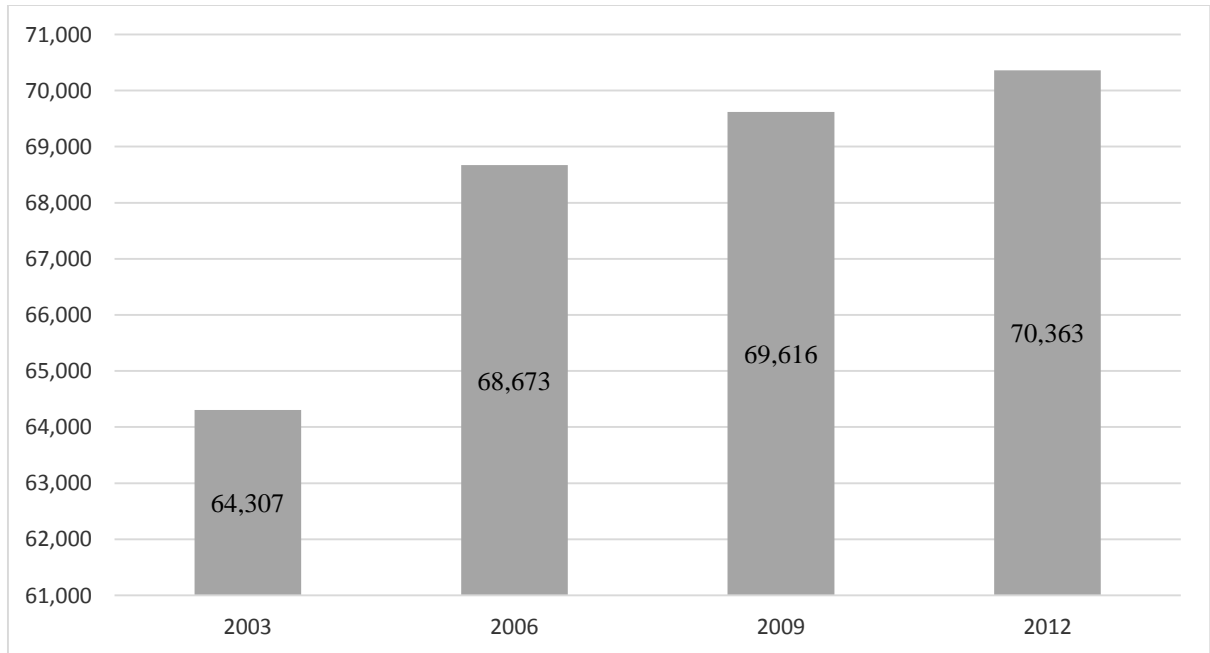
A vegetação possui grande importância para comunidade da Vila do Estevão, pois os habitantes locais costumam realizar coleta de frutos de árvores da vegetação das dunas e mata de tabuleiro. Além disso, a população costuma realizar trilhas ecológicas nessa área.

4.3 Aspectos socioeconômicos e culturais

4.3.1 Condições sociais

Em termos populacionais, o gráfico 4 expressa um crescimento gradual do número estimado de moradores de Aracati, de 2003 a 2012. Percebe-se que houve significativo crescimento populacional no Município, nos anos citados, apresentando-se maior de 2003 a 2006, obtendo um aumento de aproximadamente 4.500 pessoas, enquanto nos anos posteriores esse crescimento aconteceu de modo mais tímida, mantendo maior estabilidade de 2006 a 2012.

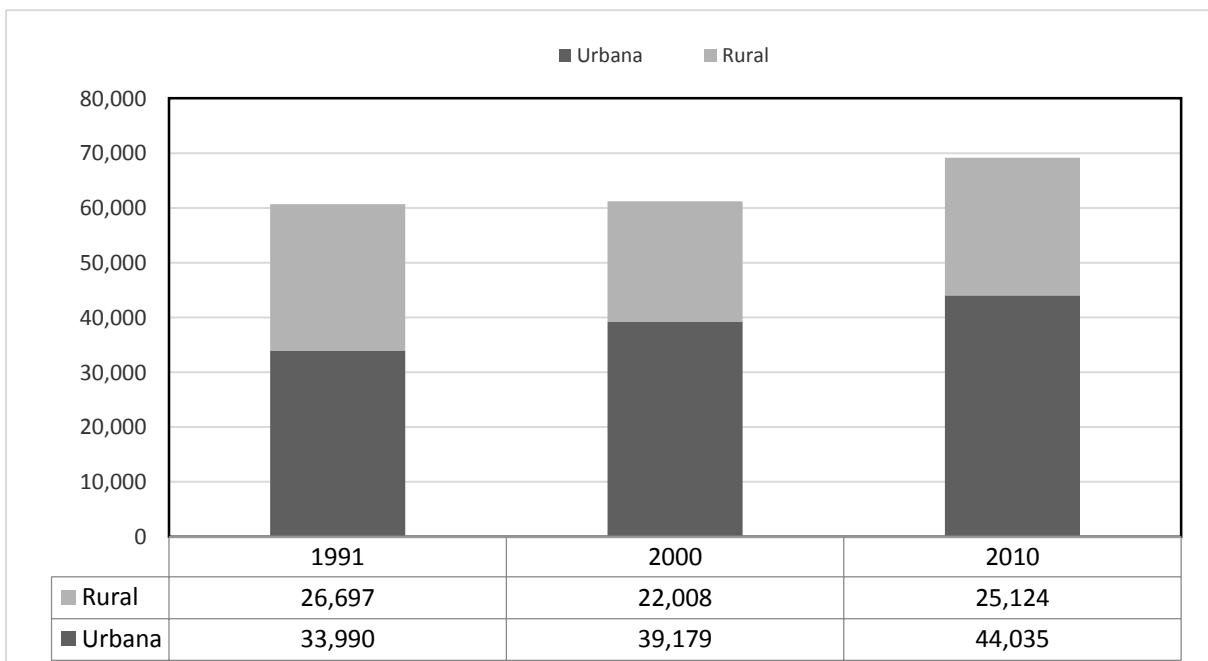
GRÁFICO 4: Estimativa populacional do Município de Aracati



Fonte: IBGE (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

Antes as informações expostas, é necessário aprofundar as especificidades do Município, visando a apreender de maneira mais completa sua organização populacional. Sendo assim, o gráfico 2 traz elementos significativos para essa compreensão, pois expõe informações relacionadas à população urbana e rural e suas variações de 1991 a 2010.

GRÁFICO 5: População residente do Município de Aracati – 1991 à 2010 (Rural e Urbana)

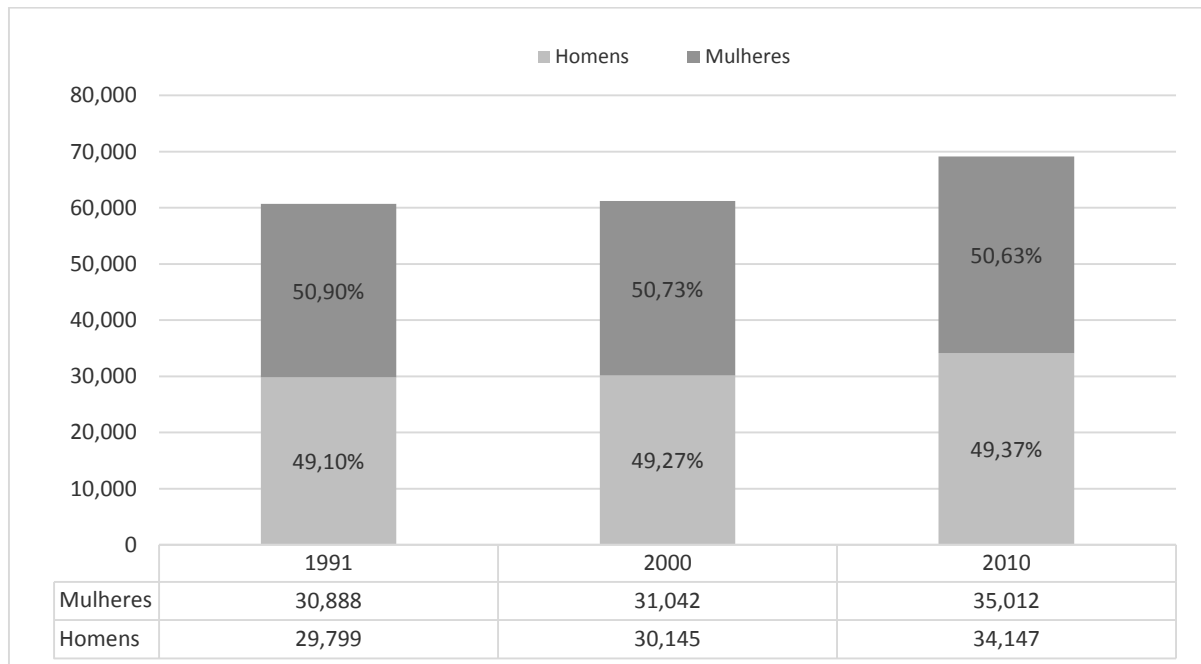


Fonte: IBGE (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

Discriminando-se as suas áreas urbanas e rurais, nota-se uma diferença na área urbana, onde se percebe um aparente crescimento ao longo dos anos, que em 1991, representava 56,01% da população e em 2010 essa porcentagem passou para 63,67%, representando um aumento de 7,66 % da população urbana da cidade. Na área rural do Município de Aracati, verifica-se um movimento inverso, denotando um retrocesso populacional nos anos de 1990 a 2000. Desta forma, percebe-se que Aracati, ao longo dos anos, assumiu uma organização mais voltada às condições urbanas, pois, de acordo com essa discriminação, mostra-se que a maior parte da sua população, situa-se na zona urbana, ou seja, predominantemente na Sede municipal.

Outro dado importante para o entendimento da organização espacial do Município são os dados referentes ao gênero da população, expressos no gráfico 6.

GRÁFICO 6: População residente no Município de Aracati, por gênero – 1991 / 2010



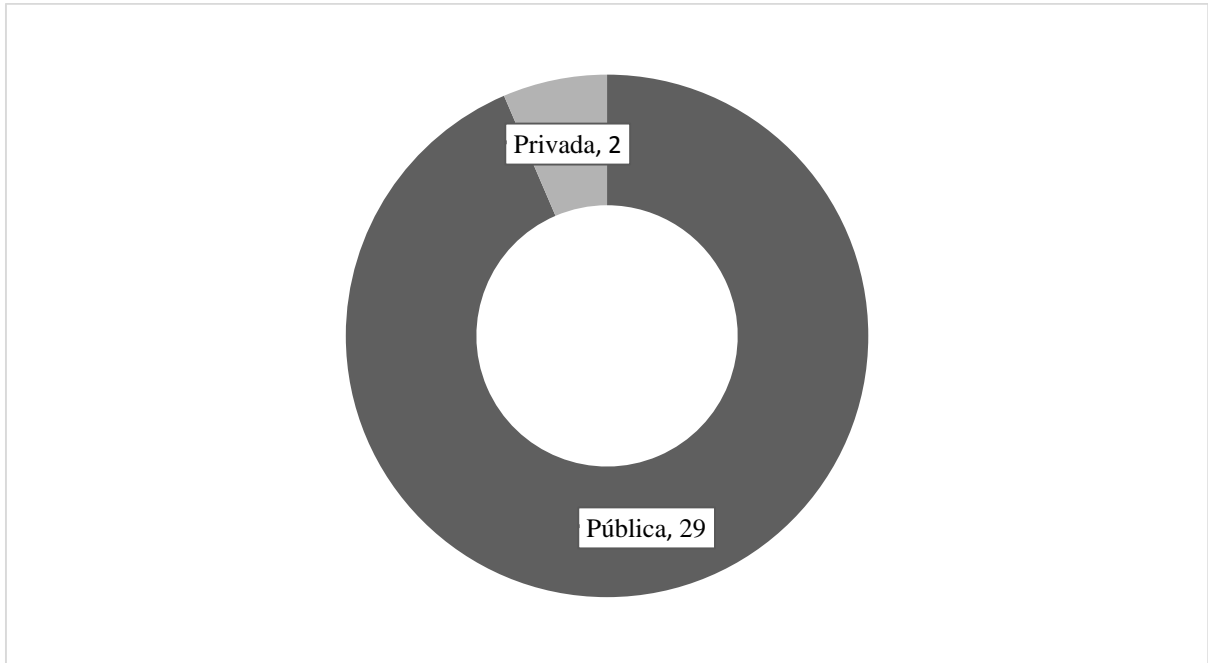
Fonte: IBGE (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

A distribuição da população por gênero mostra um equilíbrio, com média similar entre homens e mulheres. O público masculino representa 49,10% da população total no ano de 1991, aumentando para 49,37% no ano de 2010, enquanto o feminino exprime um número superior, sendo 50,90%, no ano de 1991, e fechando o ano de 2010 com 50,63% da população total. Conforme os dados, a população está em equilíbrio referente à distribuição por sexo.

Com relação ao aspecto de serviços de saúde e a quantidade de unidades de atendimentos ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), mostra-se uma comparação entre

pública e privada.

GRÁFICO 7: Unidades de saúde do SUS, por tipo de prestador de serviços, no Município de Aracati – 2013

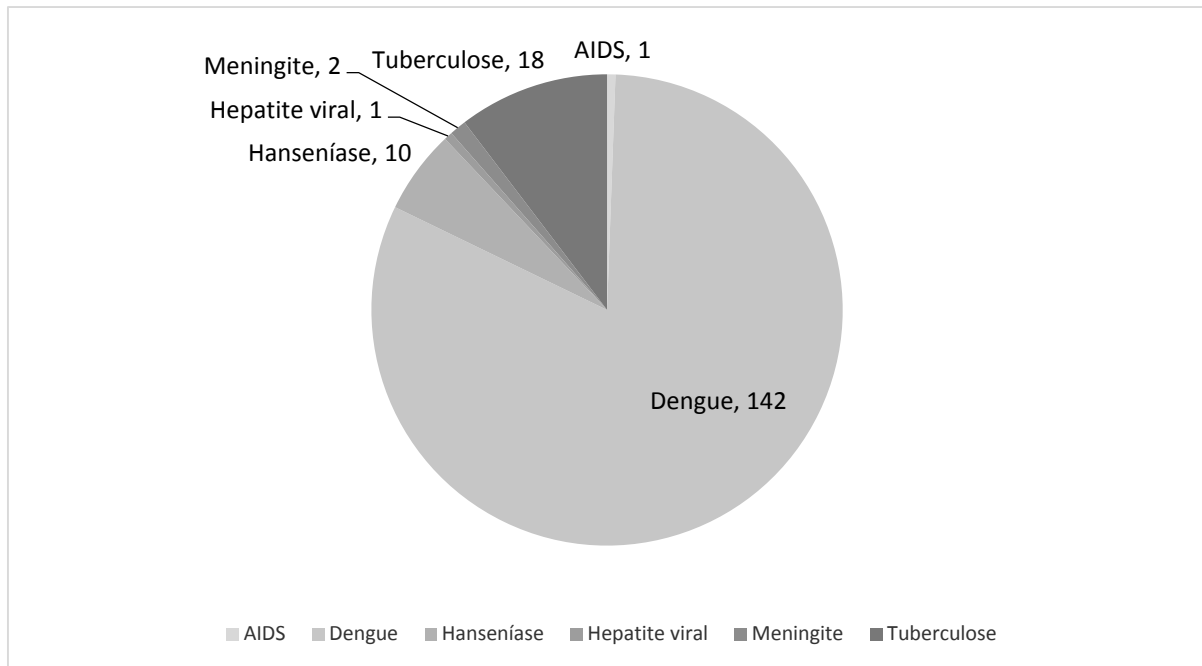


Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

O gráfico demonstra a intensa função da unidade de saúde pública no Município, com 93,55% do total, sendo que apenas 6,45% funcionam como particulares. As informações referentes às unidades de saúde são importantes para atender as demandas de doenças e outras enfermidades encontradas no Município, como as indicadas no gráfico 8, que contém informações do ano de 2013.

Percebe-se que a doença que aparece com maior destaque é a dengue, reunindo um total de 142 casos. Esses dados refletem as condições de saneamento básico do Município. Outro fator que indica sobre as condições saúde de Aracati é a taxa de mortalidade infantil. Em 2010, para cada 1.000 crianças nascidas, morreram 16,81 desse total, que é um pouco mais alto do que o índice do Estado do Ceará, com número de 12,79 mortas por 1.000 nascidos.

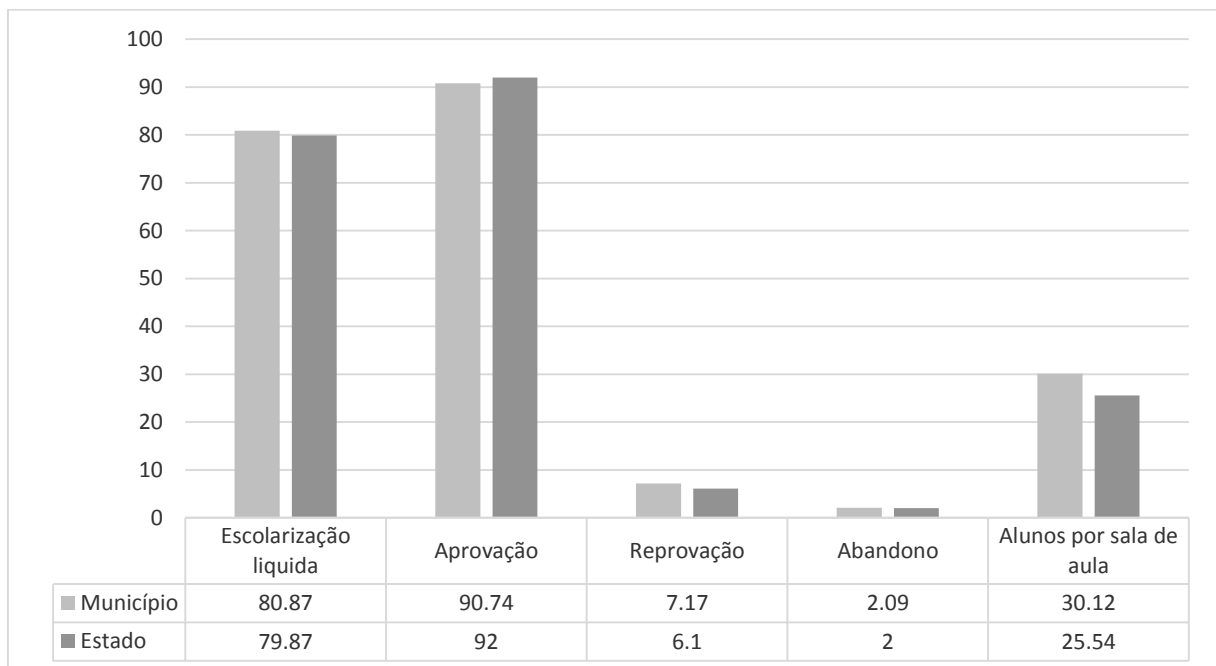
GRÁFICO 8: Casos confirmados das doenças de notificação compulsória em Aracati



Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

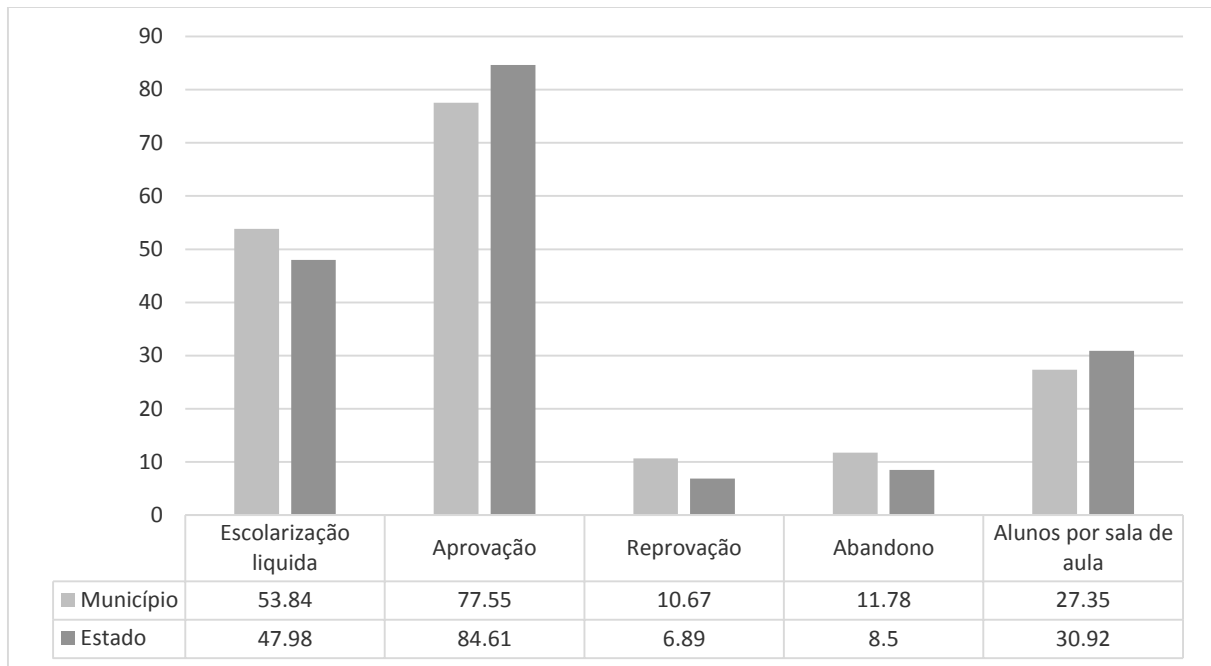
No que se refere aos indicadores educacionais no Ensino Fundamental, os principais são: taxas de escolarização líquida, aprovação, reprovação, abandono, e alunos por sala de aula, conforme estão nos gráficos 09 e 10.

GRÁFICO 9: Indicadores educacionais no ensino fundamental do Município de Aracati – 2013



Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC). Elaboração: Takahashi (2015).

GRÁFICO 10: Indicadores educacionais no ensino médio do Município de Aracati - 2013



Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC). Elaboração: Takahashi (2015).

Ao analisar os gráficos, nota-se aumento da evasão escolar no Ensino Fundamental e Médio. De acordo com os dados de abandono, Aracati exprime números superiores de evasão, se comparado à média do Estado do Ceará, o que representa um problema preocupante para os órgãos competentes.

4.3.2 Atividades econômicas do Município de Aracati

As principais atividades econômicas desenvolvidas ali são a agricultura e a pecuária, tendo como principais produtos cultivados o caju, o coco-da-baia, a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho e o feijão. As tabelas 01, 02 e 03 contêm dados referentes aos, produtos das lavouras permanentes, temporárias e espécie de efetivo do Município localizado.

Tabela 01: Produtos da lavoura permanente - 2013

Produto	Quantidade (toneladas)
Banana (cacho)	746
Castanha de caju	222
Goiaba	522
Mamão	1.312
Manga	1.134
Maracujá	300

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

Tabela 02: Produtos da lavoura temporária - 2013

Produto	Quantidade (toneladas)
Cana-de-açúcar	1.732
Feijão (em grão)	136
Mandioca	1.800
Melancia	15.000
Melão	54.000
Milho (em grão)	46

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

Tabela 03: Espécie de efetivo

Espécie	Cabeça
Ave	13 Mil
Bovinos	3.289
Caprinos	2.579
Equinos	299
Muares	101
Outras aves	1.202
Ovinos	8.310
Suínos	2.388

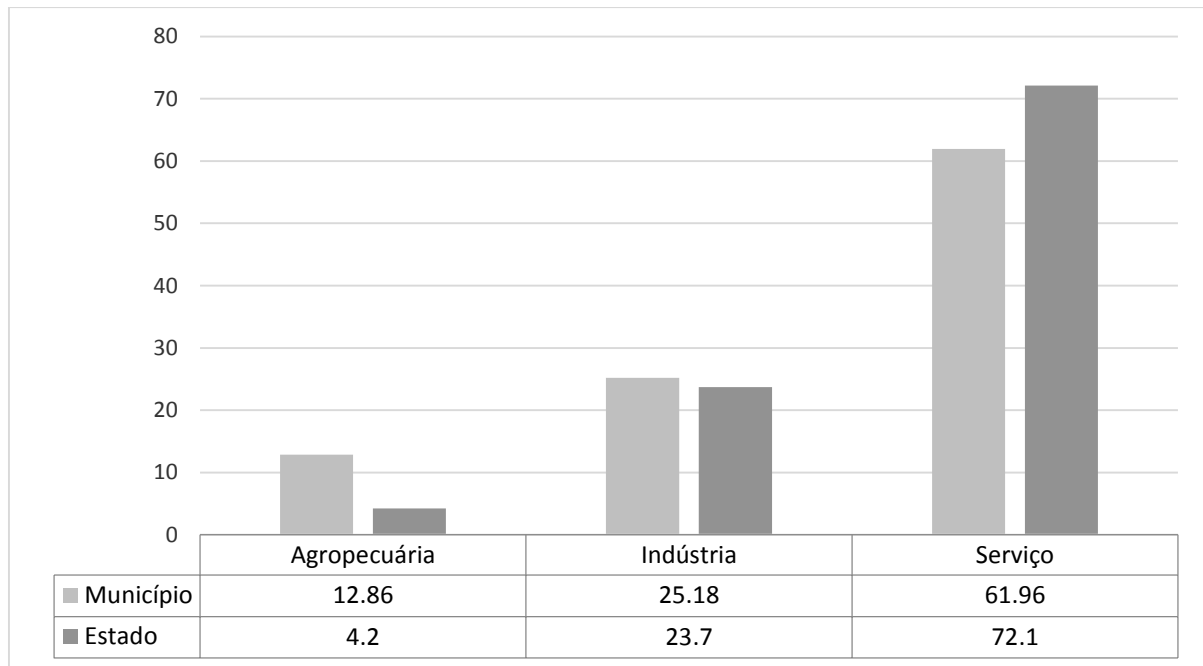
Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

Além das espécies destacadas nas tabelas, Aracati se destaca também como produtor de camarão em cativeiro, nas chamadas fazendas de carcinicultura. Os produtos indústrias principais são: minerais não metálicos, produtos alimentícios, bebidas, madeira, vestuário, calçados, couro e peles, gráfica, serviço de cerâmica e extração mineral (ANUÁRIO DO CEARÁ 1996/1997).

Uma das mais expressivas rendas do Município de Aracati está na atividade turística, com destaque nas altas temporadas, quando o fluxo de turistas se intensifica. Eventos como *réveillon*, carnaval, férias escolares e regatas são significativos para a economia do Município. A atividade turística gera empregos diretos e indiretos para a população, tais como hospedagem, alimentação, venda de produtos artesanais.

As atividades e produtos descritos se refletem na economia do Município e nos valores do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o Censo do IBGE referente ao ano de 2011, o PIB no Município é representando no gráfico 11.

GRÁFICO 11: Produto Interno Bruto, por setor, do Município de Aracati - 2011

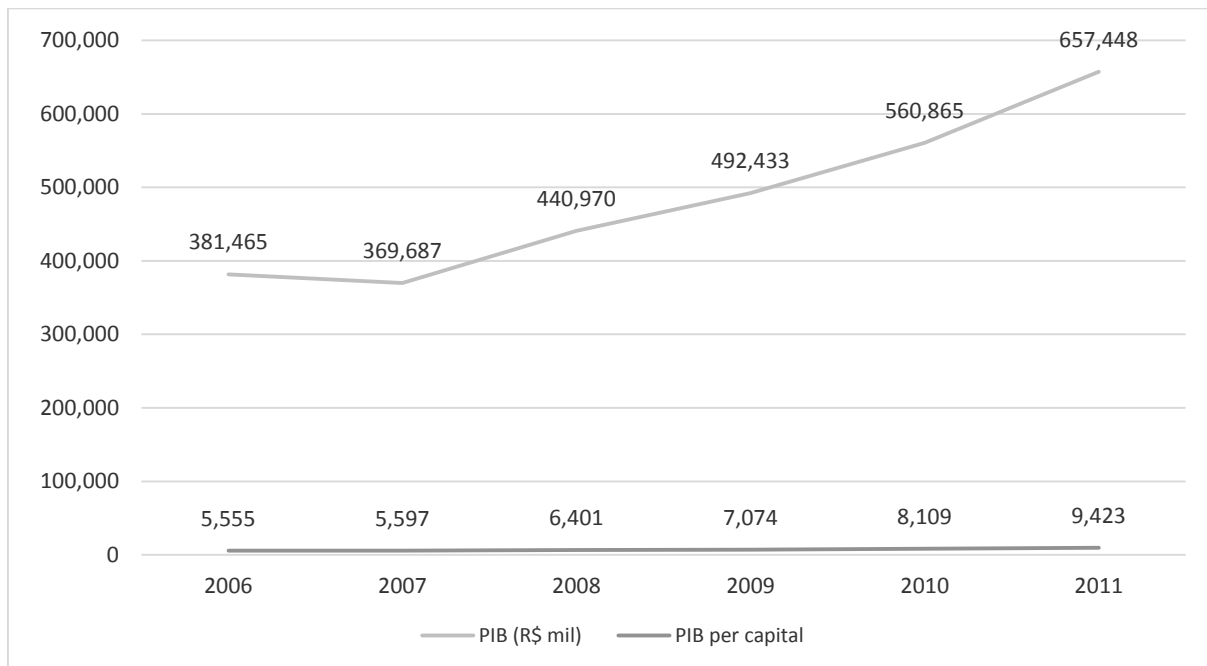


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Elaboração: Takahashi (2015).

A agropecuária em número total corresponde a 12,86%; a indústria a 25,18%; e o serviço a 61,96%. Por se tratar de um município que tem a economia em parte baseada em atividades turísticas, percebe-se que o setor econômico que recebe maior relevância é o de serviços, uma vez que o desenvolvimento do turismo requer a prestação de serviço para os visitantes, como restaurantes, hotéis, pousadas e o uso de demais equipamentos.

Com suporte no gráfico do PIB (gráfico 12), vê-se que a arrecadação anual passou por um gradual crescimento, de 2006 a 2011, exceto no período de 2006 para 2007, que foi alvo decréscimo. Acredita-se que em virtude do perfil do Município, o setor turístico é o principal responsável pela reunião desses valores.

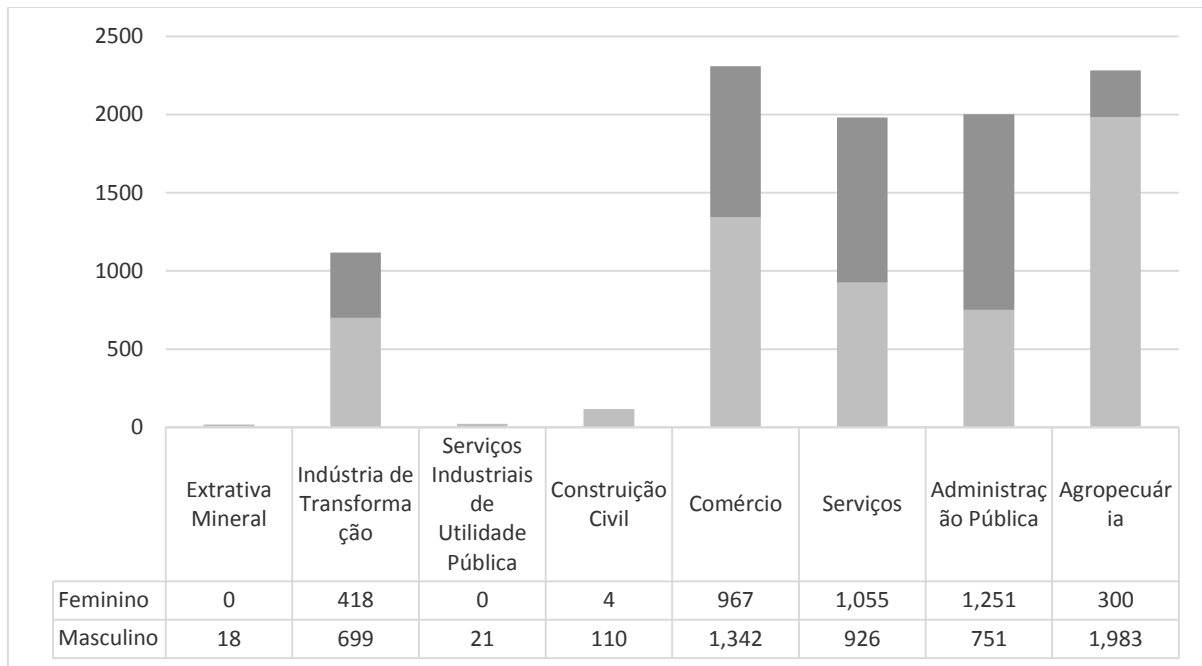
GRÁFICO 12: Produto Interno Bruto a Preço de Mercado e Produto Interno Bruto *per capita* – Município de Aracati 2006 - 2011



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Elaboração: Takahashi (2015).

De acordo com o gráfico 13, destaca-se a predominância do grupo masculino, ocupando trabalhos formais, na indústria e no comércio, enquanto o grupo feminino assume a maioria nos empregos relacionados, a serviços e administração pública. Mediante essas informações, é notório que a mulheres ocupam a maior parte dos cargos públicos, fatores que podem ser influenciados pelo maior grau de escolaridade feminino, ou seja, as mulheres conseguem alcançar maiores níveis de conclusão do Ensino Médio, em relação ao grupo masculino (Gráfico 13).

GRÁFICO 13: Número de empregos formais - 2012



Fonte: Ministério do Trabalho (2013). Elaboração: Takahashi (2015).

4.3.3 Aspectos Culturais

Aracati exprime importantes patrimônios arquitetônicos que foram construídos especialmente no período colonial. Estes foram legalmente tombados dentro do sítio histórico da cidade de Aracati desde ano de 2000, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Assim, Aracati possui importante potencial turístico, tanto constituído por belezas naturais, como praias, lagoas e dunas, quanto por patrimônios culturais, como a sua arquitetura colonial, a cultura, o artesanato e as suas manifestações e tradições culturais.

De acordo com o Governo Municipal de Aracati, algumas das principais comemorações são:

- ✓ Janeiro: Festa de São Sebastião.
- ✓ Fevereiro: Escolha da Rainha e do Rei do Carnaval, Carnaval (Popular, Cultural, Praia e Distritos).
- ✓ Março: Dia Nacional do Turismo, Dia Mundial do Teatro.
- ✓ Abril: Feriadão Semana Santa, Paixão de Cristo do Aracati, Mostra Dragão do Mar, Regata de Jangadas da Praia de Quixaba, entre outros.
- ✓ Maio: Feriadão Dia do Trabalhador, Feriadão Corpus Christi.

- ✓ Junho: Festival Regional Junino.
- ✓ Julho: Festival Internacional de Teatro de Rua do Aracati (FESTMAR), Festival do Camarão (Praia de Quixaba), Regata da Vila da Volta.
- ✓ Agosto: Litoral Moto Fest, Regata de Jangadas a Vela do Porto do Espigão.
- ✓ Setembro: Regata do Estevão de Canoa Quebrada, Regata de Jangadas a Vela de Pedra Redonda.
- ✓ Outubro: Regata Ecológica de Jangadas a Vela de Majorlândia, Regata tradicional de Majorlândia, entre outros.
- ✓ Novembro: Curta Canoa – Festival Latino Americano de Canoa Quebrada, Regata de Jangadas e Botes a Vela de Santa Tereza, Regata de Jangadas e Caiaques de Boca do Forno.
- ✓ Dezembro: Natal de Luz em Aracati, Regata de Jangadas a Vela (Praia de Canoa Quebrada), Reveillon de Canoa Quebrada.

As comidas típicas de Aracati são: pirão de peixe, moqueca de arraia, além de pratos como frutos do mar, em virtude de sua localização litorânea. A jangada é uma embarcação típica do Município de Aracati e também da região Nordeste do Brasil. É um barco feito de piúba, uma espécie da madeira com flutuador (casco), velame (vela), retranca, tranca e leme, utilizada para pesca artesanal. Os artesanatos tradicionais que representam o Município de Aracati são: labirinto, renda de almofada, desenhos das areias coloridas no vidro, entre outros. As artes dos labirintos são desenhos decorativos em tecidos, toalhas de mesa, bolsas, camisas, calças, entre outros. Esta cultura iniciou-se por meio das importações de linho, a matéria-prima do labirinto no início de século XVIII no porto do Município de Aracati.

4.4 Saneamento Básico

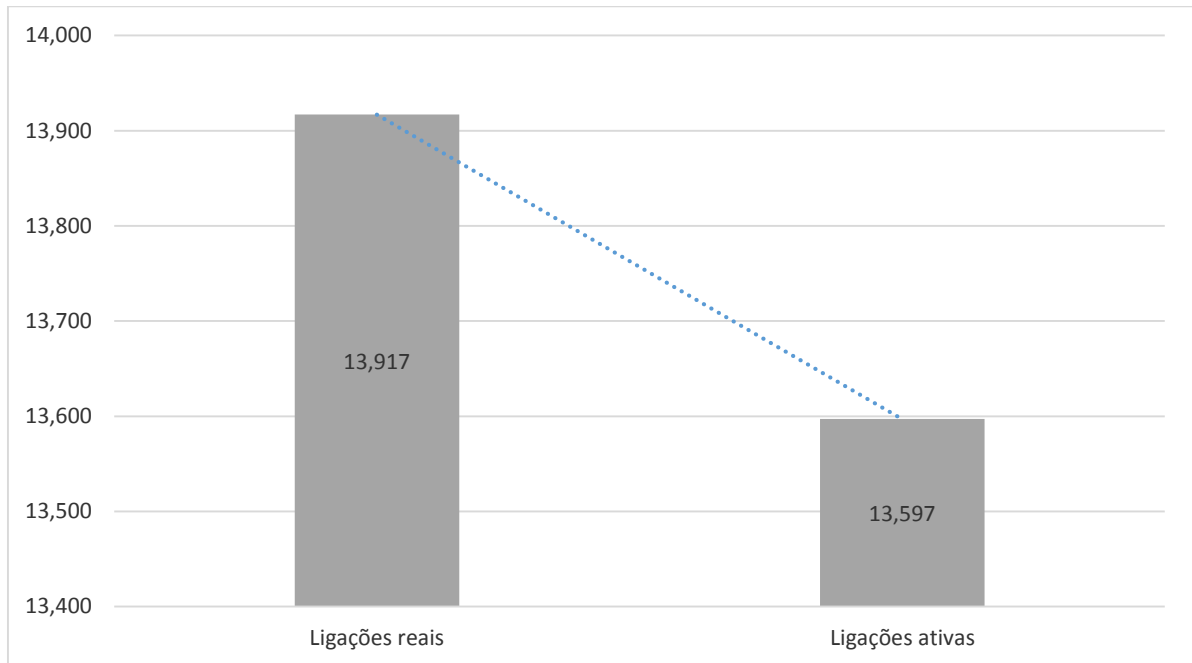
Os dados relacionados ao saneamento são importantes para aferir, não apenas, a qualidade de vida da população, mas também para demonstrar se a infraestrutura dos núcleos urbanos está adequada à necessidade de preservação e conservação dos recursos naturais.

No gráfico 14 são destacados as condições de saneamento básico do Município, exprimindo dados de abastecimento de água no ano de 2012. Posteriormente, no gráfico 15, são enfatizados os indicadores relacionados ao esgotamento sanitário.

No que se refere ao abastecimento de água, quase toda a área urbana é coberta, o que é um dado bom para a realização de atividades comerciais como o turismo. Aspecto a ser destacado o fato de o Município possui menos de 6% de taxa de cobertura urbana de esgoto, o

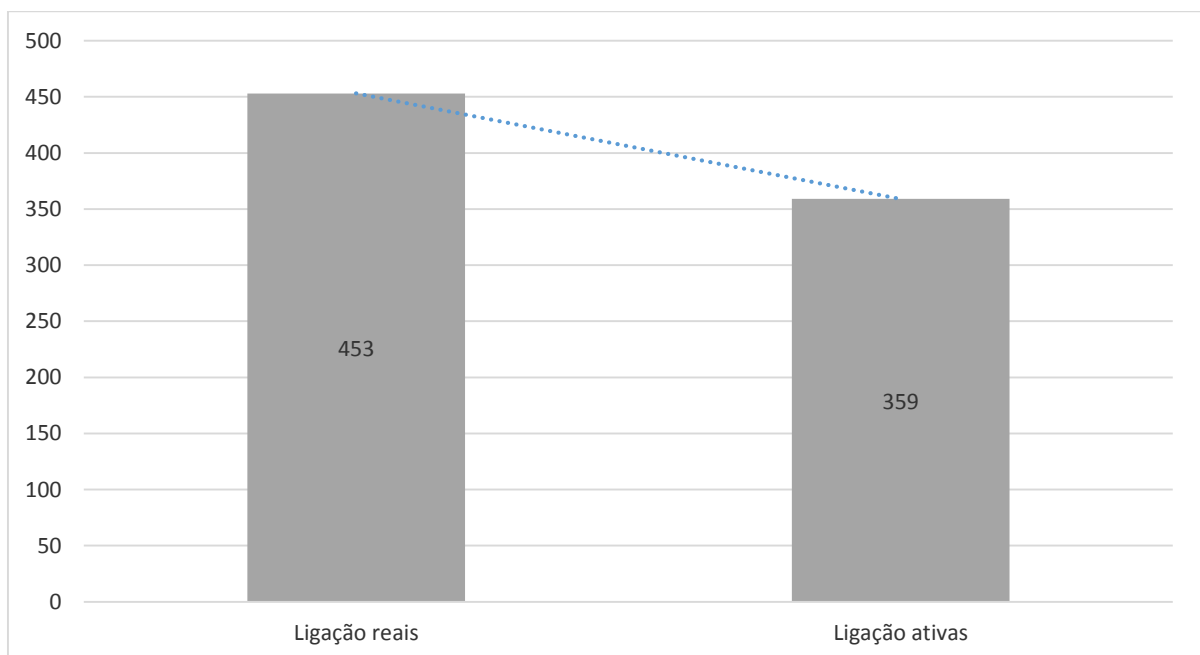
que implica o aumento de doenças e da mortalidade infantil. Esses indicadores impactam negativamente também no desenvolvimento do turismo, pois ocasionam interferência direta na paisagem do ambiente quando são encontrados esgotos a céu aberto, comprometendo também na balneabilidade do ambiente (se a água é própria ou não para o banho).

GRÁFICO 14: Abastecimento de água municipal de Município de Aracati - 2012



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (2012). Elaboração: TAKAHASHI. S. 2015.

GRÁFICO 15: Esgotamento sanitário de Município de Aracati - 2012



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (2012). Elaboração: TAKAHASHI. S. 2015.

4.5 Turismo em Aracati

Atualmente, Aracati é conhecido como um dos destinos turísticos do Ceará mais frequentados pelos turistas nacionais e internacionais – o que garantiu o crescimento da economia local – os quais acessam o Município pelas rodoviárias BR-304 e CE-040, que se constituem como rotas turísticas de acesso aos destinos costeiros até Fortaleza.

O turismo é uma das principais atividades econômicas que ocorrem no Município de Aracati, com significativa importância na geração da renda e empregos para a população. Existem ali várias destinos turísticos, como as praias de Canoa Quebrada, Esteves, Cidade Turística de Porto Canoa, Majorlândia, Quixaba, Fontainha, Retirinho, Retiro Grande, Cumbe, Tapera, Murici, a Lagoa do Mato e da Garganta do Diabo. Além dos atrativos citados, das falésias, dunas e lagoas, possui ainda um rico patrimônio cultural e histórico na Sede Municipal, considerado como patrimônio nacional pelo IPHAN.

De acordo com IBGE (2013), o Município de Aracati possui à população aproximadamente 70,363 pessoas no ano de 2012. Conforme Brasil (2004), como resultante da atividade turística, a população no Município pode ser classificada em dois grupos: o primeiro é caracterizado como a população local, ou seja, os que residem no Município de Aracati; e o segundo grupo é composto pelos que moram temporariamente em suas segundas residências de veraneio, hotéis e pousadas. Esse último se encontra no Município apenas para passar férias e feriados, como especialmente no período do carnaval, que atrai para a cidade a média de 150 mil visitantes.

Aracati possui um dos mais significativos patrimônios arquitetônicos do Ceará. As construções são um testemunho vivo da época das charqueadas, do couro e do ciclo de algodão. Exemplo é a Casa de Câmara e Cadeia, como também o são a Igreja Nossa Senhora do Rosário (Igreja Matriz), Sobrado Barão do Aracati, Cruz das Almas, entre outros. Encontram-se, ainda, as residências, móveis e decorações do século XVIII e XIX.

Em 1997, o Governo do Município, por intermédio do prefeito José Hamilton Saraiva Barbosa, apontou a atividade turística na região como fonte geradora de emprego, renda e melhoria de qualidade de vida da população local. Após este momento, foi criada a Secretaria do Turismo e Meio Ambiente de Aracati, atualmente Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, a fim de desenvolver sua atividade voltada para a concepção sustentável e a conscientização do Município.

Ao mesmo tempo em que o turismo demonstra relevância para o Município, esta intensa atividade econômica causou um lado problemático, como a degradação ambiental, e os

problemas sociais, como o aumento no consumo de drogas, a prostituição, violências de outras natureza, entre outros.

Segundo Souza (2011), o objetivo do turismo é a transformação do espaço, como constituição dos sistemas produtivos territoriais, relacionando alojamento, hospitalidade, informação, planejamento, comércio e ampliação dos serviços públicos com criações de empregos. O desenvolvimento das atividades turísticas encontra os riscos de superexplorações da terra, degradação ambiental, desvalorizações das culturas tradicionais e da identidade das populações locais, entre outros.

Percebe-se grande importância em desenvolver estas atividades turísticas, com suporte na elaboração de um Plano Estratégico de Aracati, do IPHAN, com a participação das associações de moradores em várias comunidades no Município, como o efeito de realizar um turismo que seja sustentável, junto com a elaboração de consciência quanto à preservação da natureza e da cultura, promovendo a valorização das populações locais. A existência desses movimentos que buscam sustentar o equilíbrio das atividades turísticas pode contribuir para uma melhor forma de harmonizar o desenvolvimento e a valorização do Município de Aracati e de suas comunidades locais.

Em 1999, o Plano Estratégico Participativo desenvolveu um trabalho realizado pela Secretaria do Turismo e Meio Ambiente do Município de Aracati, tendo como objetivo integrar as ações de turismo e o desenvolvimento sustentável para todo o Município. Na mesma época, foi elaborado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU pela Prefeitura Municipal. Este documento divide o Município em seis zonas: Canoa Quebrada, Majorlândia e Litoral, Distrito-Sede, Rio Jaguaribe, Lagoas, Turismo Rural e Aventura. O Plano Estratégico de Aracati começou de um diagnóstico das potencialidades e necessidades do Município. Esse Plano foi criado com colaboração da Prefeitura Municipal de Aracati, da Sociedade Civil, do Governo do Estado do Ceará e da Secretaria da Infraestrutura.

Um dos objetivos do Plano Estratégico é focado no setor turístico, destacando os atrativos da área litorânea, o seu acervo histórico-cultural, as festas cívico-religiosas, regatas, teatro, artesanato, carnaval e danças no Município. O Plano Estratégico especifica algumas propostas para um melhor desenvolvimento sócioeconômico, uma sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida das populações de Município, com a aspiração de ter a concretização do desenvolvimento econômico sustentável com justiça social, com uma visão não só de curto e médio, mas, especialmente, no longo prazo.

4.6 Distrito de Canoa Quebrada

A área urbana do povoado de Canoa Quebrada é uma rota turística nacional e internacionalmente conhecida, localizado a 13km da Sede Municipal, a aproximadamente 157km de capital do Ceará, Fortaleza, sendo um núcleo praiano considerado urbano por lei municipal aprovada no ano de 1993. Segundo Agente Comunitário de Saúde (2014) *apud* Plano de Manejo APA Canoa Quebrada (2014), Canoa Quebrada possui a população de cerca de três mil habitantes.

Os limites territoriais de Canoa Quebrada se delineiam a partir do perímetro urbano de Majorlândia, outro núcleo praiano ao leste, até 1.500m ao oeste da enseada, que totaliza uma faixa urbana de praia de 3km de extensão, por 1.500m de largura. O acesso ocorre pela rodovia estadual CE-040, que se liga à rodovia federal BR-304, até alcançar a estrada local CE- 371, que dá acesso a Canoa Quebrada.

Canoa Quebrada está estabelecida sobre uma planície litorânea, constituída por gigantescas dunas de areias brancas, extensas praias e cordões de falésias vermelhas com altitude com cerca de 30m. As falésias possuem cor avermelhada, pois são ricas em óxido de ferro. Também são conhecidas como uma típica unidade geoambiental da área litorânea de Canoa Quebrada.

Atualmente, Canoa Quebrada é um destino turístico conhecido no Mundo todo e que recebe turistas internacionais e nacionais devido aos seus belos atrativos naturais, como falésias, praias, dunas e lagoas, como também pela receptividade das pessoas, a vida noturna intensa, com bares e música de variados eventos. As atividades oferecidas para os turistas são: parapente, *kitesurf*, passeio de jangada, de jumento e de *buggy*, entre outras práticas.

O símbolo de Canoa Quebrada é uma meia-lua e uma estrela, o qual atribui identidade ao lugar e se reflete na confecção das mercadorias. Segundo os moradores, este símbolo veio de uma imagem do céu, pois em certo período do ano, aparece uma estrela próximo à lua. Percebe-se uma forte conexão da natureza na vida dos canoenses e no estabelecimento da identidade deste lugar. O símbolo que virou emblema das mercadorias confeccionadas em Canoa Quebrada, como camisas, chapéus, bolsas, brincos, chaveiros, entre outros, serve de divulgação para turistas que levam do lugar uma memória e estimulam o comércio local.

FIGURA 10: Comércio em Canoa Quebrada



Fonte: Takahashi (2014).

FIGURA 11: Mosaico de figuras dos atrativos naturais e atividade econômicas de Canoa Quebrada



Fonte: Takahashi (2014).

A rua principal, Broadway, que possui o nome oficial como Dragão do Mar, se situa em uma área mais elevada com relação ao nível do mar, havendo descidas sinuosas que facilitam o acesso à praia. As partes mais altas com vistas para o mar são ocupadas por proprietários privilegiados, em sua maior parte ligados a lançamento de negócios voltados ao turismo.

FIGURA 12: A rua principal de Canoa Quebrada, Dragão do Mar



Fonte: Takahashi (2014)

FIGURA 13: A restaurante de rua principal de Canoa Quebrada



Fonte: TAKAHASHI (2014)

Mediante os relatos dos moradores locais, a história de Canoa Quebrada se inicia em 1650, quando uma embarcação do navegador português chamado Francisco Ayres da Cunha encalhou em Canoa Quebrada, mais especificamente em frente à conhecida Vila do Estevão. Esta experiência futuramente é considerada como a origem do nome de Canoa Quebrada e os moradores locais diziam: “Vamos ver a canoa quebrada na beira do mar”. Naquela época, a maioria deles vivia da pesca artesanal que não utilizavam o barco, apenas a canoa. A cultura local influenciou na criação do famoso nome de Canoa Quebrada.

As duas famílias principais que habitavam Canoa Quebrada eram os Rochas e os Freires (ESMERALDO, 2002). Ainda hoje existe um grande número de habitações que pertencem a essas famílias. As pessoas marcantes são: Sr. Chico de Judite, por sua liderança, José da Rocha Freire, conhecido como Zé Melancia, poeta, Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, conhecido como herói abolicionista. O nome Dragão do Mar foi escolhido para dar nome a rua principal de Canoa Quebrada, por sua dedicação ao trabalho e identidade com o local.

O surgimento de Canoa Quebrada foi com um povoamento de pescadores em cima das falésias. A maior parte dos nativos canoenses desse período vivia e se sustentava basicamente com a atividade de pesca artesanal e a fabricação de produtos artesanais de tecido, como o labirinto, que perdurou até o início dos anos de 1970. Segundo Esmeraldo (2002), Canoa Quebrada era constituída por aproximadamente 1.200 pessoas, com 178 residências nesta época. No que concerne à habitação, em sua maior parte, as casas dos canoenses eram feitas de barro e cobertas com palha de coqueiros. A alimentação básica dos moradores era o peixe e a farinha, segundo os quais costumavam-se juntar na casa dos vizinhos à noite para escutar histórias da comunidade, pescadores antigos, e aventuras que os historiadores da comunidade narravam.

A maioria dos homens eram de pescadores e eles começavam a aprender a pescar desde crianças, com seus pais. Segundo o representante da Organização Não Governamental (ONG) a Criança de Luz, que trabalha com educação na Vila do Estevão, quando questionadas, as crianças revelavam que tinham sonhos de futuramente seguir a profissão de pescador, ou seja, existe forte identidade local pelos costumes tradicionais. Outra atividade tradicional é o labirinto, que complementa a renda familiar, normalmente produzido por mulheres.

Segundo moradores, até pouco tempo, era possível encontrar no Município práticas primitivas de mercado, como as mercadorias de que necessitavam não eram compradas, mas trocadas como uma espécie de escambo, na feira de Aracati, até o final de 1980 e o início de 1990. Assim, eles frequentavam o Município de Aracati para realizar a troca dos produtos

necessários para sua sobrevivência.

O movimento turístico deste lugar se iniciou de maneira modesta, com jovens mochileiros, como *hippies*, artesões e viajantes que encontraram no lugar a beleza natural e estabeleceram amizades com os nativos locais nos anos de 1970.

FIGURA 14: O restaurante tradicional de Canoa Quebrada na década de 1980



FONTE: Fortaleza Beaches (2015)

As ofertas de hospedagens eram as próprias casas dos nativos locais, e a alimentação era fornecida pelas famílias dos próprios pescadores (LIMA; SILVA, 2004). Conforme Cavalcante e Costa (2010), as atividades turísticas nesta época se iniciaram como uma economia alternativa para a maioria dos moradores locais. O pioneiro canoense a cobrar diárias pela hospedagem na sua residência para os visitantes, com oferta também de café da manhã, foi o senhor Adolfo (ESMERALDO, 2002). Segundo relatos do seu Adolfo, “os turistas eram uma vida para Canoa Quebrada.” (FIGUEIREDO, 1979 APUD ESMERALDO, 2002 P.85). Percebe-se, com estas palavras, a atitude positiva dos nativos para os turistas e atividade turística nesta época. Houve outros nativos que ofereciam hospedagens para os visitantes no seu próprio lar. Além do pagamento em dinheiro, existia uma troca com presentes (ESMERALDO, 2002). Verifica-se que o início das atividades turísticas em Canoa Quebrada se baseava em um turismo local, havendo relação direta entre os visitantes e os moradores locais.

Segundo Silva L (2013), os fluxos de atividades turísticas são influenciadas por

vários fatores, como transporte, infraestrutura, ofertas de alimentação e hospedagem, comunicação e entretenimentos, entre outros aspectos. No caso de Canoa Quebrada, quanto ao transporte, o acesso a Canoa era bastante limitado pela ausência de estradas que ajudavam que em parte houvesse uma relativa conservação ambiental deste local nos anos de 1970.

Os moradores e os visitantes necessitam subir as dunas e fazer uma caminhada de aproximadamente um quilometro de até o centro de Canoa Quebrada. A construção de uma estrada carroçável permitiu melhor acessibilidade Canoa Quebrada em 1983. Outros avanços do turismo foram à instalação do posto telefônico movido a bateria solar em 1986, da energia elétrica em 1990, e, finalmente, a canalização da água para abastecimento humano.

Foram concluídas as obras de infraestrutura para receber os turistas, tornando a praia de Canoa Quebrada um dos destinos turísticos mais conhecidos no Nordeste do Brasil. Percebe-se que cada uma dessas transformações foi elemento relevante para elevar Canoa Quebrada a um dos destinos turísticos mundialmente conhecido.

Nos anos de 1980, houve significativo crescimento das atividades turísticas em Canoa Quebrada, junto com melhor qualidade de infraestrutura. Segundo Cavalcante e Costa (2010), estas transformações na infraestrutura foram significativas para uma alteração da atividade turística como importante fonte de renda e alternativa econômica para a comunidade local.

Conforme Esmeraldo (2002), esse tempo é caracterizado por mudanças significativas do turismo de pequenos grupos para o turismo de massa. Neste período, inclusive, foi realizado o primeiro loteamento chamado “Paraíso da Canoa”.

Dantas (2003) destaca o fato de que a relação entre os visitantes e moradores locais se transformou no decorrer do tempo. As visitas de base locais passavam a ser mercantilistas e as hospedagens nas residências tornavam-se isoladas e com preços diferenciados.

Estas transformações foram provocadas por forças exteriores e modificaram as formas de vivências dos moradores locais. Para Esmeraldo (2002), a maioria dos moradores locais substituiu o trabalho pesqueiro pelo trabalho ligado ao turismo, em razão do maior lucro e do menor força física. Observou-se mais afastamento dos moradores locais da atividade tradicional da pesca em virtude de desenvolvimento das atividades turísticas.

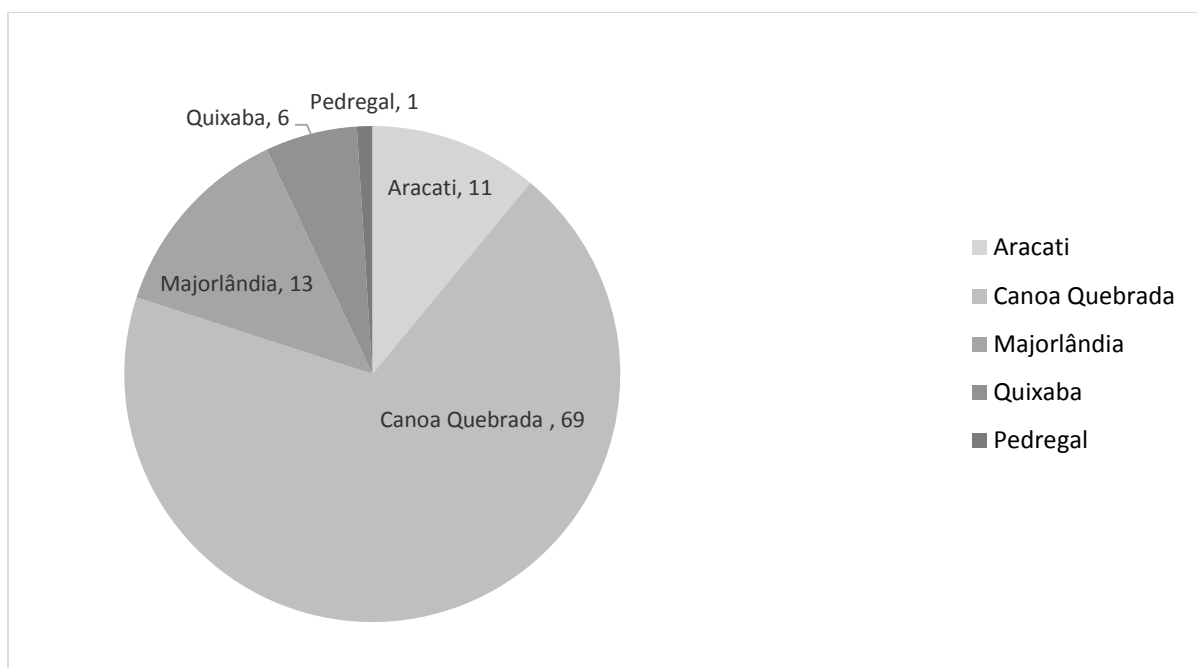
Assim, a vinculação dos moradores locais em relação às atividades turísticas se fortaleceu de acordo com o seu desenvolvimento. Na maioria das vezes, esta evolução transformou a relação entre o turismo e os moradores, como a relação direta para indireta, que se vincularam atualmente, como funcionários de hotéis, pousadas, restaurantes, lojas. Este tipo de empregos não é necessariamente fixo, mas temporário, ofertado apenas na alta estação.

A implantação da atividade turística trouxe oportunidades de melhorar os meios de comunicação e a troca cultural entre os turistas e os moradores locais. Ao mesmo tempo em que a atividade turística trouxe elementos favoráveis como fontes de empregos e rendas, novas formas de vida e ampliação de perspectivas, também ocorreram afastamentos das manifestações culturais das tradições locais, perda da identidade local, entre outros, considerados como elementos desfavoráveis.

As comunidades locais próximas dos destinos turísticos recebem influência sobre sua cultura. Esmeraldo (2002) destaca que elas tendem a perceber os povos e suas culturas como instrumentos de consumo, gerando assim uma infinidade de desajustes na comunidade receptora.

Os dados apresentados a seguir destacam os avanços em termos de infraestrutura para o turismo, sendo destacados, nos gráficos 16 e 17, indicadores sobre a rede hoteleira do Município de Aracati.

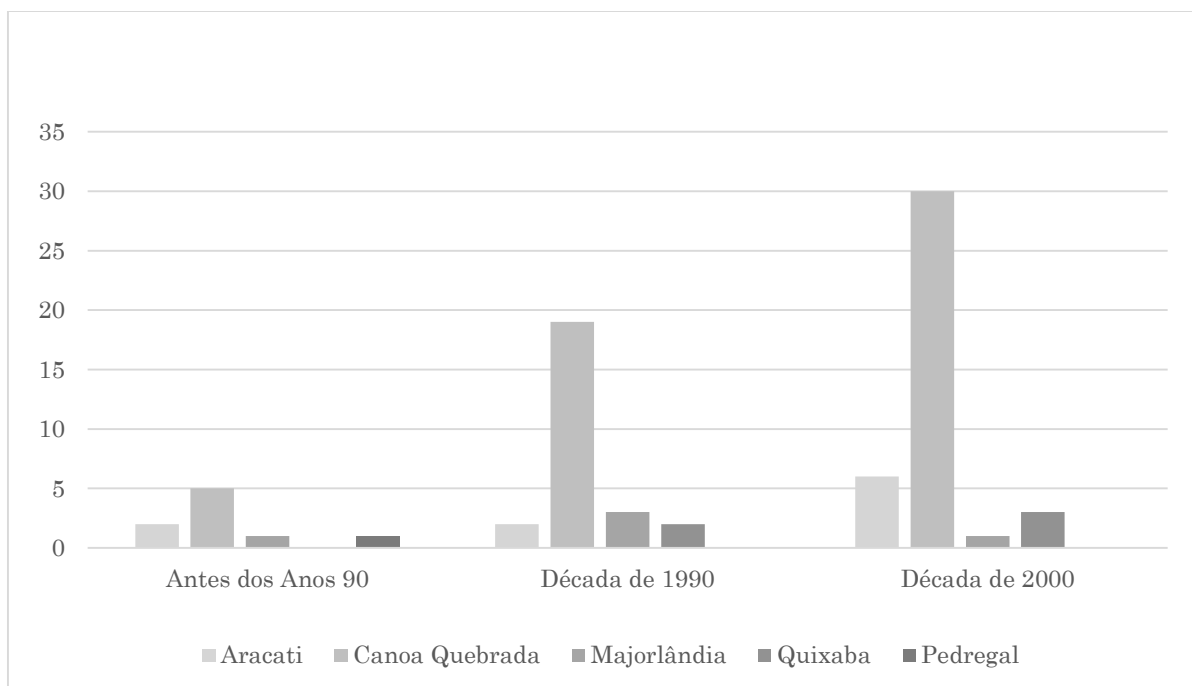
GRÁFICO 16: Porcentagem de hotéis da rede hoteleira do município de Aracati



Fonte: SETUR (2010). Elaboração: Takahashi (2015).

Os dados indicam uma concentração de estabelecimentos hoteleiros e uma forte dependência em Canoa Quebrada na atividade turística com relação ao Município de Aracati. No gráfico 17, são mostrados indicadores referentes a mudança dos números de estabelecimentos na rede hotelaria de Aracati.

GRÁFICO 17: Rede Hoteleira do Município de Aracati nos últimos 20 anos

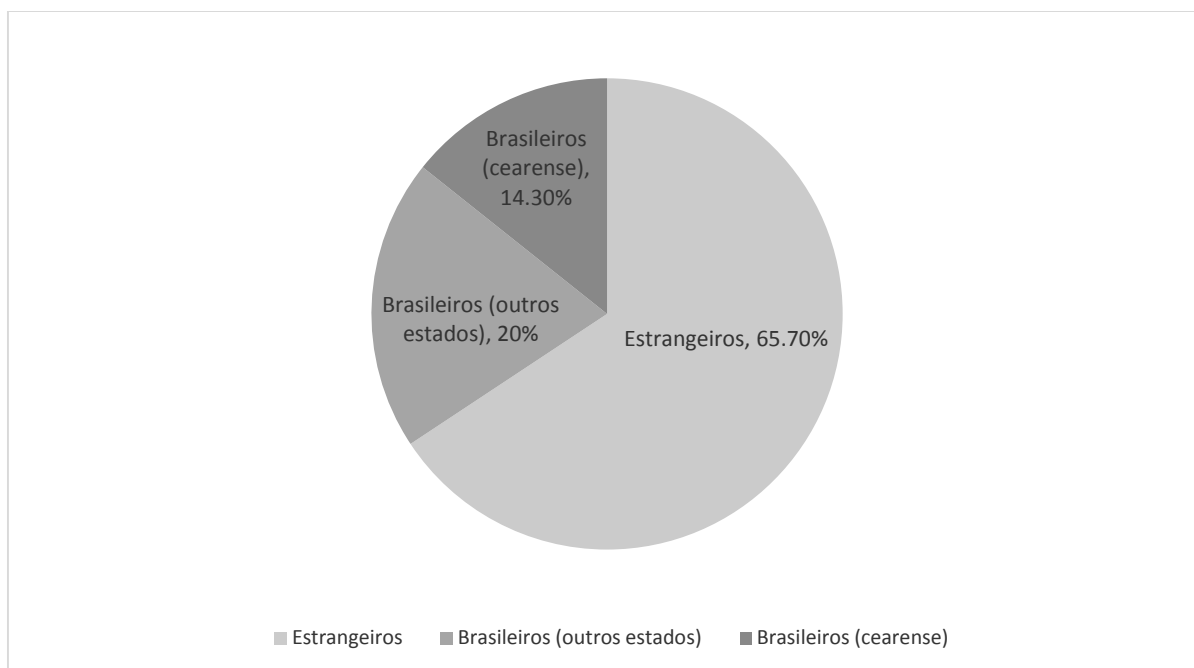


Fonte: SETUR (2010). Elaboração: Takahashi (2015).

Em decorrência da intensa concentração da atividade turística bem como do crescimento acelerado em Canoa Quebrada, o resultado de uma pesquisa realizada por via da aplicação de questionário, feita por Cavalcante e Costa em 2009, aponta o percentual de investimento dos empreendimentos de hospedagem em Canoa Quebrada, destacado conforme no gráfico 18.

Percebe-se que a maioria dos empreendimentos depende de investimento estrangeiros. Segundo Cavalcante e Costa (2009), 65,7% dos empreendimentos de hospedagem de Canoa Quebrada são de proprietários estrangeiros, quando, somados aos proprietários de outros estados, atinge um total de 85,7, total muito expressivo. Esses valores demonstram que a maioria dos estabelecimentos turísticos não é de moradores locais nem do Estado do Ceará, os quais passaram a assumir cargos menores, ou seja, os investimentos dos empreendimentos de hospedagem em Canoa Quebrada ocorreram sem uma significativa participação dos moradores locais.

GRÁFICO 18: Investimento dos empreendimentos de hospedagem em Canoa Quebrada - 2009



Fonte: Cavalcante e Costa, 2009. Elaboração: Takahashi (2015).

Os nativos, anteriormente donos do seu lugar e que costumavam receber turistas no seu lar, em pequenos restaurantes ou bares, hoje trabalham indiretamente com a atividade turística, como empregados e, muitas vezes, sem acesso aos possíveis benefícios do turismo na comunidade.

Para Nascimento (2012), “a urbanização é uma forma de estruturação do território, em que a relevância dos lugares muda historicamente em função da presença de diferentes agentes que contribuem para o processo de novas interações espaciais, econômicas, sociais e ambientais” (p.57).

O crescimento acelerado sem planejamento prévio pode ser considerado como um dos fatores que desencadeou os impactos ambientais, sociais, culturais entre outros. As principais problemáticas evidenciadas pela ausência de planejamento para o desenvolvimento da atividade turística são: degradação ambiental (especialmente nas falésias e dunas), aumento da desigualdade social, elevação nos índices de criminalidade e violência, e a perda de algumas atividades tradicionais, da cultura e identidade com o lugar. Houve assim um acelerado e desordenado processo de transformação de uma vila pesqueira para um pólo turístico de reconhecimento nacional e internacional. A mistura de variadas pessoas, culturas e modos de vida, causam uma significativa perda de identidade cultural dos canoenses, o que norteou a desvalorização dos hábitos e comportamentos tradicionais.

O turismo acelerou a especulação imobiliária e provocou intensa venda de casas e

terrenos em Canoa Quebrada para pessoas de outras localidades, principalmente nos anos de 1980. Segundo os moradores locais, estas vendas ocorreram de maneira injusta e irregular. A negociação das compras de casas e terrenos não feita a preço de mercado, sendo desvalorizados. Por outro lado, existiam as trocas desses bens por itens como geladeiras e televisores, que eram raras e valorizadas nesta época. Ocorreu significativa mudança na valorização das terras de Canoa Quebrada após a entrada e estabelecimento das atividades turísticas.

Depois das vendas das casas, os nativos foram morar em terrenos afastados do mar. No mesmo período, houve um crescimento da ocupação residencial de forma desordenada, pois os nativos passaram a ocupar áreas vulneráveis ambientalmente. Estas mudanças dificultaram a continuidade de atividades tradicionais, como a pesca, que era a principal atividade econômica para aqueles que viviam do mar, de onde tiravam a alimentação básica e a renda para sustentar a família.

Em razão dos conflitos que encontraram em Canoa Quebrada, foi instituída a Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada a fim de regularizá-lo.

De acordo com Lei N° 9.985, pode-se entender por APA

[...] uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000.)

Segundo Ministério de Meio Ambiente (BRASIL, 2015), a Unidade de Conservação trabalhar com a proteção e a conservação na qualidade ambiental, sistemas naturais, ecossistemas que existem nas regiões, enquanto faz a função de avanço da qualidade de vida da população local. O objetivo principal da Área de Proteção Ambiental (APA) é orientar o desenvolvimento das atividades humanas adequado à característica ambiental da área com a finalidade de conservar os processos naturais e biodiversidade. A APA pode se estabelecer pela união dos estados ou municípios nas áreas de domínio público e/ou privado e não obrigatoriamente ser terra desapropriada (BRASIL SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2015).

A Área de Proteção Ambiental – APA de Canoa Quebrada (Lei n° 01/97) foi elaborada no ano de 1998. A APA de Canoa Quebrada, possui o objetivo de regularizar exploração e ocupação da região. A delimitação da área é 4,000 hectares que contém o Porto Canoa até a foz do rio Jaguaribe (SEMACE, 2015). A faixa litorânea do Município, incluindo as falésias, as dunas móveis e fixas, manguezais, mananciais hídricos e lagoas é compreendida

como parte do território da APA de Canoa Quebrada. Além disso, os cinco núcleos urbanos – Canoa Quebrada, Estevão, Canavieira, Cumbe e Beirada – são considerados como integrantes dessa APA.

Conforme Silva L (2013), os principais patrimônios naturais da APA de Canoa Quebrada representam unidades geomorfológicas, como as planícies litorâneas e fluviais. A área de planície litorânea contém a superfície de deflação, as praias, as planícies flúvio-marinhas, falésias, tabuleiros e as dunas fixas e móveis, que apresentam a característica da faixa litorânea da APA.

A fim de regularizar o equilíbrio entre a natureza e a atividade humana, existem as limitações das atividades adequadas às características da cada área, exprimindo as limitações de atividades não se permitidas na APA de Canoa Quebrada.

Para SEMACE (2015),

Entre as proibições previstas pela lei estão a construção de rodovias, loteamentos ou empreendimentos turísticos sem prévia autorização, extração de minerais, captura de crustáceos, conchas, uso de agrotóxicos, etc. Uma atenção especial é dispensada às dunas e falésias que permeiam toda a região e são fundamentais para o equilíbrio do ecossistema local. Qualquer construção nestas formações só pode ser autorizada após um estudo de impacto ambiental sendo proibida a derrubada da vegetação que fixa as dunas.

De acordo com Silva L (2013), ainda que esteja a APA de Canoa Quebrada, como a orientação e a regularização da atividade humana que possui a forte ligação com a atividade turística em Canoa Quebrada, os problemas continuam, como especulação imobiliária, exploração de recursos minerais, captação de crustáceos, conchas, bivalves e o uso de agrotóxicos.

Em virtude de seu rico potencial turístico e das práticas existentes ao longo do tempo, Canoa Quebrada necessita de um planejamento adequado, que possa ser efetivamente colocado em prática, com o intuito de conservar as condições ambientais, sociais e culturais, a longo e médio prazo, para sua sustentabilidade. Esse planejamento pode auxiliar no desenvolvimento local, amenizando os influxos negativos e maximizando os atrativos turísticos, ensejando empregos e melhorando a qualidade de vida dos moradores, considerando-se as particularidades ambientais e aproveitando toda a potencialidade turística da área.

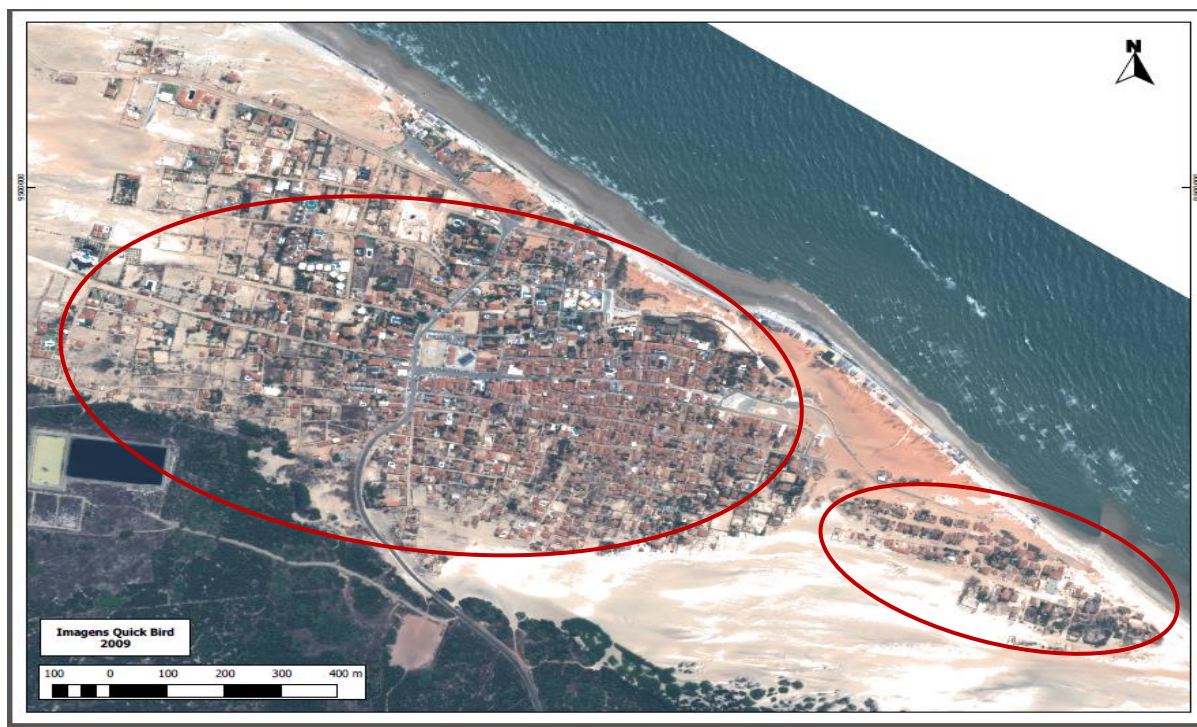
5 DIAGNÓSTICO INTEGRADO DE ARIE DA VILA DO ESTEVÃO

Neste capítulo, será discutida a análise integrada de ARIE de Vila do Estevão, tratando das condições socioeconômicas e feições paisagísticas culturais, como os aspectos históricos, a demografia, infraestrutura (saneamento, vias de acesso, entre outros), serviços / econômicos e turismo. Em seguida, se abordará o diagnóstico turístico ambiental, com os problemas, limitações e potencialidades da ARIE da Vila do Estevão. Os dados citados nesse capítulo foram obtidos de levantamentos de campo com obtenção de dados secundários e primários.

5.1 Condições socioeconômicas e feições paisagísticas culturais

A Vila do Estevão é representada pelo círculo menor localizado a aproximadamente 250m de Canoa Quebrada, que constitui o círculo maior, representando na figura. Ambas exercem influência mútua no desenvolvimento do turismo.

Figura 15: Visão aérea de Canoa Quebrada e Vila do Estevão



Fonte: SOUZA (2014).

Apesar de vizinhança geográfica com Canoa Quebrada, onde se concentra a maior parte dos empreendimentos turísticos que causam desequilíbrio nos ecossistemas litorâneos, bem como, modificam as atividades tradicionais, cultura, costume e identidade local. A Vila do Estevão procura conservar as características originais, como manter a habitação dos moradores locais, valorizar o meio ambiente e as atividades tradicionais.

Conforme o Plano de Manejo APA Canoa Quebrada (2014) que trata sobre a característica ambiental da área da APA de Canoa Quebrada, onde se inclui a ARIE da Vila do Estevão, apenas 8.65% ou 4.82km² (481,84 ha) do total da APA Canoa Quebrada são as dunas fixas, cuja maior parte situa-se nas áreas de transição, tanto entre campos de dunas móveis e o ambiente de dunas frontais fixas, planície de deflação ou praias, quanto entre campos de dunas móveis e planície de maré, flúvio-marinha ou tabuleiro na cobertura vegetal dessa área. Mesmo as falésias, que estão na linha de costa sul da APA Canoa Quebrada, representam apenas 0.22% ou 0.12km² (12.01 ha), uma área importante na atratividade turística, como a resposta de afloramentos do Grupo Barreiras ligadas à dinâmica costeira marinha e as intervenções de caráter antrópico.

5.1.1 Aspectos históricos da ARIE da Vila do Estevão

Segundo o *site* Canoa Quebrada (2010), a primeira chegada de moradores à Vila do Estevão ocorreu no ano de 1932, vindos das praias de Fontainha. Segundo moradores, o povoamento se baseou inicialmente em três famílias, que cresceram até a população atual, com cerca 300 pessoas. As famílias construíram casas de palha para sua moradia e as principais atividades econômicas foram a pesca artesanal e a arte tradicional do labirinto.

O nome da Vila do Estevão é referente ao pescador Estevão Pereira da Silva, um dos primeiros moradores que chegou à comunidade no ano de 1932. Segundo moradores, o Estevão se tornou a referência na comunidade, pois possuía vários amigos em Canoa Quebrada e Aracati, que sempre o visitavam e falavam ‘vamos para Estevão’, tornando-se, assim, o morador mais “popular” da comunidade.

Em relação à atividade turística, de acordo com a população local, os visitantes mochileiros começaram a chegar à Vila do Estevão nos anos de 1970. Nessa época, os visitantes eram hospedados na casa dos moradores locais e se alimentavam junto com as famílias locais, intercambiando culturas e experiências pessoais mediante de um contato próximo entre os visitantes e comunidade.

Segundo a Associação de Moradores da Vila do Estevão (AME), houve o primeiro

conflito com um especulador imobiliário nos anos de 1984-1985. O empresário imobiliário, Pedro Andrade, apareceu na Vila do Estevão com o plano de loteamento denominado “Baía de São Pedro”, alegando ter posse do território da Vila do Estevão através de uma negociação que ocorreu entre ele e um possível proprietário, na qual se intitulava “o dono da Vila do Estevão”.

De acordo com moradores locais, a comunidade se organizou na época para confrontar esta situação, formando a Associação de Moradores da Vila do Estevão (AME), no ano de 1986, com o objetivo de proteger a terra dos moradores e conservar os patrimônios naturais e culturais que existem na Vila do Estevão.

Além disso, a comunidade da Vila do Estevão contou com a colaboração dos cantores cearense, Fagner e Belchior, entre outros. Os cantores juntaram-se para realizar *show* na Reitoria de Universidade Federal do Ceará (UFC), no bairro de Benfica, afim de receber o apoio do governo Estado do Ceará ao tempo de Gonzaga Mota.

De acordo com Silva L (2013), com a intervenção do Governo do Estado do Ceará, o território da Vila do Estevão, correspondente a uma área de 42,69 hectares, foi comprado pelo Governo Estadual e concedido à comunidade, com o objetivo de ter sua riqueza natural preservada pelos seus moradores, mediante a administração da AME. Ainda conforme o *site* Canoa Quebrada (2010), houve a concessão do título de propriedade da terra para AME, com intuito de assegurar a posse coletiva da terra entre os moradores.

Desde então, a AME é responsável pela administração do terreno da Vila do Estevão. A AME possui alguns princípios, como de que o direito da terra é somente para moradores locais e seus familiares, que estejam devidamente associados à AME. O proprietário do terreno não pode vender seu terreno e nem alugar como moradia fixa para terceiros, as casas devem conter apenas um andar, sendo proibida a construção vertical, para a oferta turística, cada morador pode construir no máximo dois quartos, entre outras restrições.

A sede da AME localiza-se no Centro Comunitário, onde foi construído por via do projeto financiado pelo Japão no ano de 2007. As reuniões da AME acontecem uma vez por mês, contando com a participação da população local. Segundo o Plano de Manejo APA Canoa Quebrada (2014), a AME organiza reuniões com diversos assuntos, onde inclusive foi discutido sobre: saúde, tráfego, eletrificação, limpeza pública, curso de capacitação e profissionalizantes, projeto para crianças, meio ambiente, pesca, fornecimento e utilização de água, festas tradicionais, audiência públicas, entre outros.

5.1.2 A Área de Relevante Interesse Ecológico da Vila do Estevão (ARIE)

De acordo com Plano de Manejo da APA Canoa Quebrada (2014), a Vila do Estevão é uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) estabelecida pela Lei Municipal n° 40 com aproximadamente 200 hectares, desde 1998.

Segundo Secretaria do Meio Ambiente, a ARIE possui como objetivo manter os ecossistemas naturais, onde se deve regularizar o uso administrativo e/ou proibir as atividades as quais possivelmente põe em risco a conservação do ecossistema e proteção das espécies endêmicas e raras. No caso de haver perímetro de Área de Proteção Ambiental (APA), integrará a zona de vida silvestre (ZVS).

De acordo com Legislação Ambiental da APA Legislação Urbanística de Canoa Quebrada e Vila do Estevão (2002, p.7), os objetivos da ARIE do Estevão são:

I - Proteger os ecossistemas locais; II – Preservar a beleza cênica e paisagens notáveis; III – Proteger e preservar a unidade social, histórica e cultural da comunidade dos Estevão, com a participação da Associação dos Moradores do Estevão – AME – CQ. PARÁGRAFO ÚNICO – Excetuando a Área de Comunidade Tradicional do Estevão, que tem o uso e ocupação definidos de acordo com legislação urbanística específica, serão consideradas “non aedificandi” todas as demais áreas da ARIE.

Não houve orientação específica que adequa a condição da ARIE da Vila do Estevão, conforme a sugestão da Plano de Manejo APA Canoa Quebrada (2014, p.2.9),

Articular a elaboração do Plano de Manejo da ARIE do Estevão; Atualizar a legislação referente a ARIE; Fortalecer as ONGs do Estevão (AMECQ, Recicriança e Criança de Luz); Realizar uma gestão articulada com APA Canoa Quebrada.

5.1.3 As Organizações não governamentais da Vila do Estevão

Existem ONGs e projetos, que tratam sobre Educação Ambiental, Educação Infantil, atividade tradicional, entre outros, na Vila do Estevão. Uma das ONGs localizadas na Vila do Estevão chama-se Centro de Ações Culturais e Ambientais, conhecido como Associação Amigo do Recicriança. Estabeleceu-se no ano de 1992, e oferece o conjunto de atividade na área de Educação Ambiental, cultura, esporte, recreação e lazer. Os desenvolvimentos dos trabalhos centralizam nas áreas de proteção da natureza, iniciação ao trabalho comunitário, acompanhamento escolar e oficinas de arte e cultura, inclusive realizar a trilha ecológica na duna, na falésia e na praia para os visitantes (RECICRIANÇA CANOA QUEBRADA, 2015).

Outra ONG localizada na Vila do Estevão é a Associação Criança de Luz, com o

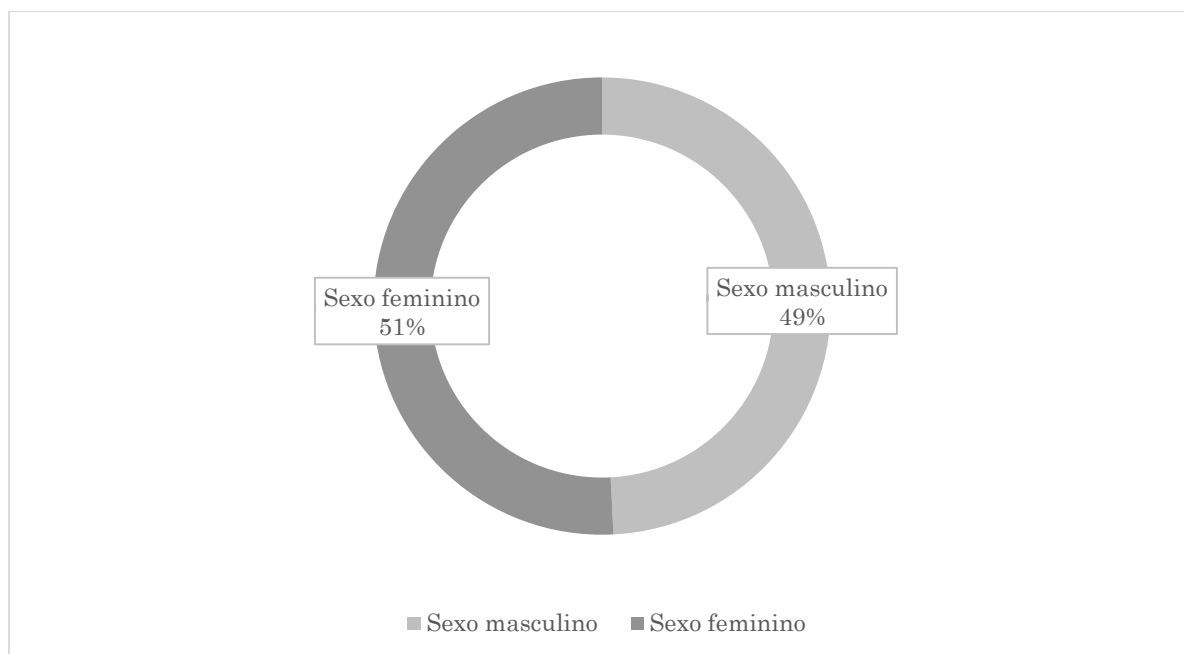
intuito de melhorar a educação, a saúde e qualidade da vida dos moradores locais. A Associação foi fundada no ano de 2000, com o base no trabalho na área de Educação Infantil, sendo vertente da Associação Comunitária Monte Azul, que se localiza em São Paulo. A Associação possui uma creche, realizando os trabalhos educacionais, atividade artesanal, musical e esportivas. Além disso, a Associação recebe os voluntários internacionais anualmente, sobretudo do Japão e da Alemanha, realizando o intercâmbio de idiomas, culturas e os projetos internacionais (ASSOCIAÇÃO CRIANÇA DE LUZ, 2015).

5.1.4 Aspectos sociais da ARIE da Vila do Estevão

Foi realizado um levantamento das informações básicas da Vila do Estevão, com fundamentos nos dados de agente comunitário de saúde, atualizando os dados junto à cooperação da Mayumi Suzuki Freires, presidente de Associação Crianças de Luz, no decorrer da pesquisa.

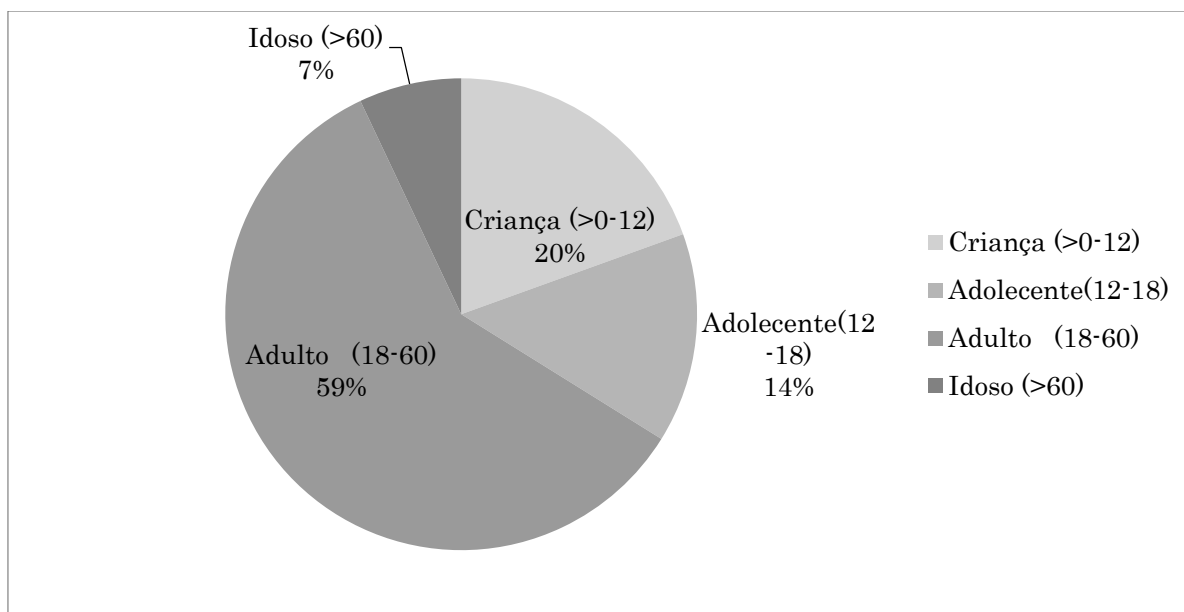
A Vila do Estevão possui a população de 313 moradores, dividindo-se 154 pessoas do sexo masculino e 159 do sexo feminino, residindo em 76 casas individuais, (ver gráfico 19). Na faixa etária, a população da Vila do Estevão subdividi-se em 61 crianças (<0-12), 45 adolescentes (12-18), 185 adultos (18-60) e 22 idosos (>60). Observar no gráfico 20.

GRÁFICO 19: Porcentagens de sexos masculinos e femininos da população na Vila do Estevão



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

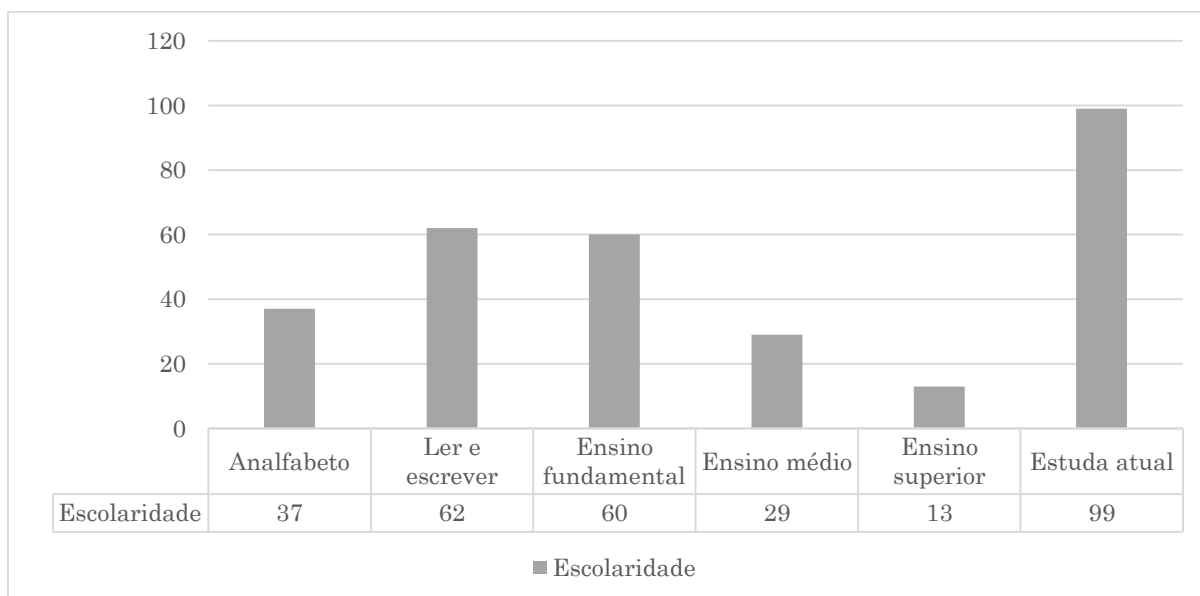
GRÁFICO 20: A faixa etária da população da Vila do Estevão



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

Conforme representa o gráfico 21, as porcentagens, de acordo com a classificação da escolaridade, são 12 % de analfabeto, 21% apenas sabem ler e escrever, 20% possuem Ensino Fundamental, 10% têm Ensino Médio, 4% possuem Ensino Superior, sendo que 33% ainda estudam atualmente. Percebe-se a concentração de alta escolaridade nas novas gerações e baixa escolaridades nas antigas gerações, que representam a característica básica da Vila do Estevão, como a pesca artesanal e artesanato tradicional.

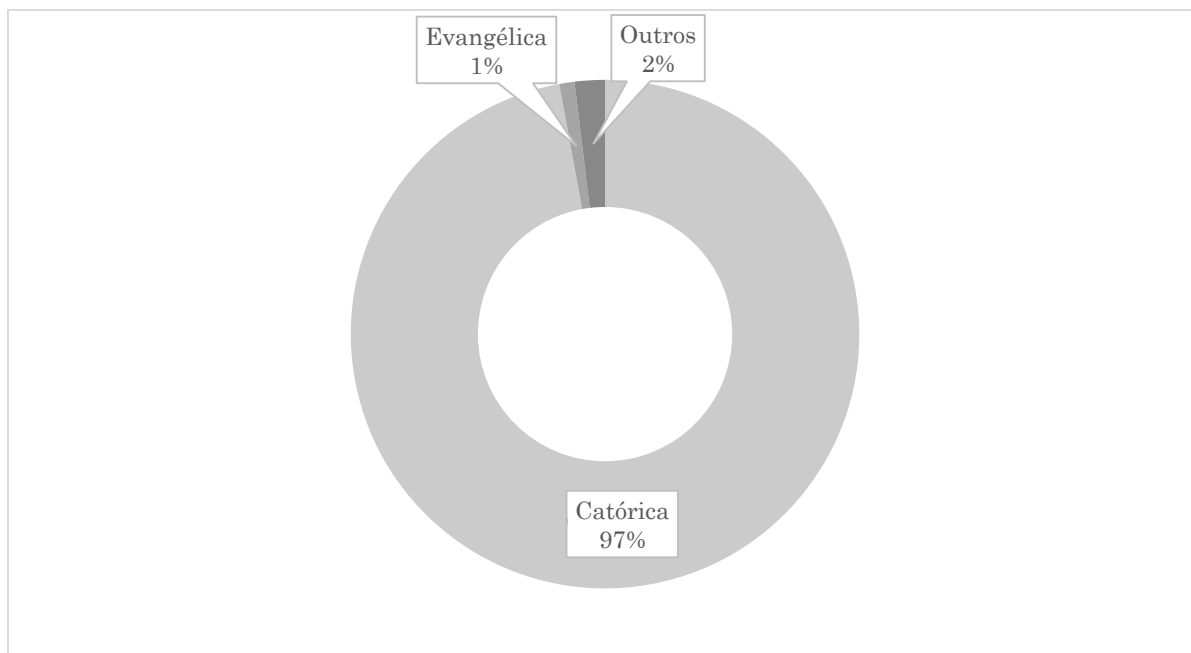
GRÁFICO 21: Níveis de escolaridade da população da Vila do Estevão



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

A maior parte da população (303 moradores) é praticante da religião católica, encontrando-se apenas três moradores evangélicos e cinco moradores que possuem outra religião, no gráfico 22.

GRÁFICO 22: A religião da Vila do Estevão.



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

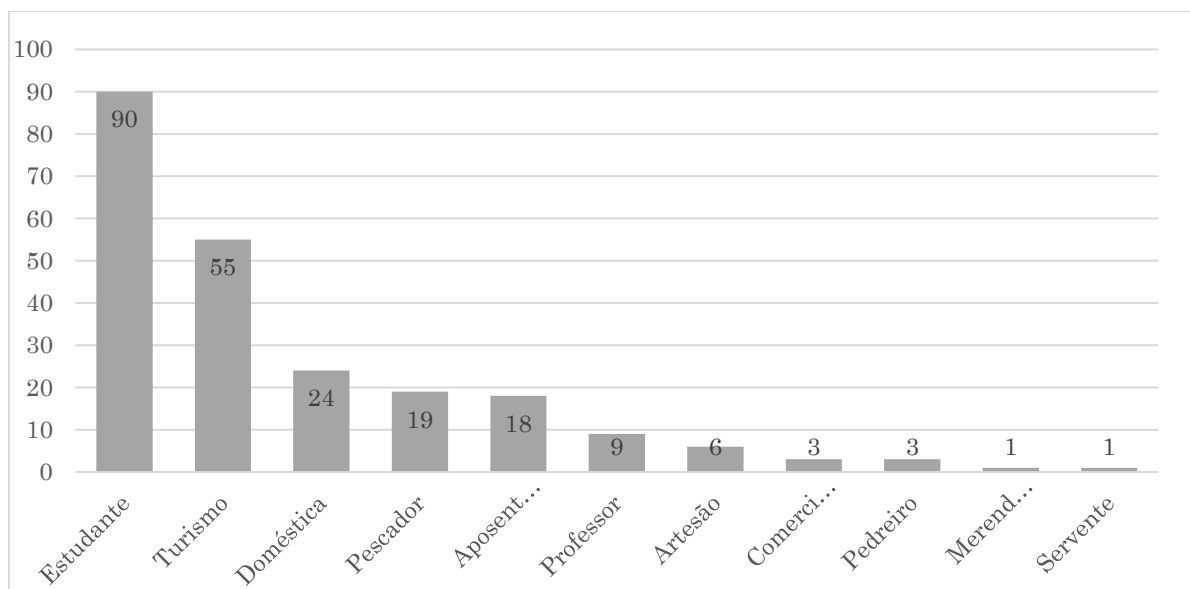
5.1.5 Atividades econômicas da ARIE da Vila do Estevão

Em seguida, destacam-se as informações relativas às condições do trabalho e renda da Vila do Estevão. Depois dos estudantes que correspondem a 35% da população da Vila do Estevão, o emprego relativo à atividade turística vai ser a profissão de maior destaque, atingindo 24% da população ocupada, que indica a importância do turismo para a economia local.

A maior parte dessa população trabalha de forma indireta com o turismo, como funcionário dos equipamentos turísticos em Canoa Quebrada. No entanto, a principal atividade tradicional da Vila do Estevão, a pesca artesanal, limita-se apenas 7% da ocupação. Apesar da importância social que influencia a identidade local, percebe-se a impedimento econômico da atividade de pesca.

As características da Vila do Estevão estão se modificando cada vez mais, com forte influência de turismo em Canoa Quebrada, a maior parte de população adulta trabalham no setor turístico, como funcionários de hotéis, restaurantes, bares, guias, motorista, entre outros, conforme indica o gráfico 23.

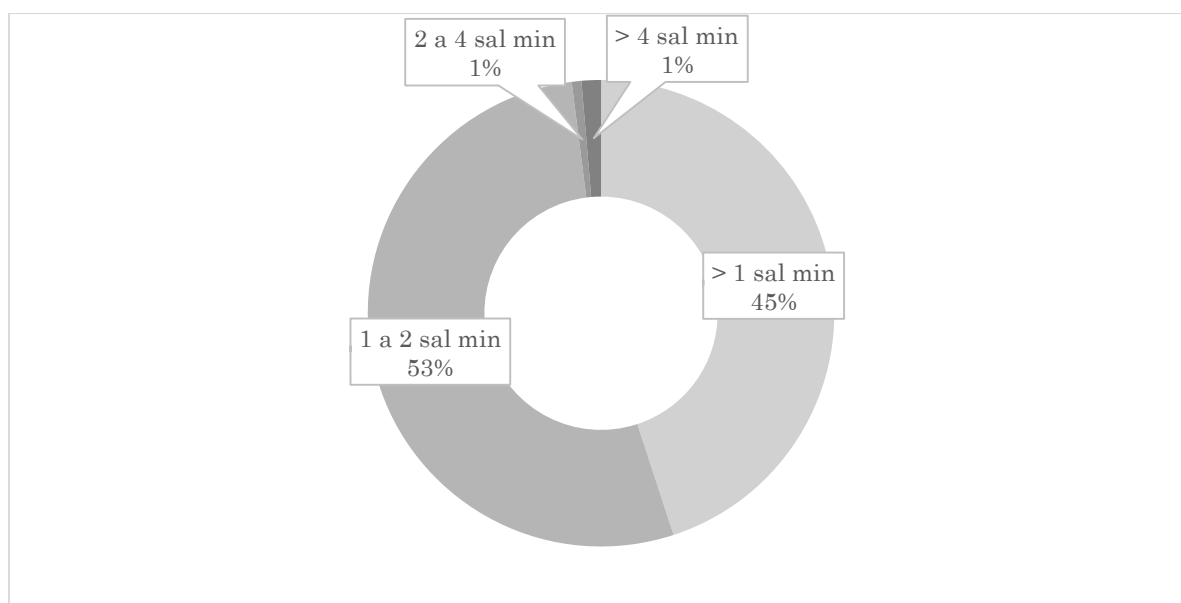
GRÁFICO 23: A ocupação da Vila do Estevão, por número de pessoa



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

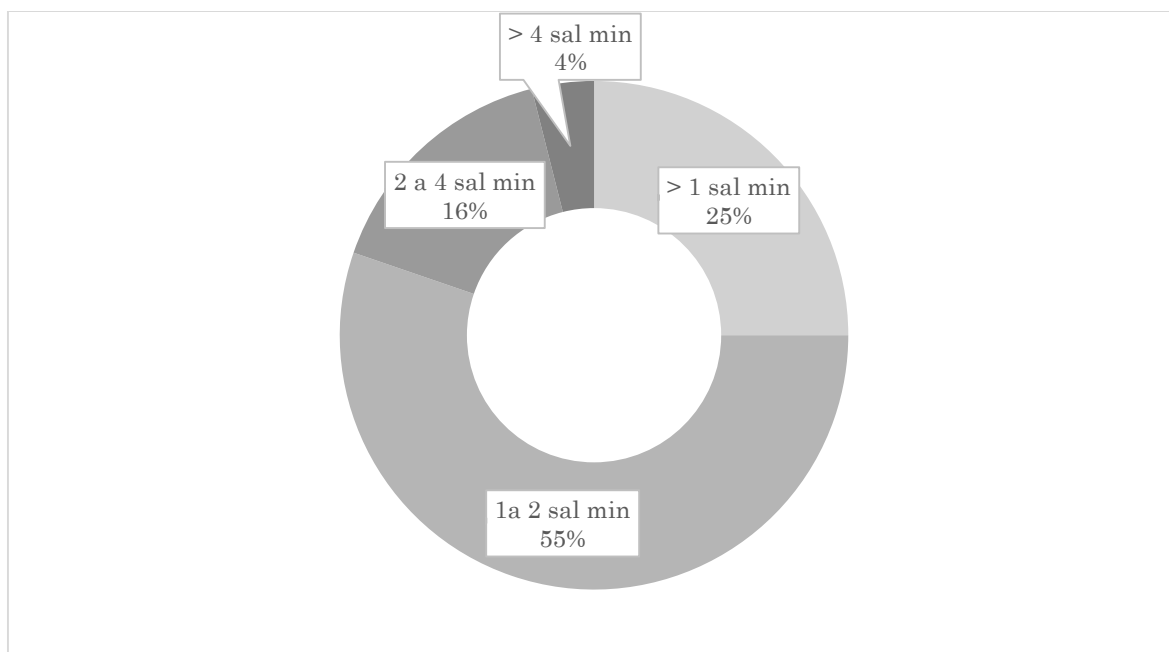
Na Vila do Estevão, 67 pessoas recebem menos de um salário-mínimo, 79 recebem um a dois salários-mínimos, que, destaca o salário da maioria da população. Apenas uma pessoa recebe de dois a quatro salários-mínimos e dois recebem mais do que quatro salários-mínimos. Na renda familiar, 19 famílias recebem menos do que um salário-mínimo, 42 famílias recebem até dois salários-mínimos, 12 famílias recebem de dois a quatro salários mínimos e três famílias recebem mais do que quatro salários-mínimos, conforme indica o gráfico 24.

GRÁFICO 24: A renda econômica individual da Vila do Estevão



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

GRÁFICO 25: A renda econômica familiar da Vila do Estevão



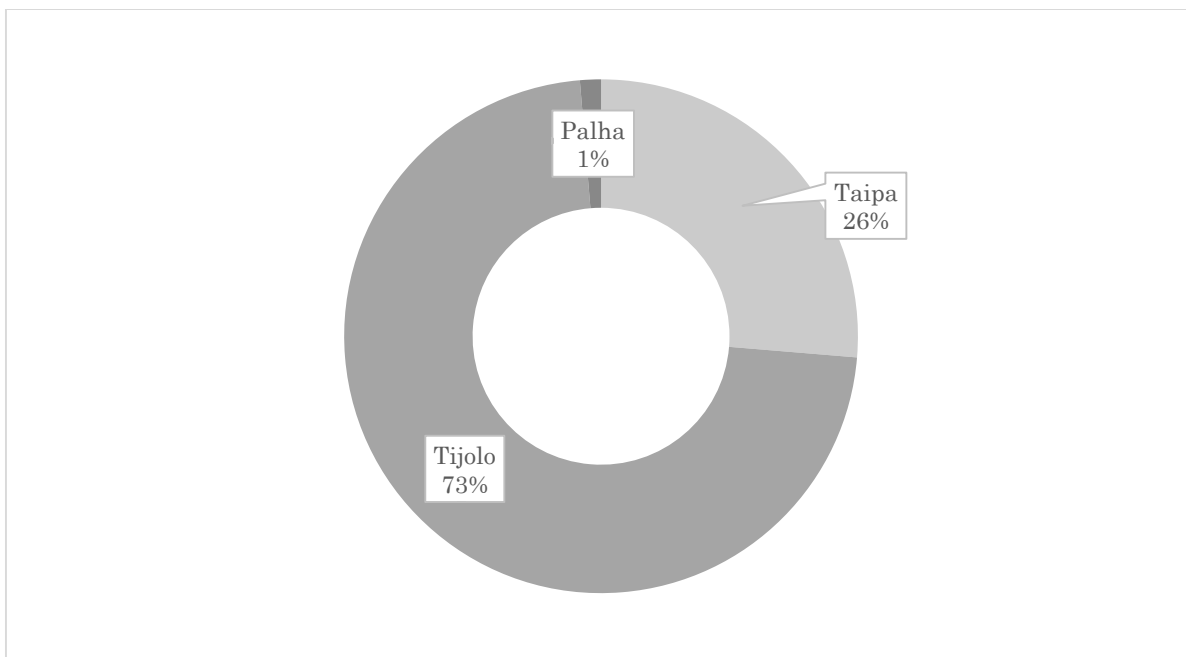
Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

5.1.6 Infraestrutura da ARIE da Vila do Estevão

De acordo com Silva L (2013), em sua maior parte, casas dos moradores eram feitas de taipa, cobertas com palhas, para aliviar o calor e o vento forte que sopra de janeiro a junho. Atualmente constroem-se as casas de tijolos e cobertas com telhas.

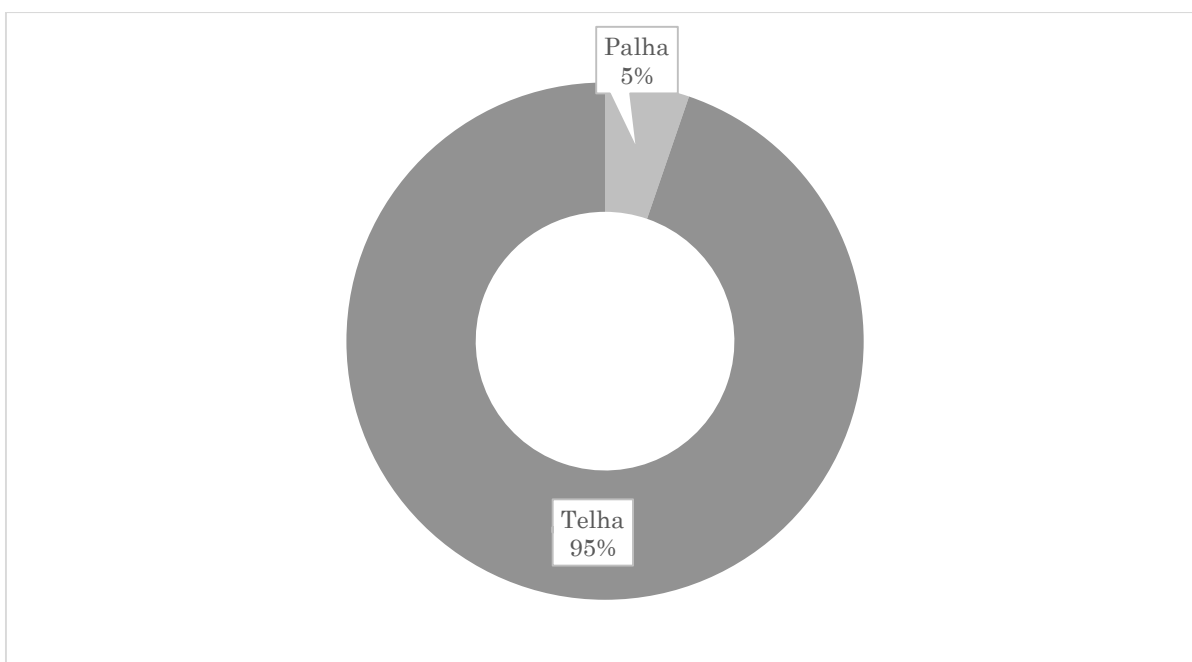
Os tipo de construção da casa dividem-se em 55 casas de tijolo, 20 casas de taipa e uma casa de palha. A maioria das casas de tijolo localiza-se na área central da Vila e a maioria das casas de taipa se localizam nas áreas afastados do centro da Vila. Os tipos de telhas das casa são, 72 casas com telhado de telhas e quatro casas cobertas com palha. Destaca-se que 67 casas possuem o piso revestido, como cimento ou ladrilho com excesso. 14 casas possuem o piso da terra e cinco casas possuem dois tipos de piso, observando gráfico 26, 27 e 28.

GRÁFICO 26: Os tipos de construção da casa da Vila do Estevão



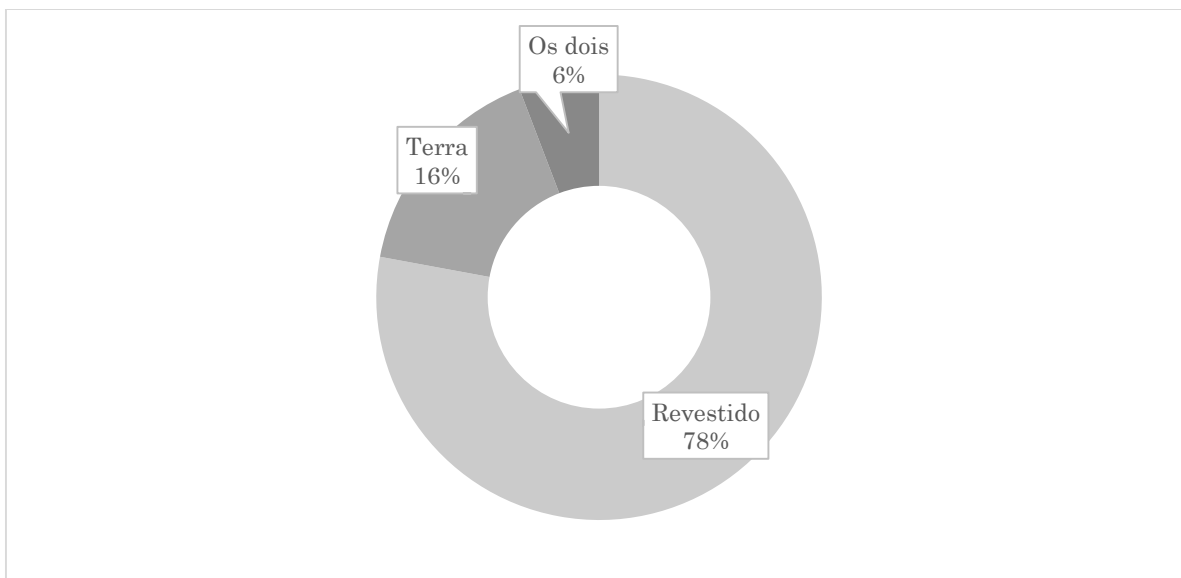
Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

GRÁFICO 27: Os tipos de telhado da Vila do Estevão



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

GRÁFICO 28: Os tipos de piso da Vila do Estevão



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

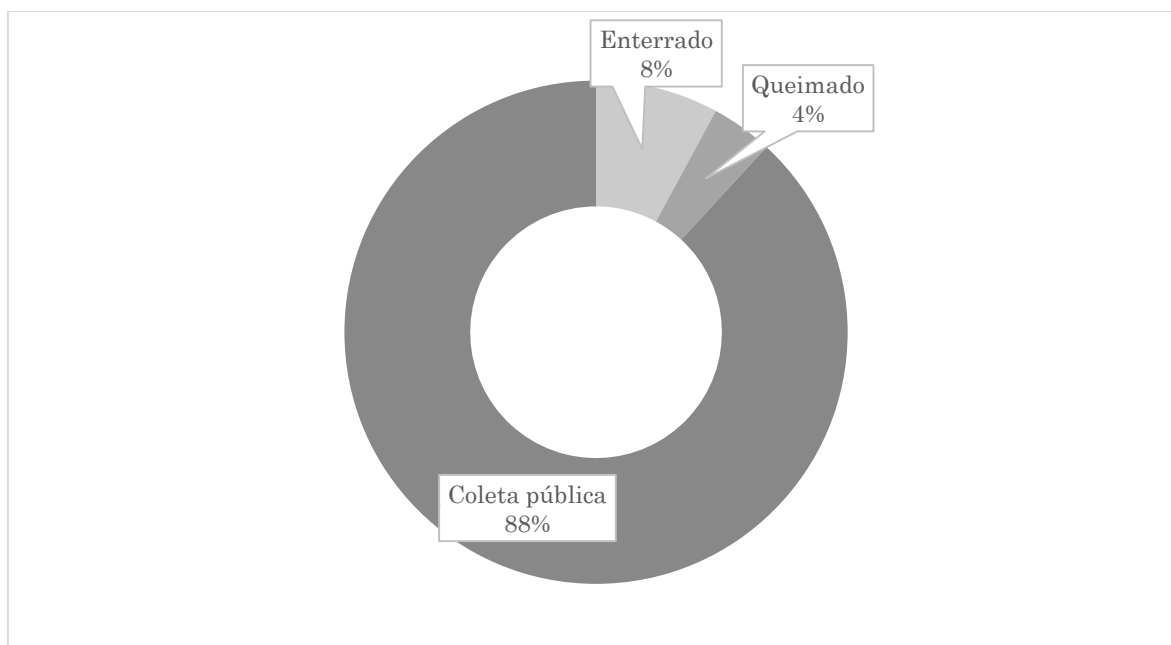
Relatando-se as condições de saneamento da Vila do Estevão, observa-se que 58 casas possuem abastecimento de água público pela Campanha de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), 15 casas possuem a rede pública e três casas não possuem o abastecimento, como reflete o gráfico 26. Já 29 casas possuem a caixa d'água e o resto de 47 casas não possuem. Todas as casas estão com tratamento domiciliar filtrada, com a exceção de três casas. A maior parte possui a fossa séptica unifamiliar, menos nove casas com a condição de lançamento de esgoto a céu aberto.

GRÁFICO 29: Abastecimento da água na Vila do Estevão



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

GRÁFICO 30: Destino do lixo da Vila do Estevão



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

O destino do lixo das casas da Vila do Estevão pode-se dividir como sendo 67 com coleta pública; em seis lixo domicílio é enterrado e em três é queimado. Encontram-se placas com palavras de conscientização ambiental sobre lixo na praia e comunidade da Vila do Estevão, na qual se mostra o interesse local pela Educação Sanitária.

5.17 Turismo em ARIE da Vila do Estevão

De acordo com Silva L (2013), embora existam consequências negativas, como o processo de degradação ambiental e modificação social, causada, principalmente, pela atividade do turismo de massa em Canoa Quebrada, encontra-se uma potencialidade de propostas de um turismo sustentável em Vila do Estevão, a fim de trilhar o caminho que pretende levar sustentabilidade com diferentes passos no caminho de turismo local.

O turismo em Canoa Quebrada e Vila do Estevão possui características diferentes, enquanto Canoa Quebrada representa uma oferta para atender considerável quantidade de visitantes, com inúmeros empreendimentos turísticos, onde predomina o turismo de massa. A Vila do Estevão possui relação com os turistas, de forma a valorizar os patrimônios naturais e sociais da comunidade, tendo características semelhantes ao turismo de base comunitária.

Segundo moradores, observa-se grande diferença no perfil dos visitantes de Canoa Quebrada e da Vila do Estevão. Enquanto os turistas de Canoa Quebrada buscam festas, bebidas

e música, os turistas da Vila do Estevão procuram relaxar e conhecer um pouco da história da comunidade.

Quanto aos atrativos turísticos naturais, existentes na praia na Vila do Estevão, há as piscinas naturais na maré baixa, destacando-se também o nascer do sol, as vistas das falésias, a duna, onde se observam o pôr do sol, as frutas silvestre, as práticas de *sandboard* e as atividades de trilhas ecológicas. Os elementos naturais da Vila do Estevão representam menor movimento turístico, comparando com as atrativos turísticos naturais de Canoa Quebrada. Como exemplo, cita-se que, enquanto na duna de Canoa Quebrada, se juntam inúmeros turistas com *buggies* com som alto, a duna da Vila do Estevão é menos movimentada, onde se encontram as crianças e os jovens buscando frutas no mato e brincando de *sandboard* no final da tarde (Veja figura 16).

Figura 16: As atrações turísticas da Vila do Estevão



Fonte: Takahashi (2015)

Entre os atrativos turístico culturais da Vila do Estevão, destacam a gastronomia tradicional, o passeio de jangadas, a arte tradicional conhecida como labirinto, as apresentações do grupo de dança de coco, entre outros. Destes elementos culturais, destacam-se a diferença da característica da Vila do Estevão dentro dos outros destinos turísticos locais

De acordo com AME (2016), os principais eventos anuais que ocorrem na Vila do Estevão são tratados na sequência. Além dos eventos que acontece anualmente, realiza-se também a festa do coco e a luar da paz comunitária.

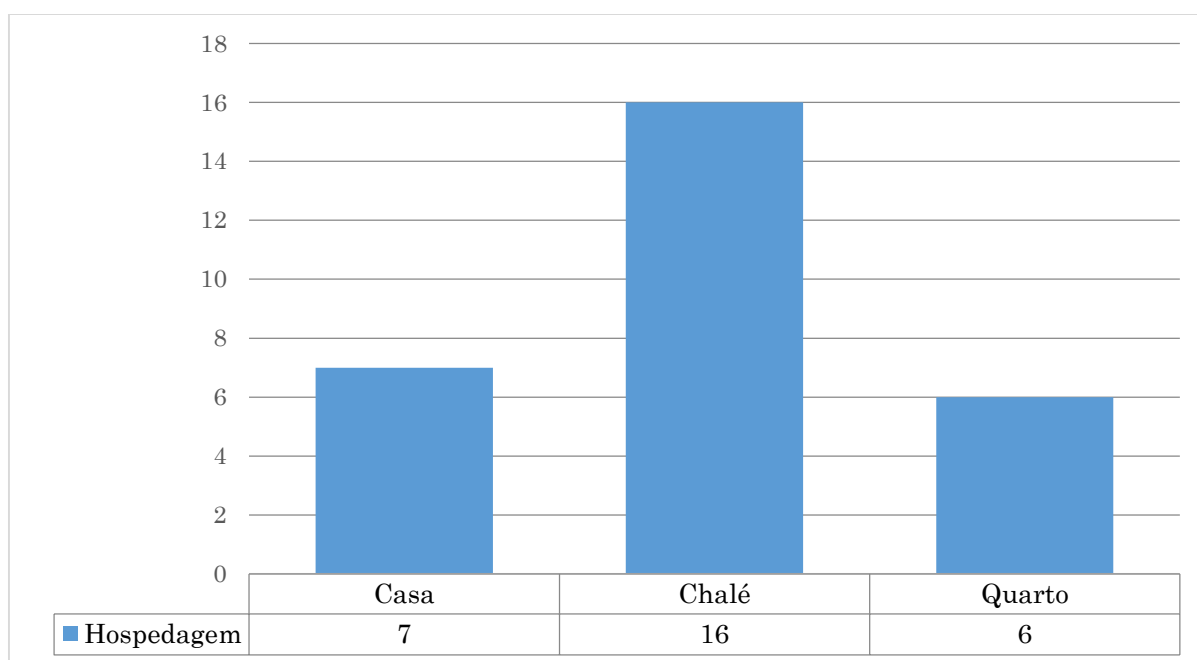
- ✓ Janeiro: Aniversário da Associação de Moradores da Vila do Estevão (AME)
- ✓ Abril: Queima dos Judas
- ✓ Maio: Festa das mães
- ✓ Junho: Festas juninas
- ✓ Setembro: Regata de Jangadas
- ✓ Dezembro: Natal das crianças

Além disso, existem os equipamentos turísticos, com um restaurante local que serve comida tradicional com frutos do mar que foram pescados pelos pescadores locais, a padaria comunitária e o espaço de arte tradicional feito pelo grupo de mulheres da Vila do Estevão, entre outros atrativos culturais.

Como condições de hospedagem, há um total de 29 hospedagens na Vila do Estevão, que se dividem nas casas dos moradores, que na maioria das vezes não habitam, chalés que ficam dentro dos terrenos dos moradores locais e quartos das casa dos moradores.

As casas de hospedagens podem receber de quatro a 14 visitantes, dois a oito visitantes nos chalés e dois a quatro visitantes nos quartos, dependendo dos imóveis. Os valores mais comuns nas hospedagens por pessoas são a partir de R\$ 20,00 reais até R\$ 30,00 reais, com alguns as exceções. As demais hospedagens são sete casas, 16 chalés e seis quartos de aluguel mensal, com valores a partir de R\$ 250 a R\$ 1.200,00 reais. As construções residenciais foram realizados de 1985 a 2012, enquanto a maior parte dos hospedagens foi construídas a partir dos ano de 2000, (Observar gráfico 31).

GRÁFICO 31: O número e o tipo de hospedagens da Vila do Estevão



Fonte: Agente de Saúde (2010), Mayumi Suzuki Freires (2014). Elaboração: Takahashi (2015).

A estrutura de hospedagem familiar da Vila do Estevão permite maior contato com o cotidiano dos moradores locais, o estabelecimento de uma relação próxima entre os visitantes e os moradores locais, o que reflete as diferenças das ofertas de hospedagem de Canoa Quebrada.

5.2 Diagnóstico turístico socioambiental

Identifica-se o turismo comunitário como uma das possíveis formas de organizar as atividades turísticas que existem na Vila do Estevão, buscando benefícios econômico, ambiental e social, visando a minimizar impactos negativos por via de um planejamento adequado às características e o perfil socioambiental do lugar.

Destacam-se as intensivas consequências das atividades turísticas, sobretudo em Canoa Quebrada, com aproximadamente 20% dos moradores locais da Vila do Estevão tendo os empregos ligados à atividade turística. Algumas dessas ocupações no entanto ligadas ao turismo denotam um perfil como trabalho pesado, baixos salários e um emprego de caráter temporário, não oferecendo a estabilidade econômica para a população local.

É importante encontrar pois uma forma de turismo que busque beneficiar a própria comunidade, sem comprometer as questões ambiental, social e cultural junto à participação comunitária com uma perspectiva sustentável na Vila do Estevão.

5.2.2 Potencialidades

Percebem-se características locais semelhantes ao turismo comunitário, valorizando as práticas turísticas com maior contato com as atividades tradicionais, as potencialidades turísticas, sem comprometer as questões econômica, ambiental e social da comunidade, com a participação comunitária ao longo do tempo. Foram também identificados os fluxos das atividades turísticas, assim como o fundamental dos equipamentos turísticos, na recepção dos turistas na Vila do Estevão.

Os atrativos naturais da Vila do Estevão representam uma condição menos impactante por meio de exploração turística, especialmente em comparação com Canoa Quebrada. Percebe-se a consciência ambiental da população local, buscando conservar os patrimônios naturais que ali existem. Consideram importante manter a forma da atividade turística na comunidade, valorizando as atividades ecológicas, no intuito de conservar seus patrimônios naturais.

O meio cultural da Vila do Estevão representa alguns atrativos culturais diferenciados, onde dificilmente se encontram nos outros destinos turísticos explorados. Os visitantes podem ter as experiências diferenciadas, como o contato mais próximo ao cotidiano dos moradores locais, incluindo a culinária tradicional, as atividades tradicionais, o costume local e meio natural. A conquista do turismo comunitário pode incentivar as consequências das práticas de atividade turística para a população local.

As principais atividades turísticas encontradas na Vila do Estevão são passeio de jangadas e a trilha ecológica, possibilitando maior contato com a natureza e a cultura tradicional, aprofundando o conhecimento da questão ambiental e cultural da comunidade, com acompanhamento dos guias turísticos da Associação dos Amigos de Recicriança, que se localiza na Vila.

Quanto aos equipamentos turísticos, as hospedagens da comunidade são os quartos, as chalés e as casas, que se localizam dentro do terreno dos moradores locais, possibilitando o contato mais próximo entre os visitantes e os moradores do lugar por meio de experiências comuns à realidade do modo de vida local, com a padaria comunitária, o minimercado e o restaurante, que serve a alimentação tradicional, com bastante frutos do mar, valorizando as atividades de pesca artesanal na forma direta com o consumo na escala local. Além disso, maior parte dos equipamentos turísticos na Vila do Estevão é propriedade da população local, o que permite um benefício econômico direto para a comunidade.

Em adição, nota-se a governança comunitária da Vila do Estevão como o fator

fundamental de turismo comunitário, por intermédio da presença da Associação de Moradores de Vila do Estevão no decorrer da história de 30 anos após sua fundação. Encontraram-se diversas potencialidades turísticas no decorrer da pesquisa. O processo efetivamente de turismo comunitário deve-se realizar com base na prática das atividades turísticas típicas da comunidade. Fazem-se também, algumas considerações para efetivar um turismo de base local na Unidade Conservação da Vila do Estevão.

5.2.1 Os problemas e as limitações

Apesar de os fluxos do turismo realizarem atividades diferenciadas com uma perspectiva sustentável, em Vila do Estevão, identifica-se o fato que as atividades turísticas ocorrem de maneira individual, notando-se a falta de lideranças turísticas, com perspectivas para uma autogestão comunitária.

Observa-se que o maior número do equipamento turístico da Vila do Estevão, como a hospedagem familiar localiza-se dentro da comunidade, onde vive a população local. Como exemplo, está o fato de que a maior parte dos visitantes possui contatos individuais com os moradores locais, combinando-se as reservas, o número de hóspedes e os valores de hospedagens de forma direta etc.

Constata-se a ausência de articulação comunitária, no contato geral da Vila do Estevão com os possíveis turistas de como informam sobre as ofertas turísticas que existem, reservarem as hospedagens, entre outros.

Há então, dificuldade de compartilhar as possíveis demandas turísticas dentro da comunidade, assim como resolver os problemas identificados com a falta de união comunitária, por ausência de liderança para o turismo comunitário. Neste sentido, a elaboração de um grupo comunitário de turismo de base comunitária (TBC) é fundamental para fortalecer o turismo comunitário local.

Além disso, as ofertas turísticas na Vila do Estevão não possuem ligação com outros setores. Deve-se elaborar um conjunto de informações turísticas, que permita informar os turistas, sobre as ofertas turísticas que existem na comunidade, como hospedagem, alimentação e atividades turísticas, no intuito de propagar seus possíveis benefícios turísticos.

No Plano de Manejo da APA de Canoa Quebrada (2014), destaca-se a questão ambiental, especialmente na praia da Vila do Estevão, com a aceleração erosiva das falésias, provocada, principalmente, pelo acesso inadequado das pessoas à praia, os desenhos nas paredes das falésias (encontram-se principalmente nomes), passagem e estacionamento dos *buggies* na

beira das falésias.

Segundo moradores, os fluxos dos veículos dentro da Vila do Estevão aumenta cada vez mais, especialmente a partir de ano de 2012, quando foi criado o símbolo de lua e estrela no lado leste da praia de após da Vila do Estevão, pois originalmente, se encontravam na praia de Canoa Quebrada.

Desde a efetivação do símbolo de Canoa Quebrada, os *buggies* começaram a passar pela Vila do Estevão para vê-lo e seguir para outras praias nos passeios. No ano seguinte de 2013, a AME teve uma conversa com Associação de *Buggy* que possui 64 veículos cadastrados, para evitarem passar de *buggies* atravessando o interior da Vila do Estevão.

Desde então, diminuiu fluxo dos veículos da Associação de *Buggy*, entretanto, continua existir outro tipo de fluxo de veículos de uma nova Associação de *Buggy* e os turistas individuais, que ameaçam a segurança e a tranquilidade do modo de vida da população local.

O Plano de Manejo da APA de Canoa Quebrada (2014, P.4.4) sugere proibir, ‘Qualquer edificação, infraestrutura ou afins, que não as previstas para a Vila do Estevão, conforme estipula seu decreto de criação. Circulação de veículos de qualquer natureza sobre duna do pôr-do-sol, a exceção de casos especiais, em local a ser definido.’

Neste sentido, faz-se necessário obter o melhor controle por meio da organização de estacionamento, em um tem mínimo impactos negativos nas questões ambiental e sociais. Além disso, importante é elaborar os objetivos, o planejamento adequado às características ambientais, sociais e culturais da comunidade, selecionando as atividades turística, com a consideração de potencialidade e limitação dos patrimônios naturais e cultural da comunidade no processo de governança turística com a liderança de grupo comunitário de TBC.

6 PLANO DA GESTÃO TURÍSTICA DE BASE COMUNITÁRIA

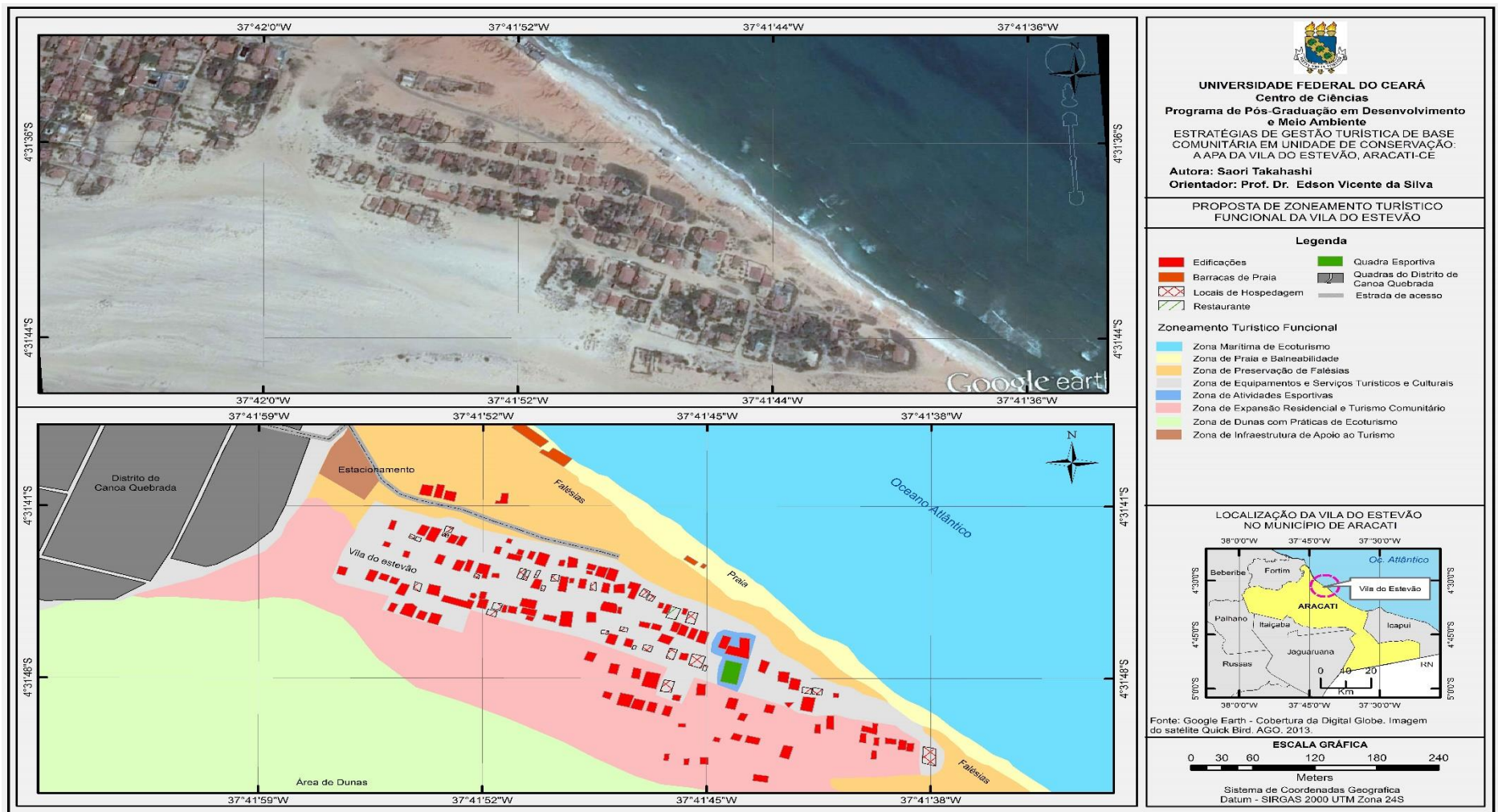
Neste capítulo, efetiva-se uma proposta de turismo de base comunitária adequada à Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Vila do Estevão. A proposta da atividade de turismo de base comunitária (TBC) busca considerar as potencialidades e limitações nas dimensões econômica, natural e social, como também os meios para promover o desenvolvimento sustentável no local. As informações foram obtidas nas visitas de campo, coletas de dados (primários e secundários), participação em eventos e reuniões comunitárias. A elaboração das propostas contou com a participação da população local, com sugestões durante a reunião da Associação dos Moradores (AME) da Vila do Estevão.

6.1 Proposta de Zoneamento Turístico Funcional

O zoneamento turístico funcional tem papel de relevância para orientar as atividades turísticas adequadas às características ambientais e sociais do destino turístico. O zoneamento fundamenta-se de acordo com a realidade da prática de turismo presente na ARIE da Vila do Estevão, destacando-se algumas propostas das atividades turísticas, conforme está no mapa o mapa de Propostas de Zoneamento Turístico Funcional da Vila do Estevão.

O objetivo desse zoneamento é fortalecer a atividade turística que se encontra na Vila do Estevão, desde de uma perspectiva sustentável, buscando-se maximizar as potencialidades turísticas e reduzir os possíveis impactos negativos. O zoneamento turístico funcional foi elaborado com suporte nos trabalhos de campo, que permitiram conhecer a realidade das atividades turísticas de Vila do Estevão, incluindo as características ambientais e sociais locais, considerando as sugestões da população local, papel importante na elaboração de propostas para os possíveis serviços turísticos. (Observar figura 17 e quadro 02).

FIGURA 17: Proposta de Zoneamento Turístico Funcional da Vila do Estevão



Elaboração: Takahashi (2015)

QUADRO 02: Zoneamento funcional turístico da ARIE da Vila do Estevão

Zonas	Atividades	Planejamento + Gestão
Zona Marítima de Ecoturismo	Passeios de jangadas, pesca artesanal, pesca nas pedras, diversões com mini jangadas e mini regatas.	Grupo comunitário de TBC e Comunidade
Zona de Praia Balneabilidade	Banho de sol e mar, passeio de jumento, <i>fresco-ball</i> , caminhada e corrida.	Grupo comunitário de TBC e Comunidade
Zona de Preservação de Falésias	Diminuir a abertura de vias de acesso à praia. Ancoradouro de jangadas.	Grupo comunitário de TBC e Comunidade
Zona de Equipamentos e Serviços Turísticos e Cultural	Os equipamento e serviço turístico, como hospedagens, padaria, restaurante, etc. As atividades culturais, como festa junina, dança de coco, luar comunitária, etc.	Grupo comunitário de TBC e Comunidade
Zona de Atividades Esportivas	As atividades esportivas na quadra de futebol.	Associação dos Amigos de Recicriança e comunidade
Zona de Expansão Residencial e Turismo Comunitário	Novas construção de residência para a população local e hospedagem para TBC.	Grupo comunitário de TBC e Comunidade
Zona de Dunas com prática de Ecoturismo	Trilhas ecológicas.	Associação dos Amigos de Recicriança, grupo comunitário de TBC e comunidade
Zona de Infraestrutura de Apoio ao Turismo	Organizar informações turística para compartilhar as ofertas turísticas, realizar o	Grupo comunitário de TBC

	<p>monitoramento turísticos e conscientização para os visitantes. Elaborar o espaço de estacionamento e orientar o uso dos veículos na área da comunidade.</p>	
--	--	--

Elaboração: Takahashi (2015).

Zona Marítima de Ecoturismo: Esta zona é favorável para os passeios de jangada e as atividades de pesca artesanal. Existe um serviço turístico de passeios de jangada, sendo inclusive, possível ampliar para o serviço de pesca artesanal com os pescadores locais. Além disso, podem-se organizar as atividades de entretenimento com minijangadas e minirregatas em frente à Vila do Estevão, onde se forma uma piscina natural durante a maré baixa. Com a organização deste serviço turístico, os turistas podem aprender o uso de minijangada durante a estada com a população local. Encontram-se também siris e conchas, como búzios e taiobas, no lado leste da praia da Vila do Estevão, onde podem elaborar a atividade de pesca nas pedras, fornecendo-se, além de experiência de pesca, aprendizagens sobre as formas de vidas que habitam na área de pedras.

FIGURA 18: Zona Marítima de Ecoturismo da Vila do Estevão



Fonte: Takahashi (2014)

Por meio destas atividades sugeridas, permite-se maior contato com a cultura tradicional, além de ser uma atividade ecológica que possivelmente promove a conservação do patrimônio natural da Vila do Estevão. Ainda as atividades podem incentivar a prática de jangada, que requer o treinamento, incentivando as gerações mais novas a capacitarem a fim de manter a atividade tradicional.

Zona de Praia Balneabilidade: Encontra-se maior concentração das atividades turísticas, como o banho de sol e mar, o passeio de jumento, a brincadeira de *fresco ball*, caminhada e corrida. Além disso, existem as barracas de praia que servem bebidas e alimentação, oferecendo maior conforto para os turistas, como guarda-sol e cadeira. É importante destacar as séries de problemas ambientais causados pelas construções das barracas que provocam impactos ambientais. Faz-se necessário priorizar as atividades ecológicas, considerando a construção das barracas na maneira menos impactante para a característica ambiental desta zona.

FIGURA 19: Zona de Praia Balneabilidade da Vila do Estevão



Fonte: Takahashi (2014).

Zona de Preservação de Falésias: Existe nela maior vulnerabilidade ambiental, destacando-se as quedas de falésias por a erosão. De acordo com Meireles (2014), uma das intervenções que provocam a descaracterização estrutural e paisagística das falésias são os equipamentos turísticos e a abertura de vias de acesso à praia. Deve-se buscar menor modificação e exploração neste local, sugerindo reduzir as construções das barracas de praia e diminuir as descidas de

acesso à praia com intuito de conservá-las. O local é favorável também para o ancoradouro de jangadas.

FIGURA 20: Zona de Preservação de Falésias da Vila do Estevão



Fonte: Takahashi (2015).

Zona de Equipamentos e Serviços Turísticos e Cultural: Os equipamentos turísticos, como hospedagens da Vila do Estevão, dividem-se em quartos, chalés e casas, dentro do terreno dos moradores locais. Neste sentido, a hospedagem familiar localiza-se na área residencial, o que exige uma conscientização dos visitantes que devem ter práticas adequadas ao modo de vida dos moradores locais. Nota-se, também ser importante seguir as regras de AME, com cada casa da Vila do Estevão sendo permitido construir no máximo de dois quartos para alugar de forma temporária. Além disso, encontram-se na comunidade uma padaria, um restaurante e um minimercado. A praça da Vila do Estevão localiza-se no centro da comunidade, onde há maior facilidade de agregar os moradores locais e os turistas. Realizam-se atualmente festas juninas, com dança de coco, luar comunitária, e demais eventos comunitários neste local. No Centro Comunitário da Vila do Estevão, existem a sede de Associação de Moradores da Vila do Estevão (AME), a biblioteca, a loja do Grupo de Mulheres, que produzem artesanatos tradicionais, como o labirinto. Possivelmente, pode-se realizar as capacitações e as oficinas turísticas neste local. Além disso, há projeto de construção do Museu da História da Vila do Estevão nesse local, que se pode tornar um novo atrativo turístico.

FIGURA 21: Zona de Equipamentos e Serviços Turísticos e Cultural da Vila do Estevão



Fonte: Takahashi (2014)

Zona de Atividades Esportivas: É o local onde se realizam as atividades esportivas, como as aulas de futebol, campeonato de futebol, entre outros.

FIGURA 22: Zona de Atividades Esportivas da Vila do Estevão



Fonte: Vellardi (2010).

Além disso localiza-se a sede da Associação dos Amigos do Recicriança que está em frente à quadra. Nela, se desenvolvem o trabalhos de proteção da natureza, iniciação ao trabalho comunitário, acompanhamento escolar e oficinas de arte e cultura (RECICRIANÇA, 2015).

Zona de Expansão Residencial e Turismo Comunitário: É onde estão as novas construções das casas da população local e o campo de futebol na areia neste local, atualmente não explorados pelo turismo comunitário. As futuras hospedagens familiares serão construídas de acordo com a demandas dos moradores locais nesta área. Pode-se incentivar os moradores locais a participarem na oferta de hospedagens turística onde já existe uma habitação local.

FIGURA 23: Zona de Expansão Residencial e Turismo Comunitário da Vila do Estevão



Fonte: Takahashi (2013).

Zona de Dunas com Práticas de Ecoturismo: Nesta zona, realiza-se atualmente uma trilha ecológica com um acompanhamento da Associação dos Amigos de Recicriança. A trilha ecológica inicia-se pelas dunas, matas de tabuleiro, usina eólica, praia e piscinas naturais, pedras no mar, até o símbolo da lua e estrela na falésia. Durante a trilha, há um debate sobre os componentes naturais da paisagem, como os ventos, os ecossistemas litorâneos, a geração de energia, a fauna e flora, a praia, o turismo, as histórias locais, com acompanhamentos de um educador ambiental e jovens condutores em ecoturismo (RECICRIANÇA, 2015). É importante substituir uma das atividades turísticas mais famosa em Canoa Quebrada, o passeio de *buggy* pela trilha ecológica em Vila do Estevão, sobretudo para evitar impactos em ambientes frágeis,

como dunas, falésias e praias.

FIGURA 24: Zona de Dunas com Práticas de Ecoturismo da Vila do Estevão



Fonte: Takahashi (2014), Vellardi (2010)

Zona de Infraestrutura de Apoio ao turismo: Local destinado a organizar informações turísticas que permitirão compartilhar com as informações sobre a Vila do Estevão. Primeiramente, pode-se informar as ofertas turísticas que existem na comunidade, a fim de gerar uma rotina turística dentro da comunidade. Segundo, podem ser efetivados coletas de dados turísticos, mediante o registro de fluxos turísticos, como números dos visitantes, estadias, motivo das visitas, origens dos visitantes, entre outros, a fim de monitorar a atividade turística da Vila do Estevão. Além disso, é possível aproveitar os momentos de contato com os turistas,

conscientizando-os sobre o modo da vida dos moradores locais, as regras das comunidades, entre outros, ainda a disposição de um estacionamento para veículos de visitantes na Vila do Estevão, no sentido de facilitar o controle dos fluxos dos veículos para a comunidade. Atualmente não existe a orientação, para os turistas, de um estacionamento, pois há um aumento de número do fluxo dos veículos, o que provoca a erosão das falésias, ameaça a segurança, a tranquilidade e o modo da vida da população local. Neste sentido, a instituição de um estacionamento visa a orientar o uso de carro dentro da comunidade, abordando os aspectos necessários quanto à questão ambiental e à questão social.

FIGURA 25: Zona de Infraestrutura de Apoio ao turismo da Vila do Estevão

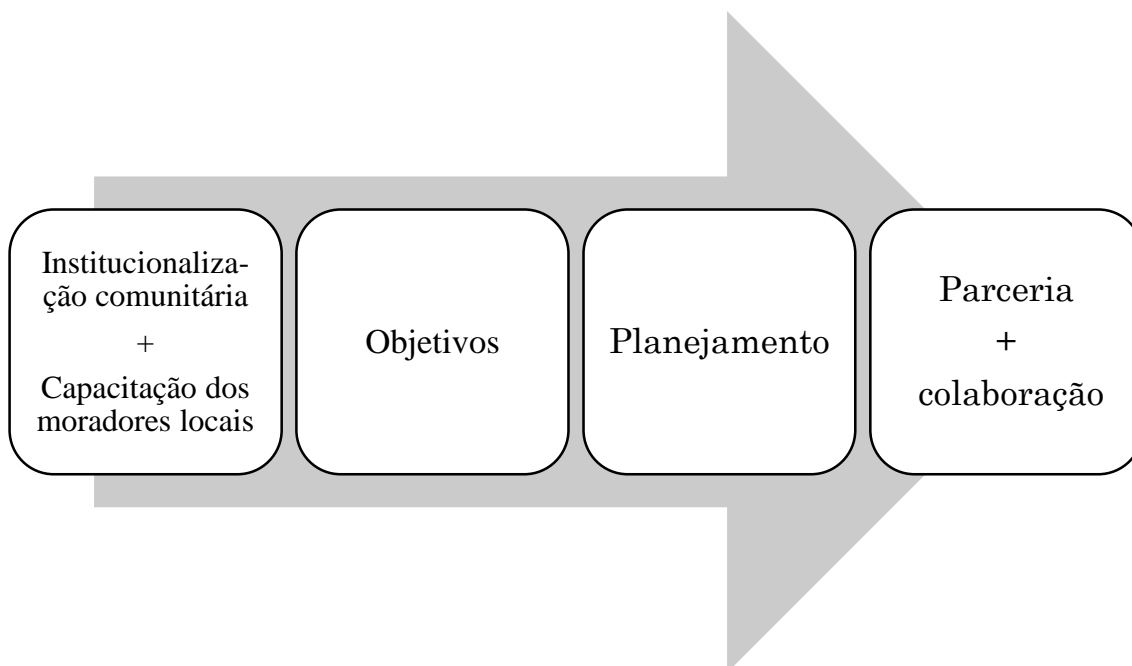


Fonte: Takahashi (2014).

6.2 Plano da Gestão Turístico Ambiental

O plano da gestão turística de base comunitária fundamenta-se em sugestões dos principais autores citados nos capítulos anteriores, como Duarte (2013), Mielke e Pegas (2013), Mccool e Haynes (2002), Guzmán, Cañizares e Pavón (2011), Murphy (1988), Giampiccoli, Kalis (2012), Gray (1989), McCan (1983), Pinto e Castro (2013), Loureiro e Goyayeb (2013), APEC (2010), observar fugura.

FIGURA 26: Processo do desenvolvimento de turismo comunitário



Elaboração: Takahashi (2015).

De acordo com Duarte (2013), o turismo comunitário é um possível meio para o desenvolvimento local, considerando que além de haver um autobenefício com a produção e prestação de serviço turístico, há o associativismo por meio de cooperação e auto-organização comunitária. Neste sentido, o primeiro passo é a auto-organização comunitária das comunidades onde se realiza o turismo de base comunitária.

No caso da Vila do Estevão, a Associação de Moradores da Vila do Estevão (AME) tem um papel fundamental para a organização da comunidade e na governança comunitária ao longo da história da Vila do Estevão. Mesmo, porém quando existem demandas e ofertas das atividades turísticas na comunidade, não há um grupo que represente uma liderança específica voltado ao turismo.

Acredita-se que a Vila do Estevão deve organizar a institucionalização comunitária específica para o turismo comunitário, a fim de articular a comunidade na governança turística. Desta forma, pode-se incentivar a sistematização das atividades turísticas que existem na Vila do Estevão, pois atualmente, maioria das vezes, se realizam individualmente. A sistematização das atividades turísticas pode auxiliar os moradores locais a compartilharem as propostas, considerações e relatos de problemas que se encontram no decorrer do tempo da realização do turismo comunitário.

Conforme os princípios do turismo de base comunitária, considera-se a população local como o agente principal a respeito de sua atividade. Neste sentido, o grupo comunitário

de TBC pode contribuir, pois, além de articular a participação da comunidade, pode também desenvolver auto-gestão turística.

Além disso, a institucionalização comunitária é de fundamental importância para identificar os objetivos que a Vila do Estevão busca por meio do turismo comunitário; selecionar as atividades turísticas que se adequem aos objetivos da Vila do Estevão; elaborar estratégias da gestão turística; reconhecer as possíveis e atuais parcerias e as colaborações, buscando um mínimo impacto possível para a conservar os patrimônios naturais e culturais que ali existem.

Segundo APEC (2010), a experiência de TBC para os visitantes depende da qualidade no concernente à serviços oferecido nas comunidades. É necessário investir na capacitação dos moradores locais, referente a formação da guia turística, a administração, o serviço turístico e os conhecimentos educativos sobre os patrimônios naturais e sociais que existem na Vila do Estevão, a fim de integrar melhor a população local com a atividade turística, com a perspectiva sustentável.

Por exemplo, seria importante capacitar-se como sistematizar as reservas turísticas, organizar a distribuição das hospedagens, formar pessoas que venham atuar como guias turísticos das atividades turísticas que serão oferecidas etc. Neste sentido, a capacitação da população local pode incentivar o encaminhamento da atividade turística na maneira sustentável, aprofundando o conhecimento nas gestão turística, nos potenciais e nos possíveis impactos, tanto na dimensão natural quanto social, na realização da atividade.

Para APEC (2010), apesar de fato de que o turismo comunitário pode trazer os benefícios econômico, social e ambiental para a comunidade, quando não há um planejamento, gestão e estratégias turística na maneira efetiva, possivelmente, causam-se impactos indesejáveis para a comunidade. Deste modo, o planejamento adequado aos objetivos comunitários, característica ambiental e social e perfil da comunidade, será o fator fundamental na efetivação de um turismo comunitário, a fim de orientar o caminho da atividade na maneira sustentável.

As participações e as colaborações com a Vila do Estevão podem ampliar a perspectiva em cada especialidade, inclusive, pode auxiliar as capacitações da população local, a fim de aprofundar as especialidades de cada participantes e Ongs, entre outros. Para Gray (1989), a colaboração das participantes de TBC permite compartilhar a visão da cada área específica para encontrar as decisões e soluções quando encontrar os problemas e conflitos.

No caso da Vila do Estevão, existe a Associação dos Amigos de Recicriança com a especialidade de Educação Ambiental, onde, inclusive também oferece atividades turísticas,

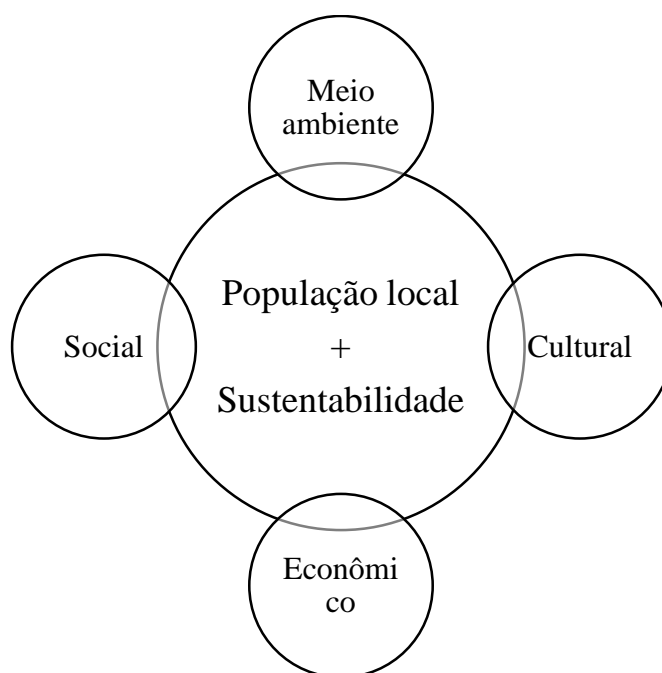
como a trilha ecológica para os visitantes, tendo, como exemplo também a colaboração com o Recicriança, que pode ampliar uma programa educativo para os moradores locais relacionando a atividade turística e o meio ambiente, assim como a formação da guia turística para a população local.

Encontra-se também a Associação Criança de Luz, focada na Educação Infantil, que pode incrementar os conhecimentos dos moradores locais com as questões educativas para as crianças e jovens, quando realizar e conquistar a atividade turística. Além disso, existem alguns projetos realizados pelo Universidade Federal do Ceará e Universidade Tokai, do Japão, que podem colaborar direta ou indiretamente com TBC da Vila do Estevão.

Destaca-se o fato de que o monitoramento da atividade de turismo comunitário é fundamental desde o início e ao longo do tempo. Pode-se selecionar indicadores que mostram as mudanças e as transformações na dimensão econômica, ambiental e social no decorrer do processo de turismo comunitário.

Importa considerar as dimensões ambiental, social, cultural e econômica na realização do turismo comunitário.

FIGURA 27: As dimensões ambiental, social, cultural e econômica de Turismo de base comunitária



Elaboração: Takahashi (2015)

Conforme a figura 27, o turismo comunitário em Vila do Estevão deve-se fortalecer com a consideração da dimensão ambiental, social, cultural e econômica, a fim de compreender

as potencialidades e as limitações.

Na dimensão ambiental, todas as atividades turísticas devem se adequar potencialidade à limitação da característica natural da Vila do Estevão. É importante conquistar as atividades turísticas favoráveis à condição natural da comunidade, como o exemplo de passeio de jangada e pesca, a trilha ecológica, entre outros. As atividades ecológicas, além de permitem o maior contato com a natureza da Vila do Estevão, ou seja o contato mais próximo com a atividade tradicional da comunidade. Conforme Pinto e Castro (2013), importante também é implementar a Educação Ambiental para ambos turistas e população local.

Na dimensão social, é importante considerar a contribuição do turismo comunitário referente a organização, participação, satisfação comunitária e qualidade de vida da população local da Vila do Estevão. O turismo comunitário é possível conquistar a organização comunitária, compartilhando seus objetivos coletivos, a fim de adquirir o desenvolvimento sustentável na comunidade (PINTO; CASTRO, 2013). É necessário, podem monitorar a questão social, como auto-organização comunitário e a participação dos moradores locais na atividade de TBC, a fim de obter a satisfação comunitária e a qualidade de vida, como fatores fundamentais do turismo comunitário.

Na dimensão cultural, é necessário valorizar as consequências das práticas tradicionais que existem na Vila do Estevão, como pesca artesanal, labirinto, construção de jangada e identidade local. As atividades turísticas, como o passeio de jangada e pesca, as atividades de minijangada e labirinto podem auxiliar a valorização e a continuação das atividades tradicionais por via do turismo comunitário. O turismo comunitário deve conservar as culturas tradicionais, manter a característica original da comunidade, contribuindo na conservação das patrimônios cultural da Vila do Estevão, conservar o atrativo turístico cultural da comunidade, e possivelmente, trazer benefícios.

Na dimensão econômica, a elaboração da organização comunitária de TBC deve contribuir sua missão organizatória na efetivação do turismo comunitário em Vila do Estevão. Como exemplo, pode organizar as seguintes propostas econômicas. A comercialização turística para os possíveis visitantes através de portfólio e SNS como *site*, *blog*, *facebook*, entre outros. A elaboração do contato geral por meio de número geral, *E-mail*, *facebook* etc. A organização sistemática das reservas turísticas, onde necessita um levantamento dos dados dos hospedagens locais, como a capacidade do número do visitantes, os equipamentos turísticos, entre outros; e a distribuição sistemática das reservas turísticas para as hospedagens, que pode evitar a concentração da demanda turística e buscar incluir o maior número dos participantes

locais.

Além disso, elaborar a informação turística que se localiza na comunidade pode promover a cooperação dos equipamentos turísticos, elaborando a rotina turística dentro da Vila do Estevão, como o turista se hospeda em chalé, alimenta-se no restaurante, participa os passeio de jangada e trilha ecológica na Vila do Estevão. Tais práticas geram um lucro direto para os moradores locais na maneira associada sem necessitar a dependência de Canoa Quebrada, que possui um maior número de equipamentos turísticos.

Percebe-se que, o turismo comunitário na Vila do Estevão há que considerar a dimensão ambiental, social, cultural e econômica, tendo a base como a autogestão comunitária e a perspectiva sustentável, pois cada dimensão possui a interligação com outros.

Em um momento posterior, deve-se colher opiniões e sugestões da população local com respeito ao turismo comunitário, durante as reuniões da AME da Vila do Estevão. O primeiro tópico consta dos objetivos que os moradores locais da Vila do Estevão buscam na atividade de turismo comunitário. A discussão sobre os objetivos entre os participantes da população local será fundamental para elaborar o planejamento de TBC. Observar tabela.

TABELA 04: Os objetivos de TBC discutido na Vila do Estevão

- ✓ Auto organização comunitária
- ✓ Maior número da participação dos moradores locais da Vila do Estevão
- ✓ Melhor serviço turístico
- ✓ Benefícios diretos para a comunidade da Vila do Estevão

Elaboração: Takahashi (2015).

De acordo com APEC (2010), o primeiro passo de elaboração do planejamento de TBC é identificar os objetivos como o fundamental para construir a estratégia da gestão turística. O primeiro objetivo do TBC discutido na Vila do Estevão é obter a melhor organização do turismo comunitário, como a melhoria da forma da atividade turística se encontra na comunidade, considerando-se maneira individual no momento atual. É importante expandir o número da participações da população local, com relação direta e indireta na atividade turística. Ademais é necessário procurar melhorar os serviços turísticos que existem na Vila do Estevão, ampliando o serviço, como alimentação, servida, pelo próprios moradores locais, atividades turísticas que podem realizar na Vila do Estevão, diminuindo os visitantes que necessitam sair da Vila do Estevão para Canoa Quebrada, que possui maior número de equipamento turístico.

De acordo com os moradores, o objetivo do turismo comunitário deve ser o

benefício voltado para a própria comunidade, mantendo a forma do turismo que existe na Vila do Estevão atualmente, como as hospedagens que continuam a ocorrer nas casa dos moradores locais e a maior parte do equipamento turístico continuam ser propriedade da população local, entre outros.

Segundo, foi discutido sobre as possíveis parceria e colaboração na realização de turismo comunitário na Vila do Estevão.

TABELA 05: As possíveis parcerias e as colaborações discutido na Vila do Estevão

- ✓ Institutos (Ongs, Universidades, etc)
- ✓ Rede cearense de turismo comunitário
- ✓ Próprios moradores locais

Elaboração: Takahashi (2015)

Primeiro, o turismo comunitário exige, maior participação da população local nos processos de planejamento, implantação e pratica. Segundo, as parceiras e as colaborações devem ser reconhecidos no desenvolvimento de TBC, a fim de obter os suportes de cada especialidade de parcerias, elaborando a forma de rede na realização de TBC (APEC, 2010). É importante reconhecer as parcerias e as colaborações que podem conquistar dentro da Vila do Estevão, como Associação dos Amigos de Recicriança, Associação Criança de Luz e os projetos que existem na Vila do Estevão. Assim, podem-se ampliar as perspectivas para as órgãos públicos, as universidades, entre outros. Além disso, interessante é considerar a colaboração com a rede de turismo comunitário cearense que existe nas comunidades litorâneas do Estado.

O terceiro assunto envolvem os fatores ambientais, sociais e culturais, que devem ser conservados na Vila do Estevão. (Veja tabela 06).

TABELA 06: Os fatores a serem conservados, discutidos na Vila do Estevão

- ✓ A praia, a falésia, a duna e ademais fatores naturais
- ✓ A qualidade da vida da população local e ademais fator social
- ✓ As atividades tradicionais, os costumes e ademais fator cultural
- ✓ A característica original da Vila do Estevão
- ✓ A forma do turismo que existe na comunidade, que marca a diferença do turismo de massa em Canoa Quebrada
- ✓ A hospitalidade comunitária e o contato próximo entre a população local e os visitantes
- ✓ A Associação de Moradores (AME) da Vila do Estevão
- ✓ A memória da história da Vila do Estevão

Elaboração: TAKAHASHI (2015)

De acordo com Meireles (2014), a implantação de empreendimentos turísticos no campo de dunas provoca diversos efeitos negativos. Além dos problemas ambientais, afastamento de culturas tradicionais, alteração de modo de vida da população local e exclusão das comunidades tradicionais. Importa considerar os fatores que necessitam de uma atenção maior na conservação da dimensão ambiental, social e cultural.

Primeiramente, os moradores comentaram o cuidado com a questão ambiental, que atinge a praia, as falésias, as dunas, a vegetação, entre outros; assim como a questão cultural, como a continuação das atividades tradicionais, a pesca artesanal com jangada, a arte tradicional de fazer labirinto e a dança de coco, entre outros. Estes fatores possuem a influência na questão social, como a qualidade da vida da população local, que possui a fundamental importância.

Os moradores mencionaram a importância de conservar as características originais da Vila do Estevão, que marca significativa diferença em relação a outras comunidades, como por exemplo, Vila do Estevão e Canoa Quebrada. Para os moradores, percebe-se a preocupação do desenvolvimento de um megaprojeto hoteleiro, que causa desapropriações nas comunidades tradicionais. Neste sentido, destaca-se a importância de auto-organização comunitária para realizar e conquistar o turismo comunitário, onde se buscava um potencial turístico, respeitando as limites ambientais, culturais e sociais, evitar a desapropriação da comunidade por meio do movimento turístico que se encontra no litoral cearense.

Para os moradores, é importante continuar e conquistar a forma do turismo que existe na Vila do Estevão, percebendo-se a procura dos visitantes, com base na característica diferenciada da comunidade, comparando com os outros destinos turísticos, que pode auxiliar

a conservação da característica original da Vila do Estevão. Além disso, o turismo comunitário na Vila do Estevão deve respeitar a cultura local, sem necessitar da imitação do que existem fora dali.

As visitas dos turistas com a perspectiva diferenciada, buscando a experiência comunitária, podem incentivar a valorização e a continuação de natureza, cultura, atividades tradicionais que formam a característica original da Vila do Estevão. Ao mesmo tempo, importante é conscientizar os visitantes sobre a diferença do modo turístico e modo de vida da Vila a fim de minimizar os impactos negativos que se encontra em Canoa Quebrada, onde há predominância de turismo de massa.

Finalmente, foi discutido sobre as ofertas das atividades turísticas, que existem e outras que possivelmente serão realizadas.

TABELA 07: As atividades turísticas, conforme discutido na Vila do Estevão

- ✓ Trilha ecológica na duna, praia e pela comunidade
- ✓ Passeio de jangada
- ✓ Pescar com os pescadores
- ✓ Exposição e experiência de artesanato tradicional
- ✓ Os eventos comunitários

Elaboração: TAKAHASHI (2015)

Segundo APEC (2010), a seleção das atividades turísticas deve incluir o valor ambiental e social das comunidades. Os moradores sugerem subsistir o famoso passeio de *buggy* em Canoa Quebrada, pela trilha ecológica nas dunas, na praia e pela comunidade que permite o maior contato com a natureza e possivelmente aprofundar o conhecimento ambiental mediante o acompanhamento da guia turística.

Além de passeio de jangada que existe na Vila do Estevão, os moradores sugeriram a ideia de ampliar as experiências com a pesca artesanal, e com os pescadores locais, o que permite os visitantes terem o contato mais próximo com a cultura do lugar. A pesca artesanal pode realizar nas formas diferentes, como a pesca de linha e/ou rede utilizando a jangada, a pesca nas pedras, entre outros. Outra sugestão é a exposição, venda de produtos e compartilhamento da experiência da arte tradicional, o labirinto. Além disso, pode-se continuar e aumentar os eventos comunitários.

Percebe-se que o mais importante é a autogestão da comunidade. Primeiramente, é preciso obter melhor organização comunitária para ser mais seguro com a atividade

A fim de obter a sustentabilidade local ao longo da prática de turismo comunitário em ARIE da Vila do Estevão, os processos de autogestão turística da comunidade mencionados pode favorecer a efetividade das atividades turísticas que há presentemente. A elaboração da auto-organização comunitária será o fator fundamental no processo de efetivar o turismo comunitário. Então, o planejamento faz o papel fundamental, a fim de nortear o caminho da atividade ocorrente na maneira sustentável.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e o diagnóstico da atividade turística que se encontra na comunidade permitiu melhor conhecimento da Vila do Estevão, a fim de compreender as potencialidades e as limitações ambiental e social no decorrer da pesquisa. O resultado principal da investigação foi identificar as potencialidades e limitações da Vila do Estevão para elaborar a proposta de turismo comunitário, a fim de efetivar as atividades turísticas que existem na Vila do Estevão fundamentando-se na inadequada a característica ambiental, social, cultural e econômica do local pesquisado.

A área estudada possui distintos patrimônios naturais, como praias, falésias e dunas, onde se destacam o nascer do sol no mar, as piscinas naturais, a vista de paisagem da falésia, o pôr do sol da duna, representando a condição menos modificadas pela exploração turística em relação ao famoso destino turístico - Canoa Quebrada.

Os patrimônios culturais representam a pesca tradicional que utiliza a jangada, construída principalmente pelos moradores locais, a arte tradicional chamada labirinto, a alimentação tradicional com bastante fruto do mar, a dança de coco, entre outros.

As características socioambientais da Vila do Estevão atrai turistas, principalmente que busca o contato mais próximo com a natureza, a cultura, os moradores locais, entre outros. Importante é conservar a característica da Vila do Estevão ao longo do processo de turismo comunitário, evitando a transformação da comunidade para o destino turístico semelhante ao que ocorreu em Canoa Quebrada, onde se destaca maior modificação com a exploração turística no decorrer do desenvolvimento turístico.

A Vila do Estevão possui estrutura de equipamentos turísticos para acolher os turistas, como uma padaria comunitária, um minimercado, um restaurante e hospedagens. A maioria dos equipamentos pertence à população local, realidade diferente da maioria dos equipamentos turísticos de Canoa Quebrada. As demais formas de hospedagens da Vila do Estevão, como casas, chalés e quartos dentro do terreno dos moradores locais permitem o maior contato com os visitantes.

Sendo assim, identifica-se a existência do fundamento turístico que pode promover o desenvolvimento do turismo na Vila do Estevão com uma perspectiva sustentável. Além disso, destaca-se a relação entre a população local e o turismo. Este representa o maior expoente de empregos dos moradores locais, 55, ou seja, aproximadamente 20% da população local estão ligados na forma direta ou indireta com atividades turística em Canoa Quebrada ou Vila do Estevão, o que mostra a vinculação dos moradores locais com a dinâmica do turismo.

Percebe-se uma forte frequência das atividades turísticas em Canoa Quebrada, que influencia a Vila do Estevão, há uma grande proximidade geográfica. Existem, no entanto, diversos empregos temporários que não oferecem estabilidade econômica para a população local. Além disso, esta não foi incluída no processo de desenvolvimento do turismo em Canoa Quebrada, transformando as relações entre os moradores locais e turistas.

No início da atividade turística em Canoa Quebrada, existia uma relação mais próxima entre eles, com a participação direta dos moradores locais nas visitas dos turistas. A Vila do Estevão possui uma relação mais próxima com os visitantes, mediante a forma do turismo praticado, como também dos equipamentos turísticos.

Faz-se então, necessário organizar as formas de atividades turísticas que existem na Vila do Estevão, a fim de evitar o mesmo caminho de Canoa Quebrada, onde há diversos problemas ambientais, sociais e culturais.

Apesar de haver uma estrutura e práticas turísticas, foram identificados alguns considerações que possivelmente limitam as potencialidades na Vila do Estevão no decorrer da pesquisa. É importante reorganizar a forma do turismo ali em curso para efetivar as potencialidades e evitar os possíveis impactos negativos, tendo a perspectiva não somente em período curto mas também em longo prazo.

A população local mostra interesse em organizar e conquistar as atividades turísticas, que se encontra na comunidade, considerando a importância de autogestão turística, o planejamento ambiental, a visão sustentável, entre outros. Encontram-se, no entanto, algumas dificuldades para a Vila do Estevão, no decorrer das práticas de turismo, como a ausência de lideranças, articulação e planejamento, entre outros.

A pesquisa buscou auxiliar a situação atual da atividade turística da comunidade para conquistar o turismo com a visão sustentável, baseando-se na forma de turismo encontrados na comunidade por meio da elaboração de uma gestão turística de turismo comunitário, adequada à realidade da Vila do Estevão.

A forma comunitária é um importante segmento do turismo, podendo contribuir para o desenvolvimento local, de modo sustentável, valorizando a dimensão ambiental, social, cultural e econômica do destino, aumentando a oferta de emprego e renda, enquanto valoriza o meio ambiente, a cultura local, as atividades tradicionais e a qualidade da vida da população local mediante a autogestão comunitária.

A Vila do Estevão possui um grande potencial para práticas turísticas, que pode servir fundamentalmente para do turismo comunitário. Acredita-se que a proposta de gestão turística da ARIE da Vila do Estevão pode orientar o caminho das atividades turísticas

da comunidade, com a busca de maior benefício ambiental, social, cultural e econômico, sem comprometê-lo, efetivando o turismo comunitário junto à articulação da comunidade local.

REFERÊNCIAS

- AGENTES DE SAÚDE. Disponível em:
<<http://saudenopais.com/estabelecimento.xhtml?cod=64016>>. Acesso em 09. Fev. 2015.
- ALMEIDA, J. R.; *et al.* **Planejamento ambiental**: Caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio. Editora Vozes, Rio de Janeiro, LTDA, p.176,1993.
- ANTROP, M. Sustainable Landscape: contradiction, fiction or utopia? **Landscape and urban planning**, ELSEVIER, p.187-197, 2005.
- Aracati NET: Tudo sobre Aracati na Internet. Disponível em <<http://www.aracati.net/site/>> Acesso em: 15 Dezembro de 2014.
- ARAÚJO, G. P.; GELBCKE, D. L. TURISMO COMUNITÁRIO: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista científica do programa de pós graduação em administração e turismo**, v.10, n.3, p.357-378, 2008.
- ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION. **Effective Community Based Tourism**. Australia, 2002.
- ASSOCIAÇÃO CRIANÇAS DE LUZ. Disponível em
<<http://www.salvemascrianças.org/wp/?p=8754>>. Acesso em: 05. Nov. 2015.
- BARBOSA, M. E. S. **Os agentes modeladores da cidade de Aracati-CE no período colonial**. GeoTextos, vol. 7, n. 2, p.43, 2011.
- BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo**. Aleph, São Paulo, Coleção ABC do Turismo, 2002.
- BARROS, L. L. Aplicações da geoecologia da paisagem no planejamento ambiental e territorial dos parques urbanos brasileiros. **Revista Geografia de América Central Número Especial**, Costa Rica, EGAL, p.1-14, 2011.
- BASTIAN, O. **Landscape Ecology**: toward a unifiel discipline? Kluwer Academic Publishers, Netherlands, p.757-766, 2002.
- BENEVIDES, I, P. **TURISMO E PRODETUR**: Dimensões e Olhares em Parceria. Edições UFC, Ceará, 1998.
- BORGES, C, I, O, S. O. **Turismo comunitário em comunidades tradicionais na zona costeira do Ceará**: em foco a experiência da Rede Tucum. 2011 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- BRASIL. Presidência da República A Área de Proteção Ambiental.LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm> Acesso em 5 Abril, 2015.
- BRUNER, A, G.: SWEETING, J, E, N.; ROSENFELD, A, B. **The green host effect**: an

integrated approach to sustainable tourism and resort development, USA, p. 71-79, 1994.

BUCKLEY, R. Sustainable Tourism: Research and Reality, *Annals of Tourism Research*. England, v. 39, n. 2, p.528-546, 2012.

BUTOWSKI, L. *Sustainable Tourism – A Model Approach*. Poland, INTECH Open Access Publisher, p.1-20, 2012.

CALVALCANTE, S, A, S.; COSTA, J, H. A. Canoa Furada: condições e relações de trabalho no setor de hospedagem em Canoa Quebrada (CE). *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.83-103, abr. 2011.

CAMILLERI, M. Advancing the Sustainable Tourism Agenda Through Strategic CSR Perspective. *Tourism Planning & Development*, England, Vol. 11, No. 1,42-56, 2014.

CEARÁ. **Plano De Manejo Da Área De Proteção Ambiental - Apa Canoa Quebrada**. Fortaleza, 2014.

CUNHA, L; The definition and Scope of Tourism. *Revistas Ulusofona*, p.91-114, 2002.

CUNICO, C. *Zoneamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Marumbi – PR: Perspectiva para a Análise e Avaliação das Condições Sócio-Ambientais*. 2007. 193f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

DANTAS, E, W, C.; FERREIRA, A, L.; CLEMENTINO, M, D, L, M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**, Letra Capital, Rio de Janeiro, p.224, 2010.

DANTAS, S. C. *Turismo, Produção e Apropriação do Espaço e Percepção Ambiental: O caso de Canoa Quebrada*, Aracati, Ceará. 2003. 191f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

DIAS, R. *Cultura Organizacional*. Editora Alínea, Campinas, SP, 2003.

DUARTE, L. R. R. Os fundamentos e o fortalecimento do turismo comunitário a parte da Rede TUCUM – CE. *Revista gestão e desenvolvimento*, v.1 n.1, 2013.

EMBRATUR. Disponível em:< <http://www.embratur.gov.br/>> Acesso em: 5 de Abril, 2015

ENDRES, A. V. Sustentabilidade e Ecoturismo: Conflitos e Soluções a caminho do Desenvolvimento. *Turismo em Análise*, São Paulo, v.9, 1998.

ESMERALDO, L. R. A. *Jangadeiros e pescadores: os dilemas do turismo em Canoa Quebrada*, Aracati –Editora Senac Nacional, Fortaleza, Ceará, p.120, 2002.

FARIAS, J, F. Aspecto do Uso e Ocupação do Solo no Semiárido Cearense: Análise Espaço Temporal (1985-2011) Sob o Viés da Geoecologia das Paisagens. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v.06 n.02 p.136-147, 2013.

_____. *Zoneamento geoecológico como subsídio para o planejamento ambiental no âmbito municipal*. 2012. 195f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do

Ceará. Fortaleza. 2012.

FORTALEZA BEACHES - sua conexão local. Disponível em <<http://www.fortalezabeaches.com/historia-de-canoa-quebrada.html>> Acesso em 15 Março, 2015.

FLORIANO, E. P. Planejamento Ambiental. *Caderno Didático*, Santa Rosa, nº 6, 1ª ed., p.54, 2004.

GIAMPICCOLI, A.; KALIS J. H.; Community-based tourism and local culture: the case of the amaMpondo. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 10, n.1, p. 173-188. 2012.

GOODWIN, H.; SANTILLI, R. *Community Based Tourism: A success?* Disponível em:<www.icrtourim.info> Acesso em: 16 Abril, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Disponível em <<http://fflorestal.sp.gov.br/>>. Acessado em 15 dezembro, 2014.

GOVERNO MUNICIPAL DE ARACATI. Disponível em:
<http://www.aracati.ce.gov.br/calendario-de-eventos-2014-sec-de-turismo/>. Acesso em: 20 Dezembro de 2014.

GUERRA, A. T. *Novo Dicionário geocológico-geomorfológico*. 5. ed. Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, p.446, 2006.

GUZMÁN, T. L.; CAÑIZARES F, S, S.; PAVÓN, V. Community – Based Tourism In developing countries: a case study. *Tourismos. An international multidisciplinary journal of tourism*. Spain, v. 6, p.69-84, n.1, 2011.

GYR, U. **The history of Tourism: Structures on the path to Modernity**. European History Online (EGO). Maniz: Institute of European History (IEG). Disponível em:<<http://www.ieg-eco.eu/gyru-2010-en>> Acesso em: 10 Abril, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em:15 Dezembro, 2014.

IPECE. PERFIL BÁSICO MUNICIPAL 2013 ARACATI. Disponível em:
<<http://www.ipece.ce.gov.br/>>. Acesso em 22. Mar. 2015.

JAMAL, T. B.; GETZ, D. Collaboration theory and community tourism planning. *Annals of Tourism Research*, USA, v. 22, no. 1, p. 186-204, 1995.

LIMA, L. C.; SILVA, Â. M. F. *O Local Globalizado pelo Turismo Jeri e Canoa no Final do Século XX*. Fortaleza, EDUECE, p.117, 2004.

LOUREIRO, C. V.; GOYAYEB, A. O turismo comunitário como alternativa para a preservação dos ecossistemas litorâneos: o caso da comunidade de Curral Velho, Acaraú – CE – Brasil. *Revista de Turismo Contemporâneo – RTC*, Natal, v.1 n.1 p.1-17, 2013.

LUCCHETTI, VG.: FONT, X. **Community Based Tourism: Critical Success Factors ICRT**. Disponível em: <<http://www.icrtourism.org/wp-content/uploads/2012/03/OP27.pdf>> Acesso em: 15 Abril, 2015.

LUSTOSA, I, M, C.; ALMEIDA, M, G. Os territórios emergentes de turismo e as redes de turismo comunitário: caso da terra indígena Lagoa Encatanda do povo Jenipapo – Kanindé, Ceará, Brasil. *Revista de Turismo patrimônio cultural*. v. 9, p. 95-104, 2011.

MATOS, C. F. A.; ARAÚJO, M. L. S.; TEIXEIRA, M. S. J. INTERESSES, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CEARÁ. *Revista Turismo Visão e Ação*, Eletrônica, v. 15, n3, p.419-433, 2013.

MAXIMIANO, L, A. **Considerações sobre o conceito de paisagem**. Curitiba, Editora UFPR, n.8, p.83-91, 2004.

MCCOOL, P.F.G.E.S.; HAYNES, C.D. *Sustainable Tourism in Protected Areas: Guideline for Planning and Management*: Best Practice Areas Guidelines Series Commission on Protected Areas (WCPA), Disponível em:< http://cmsdata.iucn.org/downloads/pag_008.pdf> Acesso em: 5 Abril, 2015.

MEIRELES, A. J. A. **Geomorfologia costeira: funções ambientais e sociais**. 2. ed. Edições UFC, Fortaleza, p.489, 2014.

MELLO, K, C. GEOECOLOGIA DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE UBATUBA – SP, *Revista geonorte*, Edição Especial, USP, v.3, n.4, p.997- 1009, 2012.

MEZZOMO, M, M.; GHISSO, K, W.; CAMPOS, D, V. CARACTERIZAÇÃO GEOECOLÓGICA COMO SUBSÍDIO PARA ESTUDOS AMBIENTAIS EM RPPNS: ESTUDO DE CASOS NO PARANÁ. *Revista árvore*, Viçosa-MG, v.38, n.5, p.907-917, 2014.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. *Turismo em análise*, v. 24, n.1, p.170-189, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **MMA-Litoral Leste Do Estado Do Ceará: Municípios: Pindoretama, Cascavel, Beberibe, Fortim, Itaiçaba, Aracati e Icapuí**. – MMA, Fortaleza, 2004.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em <http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em 22 de julho de 2014.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, **O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**. Disponível em:< http://www.mma.gov.br/estruturas/250/_publicacao/250_publicacao30082011035301.pdf > Acesso em: 1 de Abril, 2015.

MINISTÉRIO DE TURISMO. DISPONÍVEL. em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20120804.html> Acesso em: 25 Março 2015.

MOESCH, M. *A produção do Saber Turístico*. São Paulo, Contexto, p.144, 2002.

MURPHY, P.E. Community driven tourism planning. *Turismo management*, Whistler, BC, Canada, p.9-105, 1988.

SOUZA NETO, G. F. *O Estado e Sociedade em Ação: Produção Espacial pelas Políticas de Turismo em Aracati/ CE*. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2011. 153f. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.

OKAMOTO, S. *et al. kankougaku-nyuumon* Tokyo, p.130, 2001.

OKAZAKI, E: A Community Based Tourism Model: Its Conception and Use. *Journal of Sustainable Tourism*, Japan, 16, No. 5, 2008.

PEREIRA, R. C. M.; SILVA, E. V. D. Solos e vegetação do Ceará: características gerais. In: BOZARCCHIELLO, J.; CAVALCANTE, T.; DANTAS, E. *Ceará: um novo olhar geográfico*. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, p.189 2007.

PINTO, R.; CASTRO, L L C. Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico – conceituais. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.213-226, ago. 2013.

Portal Canoa Quebrada. Disponível em < <http://www.portalcanoaquebrada.com.br/>> Acesso em: 12 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI. PLANO DE AÇÃO TURÍSTICA PAT – ARACATI, Ceará, 2000.

RECICRIANÇA. Disponível em: <<http://canoa-quebrada.com/cultura/recicrianca/index.htm>>. Acesso em: 02. Mar. 2015.

REDE TUCUM. Disponível em <https://caetanosdecima.wordpress.com/rede-tucum/>>. Acesso em 04. Jan. 2015.

REDE TUCUM. *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*, ISBN: 978-85-64744-04-2, Fortaleza, 2013.

REDE TUCUM. *Reunião da Coordenação Colegiada-Planejamento 2011*. Fortaleza, 2011.

REDE TURISOL -SÉRIE TURISOL DE METODOLOGIAS. *Turismo e Resistência na Zona Costeira Cearense*. Ceará, Rede Tucum, 2011.

REDTURS Disponível em: <<http://www.redturs.org/>> Acessado em 15/02/2015.

RODRIGUEZ, J, M, M.; SILVA, E, V. D. *Planejamento e Gestão Ambiental*: Subsídios da Geocologia das Paisagens e da Teoria Geossistêmica. Edições UFC, Fortaleza, 2013.

ROSS, L, S, R. ANÁLISE E SÍNTESE NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA PESQUISA PARA O PLANEJAMENTO AMBIENTAL. *Revista do Departamento Geografia*, São Paulo, USP, 2011.

RODRIGUEZ, R.D. C. P.; SILVIA, S.D. F. P. **Desenvolvimento Sustentável: Utopia ou realidade**. 2009. Disponível em <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/05/DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-REALIDADE-OU-UTOPIA.pdf>> Acesso em: 3 Março, 2015

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável** - a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, p.199, 1997.

SALGUEIRO, T, B. Paisagem e Geografia *in Rev. Finisterra*, Lis-boa, nº 72, p. 37-53, 2001

SANTOS, J, O. *et al.* Zoneamento ambiental como subsídio ao ordenamento territorial da folha Pariquera-Açu, estado de São Paulo - BRASIL. In: *12º Anais do encontro de geógrafos da américa latina*. Montevideo: Imprensa Gega, p.15, 2009.

SANTOS, M. C. F.; AMORIM, R. R.; OLIVEIRA, R. C. A geoecologia da paisagem como subsídio ao zoneamento geoambiental: o caso do litoral sul de Ilhéus - BA. In: *12º Anais do Encontro de Geógrafos de América Latina - caminando en una América Latina en transformación*, Montevideo: Imprensa Gega, p.15, 2009.

SAWA. T. Toward Sustainable Development. *Journal Article of University of Ritsumeikan*. Japan. Disponível em:< hdl.handle.net/10367/4019> Acesso em: 5 Abril, 2015

SDLR Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Disponível em: <<http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/SDLR-PDDU/principal/gerados/index.asp>> Acesso em: 10 Dezembro de 2014.

SEABRA, G, D, F. **Turismo auto sustentado**: preservação da cultura e do meio ambiente no estado da paraíba. Disponível em <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/D30BA1EC8EC0088B03256FE800480195/\\$File/NT000A6A56.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/D30BA1EC8EC0088B03256FE800480195/$File/NT000A6A56.pdf)> Acesso em: 28 Março, 2015.

SETUR Secretaria do Turismo do Estado do Ceará. Disponível em: <www.setur.ce.br> Acesso em: 23 Dezembro de 2014.

SEZGIN. E.; YOHAL.M. *Golden Age of Mass Tourism: Its history and development, vision for Global Industry – Creating and Sustain Competitive Strategies*. Disponível em:<<http://cdn.intechopen.com/pdfs-wm/35520.pdf>> Acesso em: 13 Abril, 2015.

SILVA, E, V, D. Geografia física, geoecologia da paisagem e educação ambiental aplicada: interações interdisciplinares na gestão territorial, *Revista geonorte*, Edição Especial, v.4, n.4, p.175-183, 2012.

_____. GORAYEB, A; MEIRELES, A, J, A; RODRIGUES, J, M, M. Landscape Geoecology: Guidelines for the Environmental Management of the Estuarine Zones of the Northern Coast of Brazil. *Jornal of Coastal Research*, SI 64, 1420-1412, Poland, 2011

_____. RODRIGUES, J, M, M. GEOECOLOGIA DA PAISAGEM E GESTÃO AMBIENTAL EM AMBIENTES ÚMIDOS E SUBÚMIDOS, *Revista Geográfica de América Central*. Número especial EGAL, p. 1-12, 2011.

SAUTTER, E. T.; LEISEN, B. MANAGING STAKEHOLDERS. *Annals of Tourism Research*, v. 26, n. 2, p.312-328, 1999.

SILVA, J. D. S., V. D. *Análise multivariada em zoneamento para planejamento ambiental estudo de caso*: bacia hidrográfica do alto rio Taquari MS/MT Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). 2003. 332f. Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Dezembro, 2003.

SILVA, L. G. M. *A vila do Estevão e a Dinâmica do Turismo em Canoa Quebrada-Aracati (Ceará)*: Cultura, Território e Atividades Econômicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. São Paulo, 2013

SILVEIRA, E. L. D. Paisagem: um conceito chave em Geografia. *Anais do Encontro de Geográfico da América Latina*, Montevideo: Imprensa Gega, In: EGAL- n.12, p.16, 2009.

SOUZA, M. J. N. *Bases geoambientais e esboço do zoneamento geoambiental do Estado do Ceará*. In: LIMA, L. C. (Org.) *Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará*. Fortaleza: Funece, p.06 -103, 2000.

_____.et al, *Análise geoambiental*. In: *O Novo Espaço da Produção Globalizada*. ELIAS, D. (Org.) com a colaboração de Rocha, A. M. et al. Fortaleza: FUNECE, p.202-366, 2007.

_____. *Bases geoambientais e esboço do zoneamento geoambiental do Estado do Ceará*. In: LIMA, L. C. (Org.) *Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará*. Fortaleza: Funece, p.06 -103, 2000.

_____. *Compartimentação geoambiental do Ceará*. In: BOZARCCHIELLO, J.; CAVALCANTE, T.; DANTAS, E. *Ceará: um novo olhar geográfico*. Edições Demócrito, Rocha, Fortaleza, p.478 2007.

_____.et al. *Diagnóstico geoambiental do Baixo Jaguaribe* In: ROSA, M. de F; GONDIM, R.S; FIGUERÊDO, M. C. B. de. *Gestão Sustentável no Baixo Jaguaribe, Ceará*. Fortaleza.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SEMACE) Disponível em <<http://www.semace.ce.gov.br/>>.Acessado em 5 dezembro, 2014.

TOWNER, J. What is Tourism's history. *Tourism Management*. v. 16. n. 5 p.339 – 343. England. 1995.

United Nations Environment Programme. **Sustainable Coastal Tourism**: An integrated planning and management approach. Disponível em:<<http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx1091xPA-SustainableCoastalTourism-Planning.pdf>> Acesso em: 5 Abril, 2015.

UNWTO. Disponível em:<<http://dtxtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/docpdf/fichaaboutunwtoennomarc.pdf>>. Acesso em: 6 Abril, 2015.

UNWTO Anual Report. Disponível em:<http://dtxtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_annual_report_2013_0.pdf>.

Acesso em: 6 Abril, 2015.

UNWTO Tourism Highlights Edition. Disponível em:<http://dtx tq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_highlights14_en.pdf> Acesso em 6 Abril, 2015.

WATANABE, A. Changing Concept of Landscape (Keikan) Used in Different Field. *Revista Universitária de Shitennoji*. Disponível em <<https://www.shitennoji.ac.jp/ibu/images/toshokan/kiyo47-01.pdf>> Acesso em: 5 Maio, 2015.

WILSON, J, S. *et al. Evaluating environmental influence of zoning in urban ecosystem with remote sensing, Remote Sensing of Environment*. Disponível em:<<http://www.sciencetime.org/ConstructedClimates/wp-content/uploads/2010/08/WilsonEtal2003.pdf>> Acesso em: 25 março, 2015.

WILSON, S; HUTSON, M; MUJAHID, M. How Planning and Zoning Contribute to Inequitable Development, Neighborhood Health, and Environmental Injustice. *Environmental injustice* v.1, n. 4, 2008.

WU, J. Landscape ecology, cross-disciplinarity, and sustainable science. *Landscape Ecology*, 2006.

WWF Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável (org. sylviamitraud). Brasília, WWF Brasil, 2003

WWF Brasil. **UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: CONSERVANDO A VIDA, OS BENS E OS SERVIÇOS AMBIENTAIS**. Disponível em:<http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_arquivos/prj_mc_061_pub_car_001_uc.pdf> Data de acesso 1 de Abril, 2015